MENSAGEM Nº 024/2025

EXMO. Sr
Vereador Antônio Carlos Magalhaes Freire
Presidente da Câmara Municipal de Urandi-BA

Prezado senhor,

Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal e na legislação municipal pertinente, venho, respeitosamente, encaminhar a Vossas Excelências o Projeto de Lei nº 024/2025, que "Institui o **Plano Plurianual do Município de Urandi** para o quadriênio 2026-2029 para apreciação desta Casa Legislativa.

O Plano Plurianual é o instrumento central de planejamento de médio prazo da administração pública, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas que nortearão a ação governamental nos próximos quatro anos, sempre com o objetivo final de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

O projeto agora submetido à análise desta Casa foi elaborado com base em um detalhado diagnóstico socioeconômico e em uma avaliação do cenário fiscal prospectivo, que segue juntamente com o Projeto de Lei, alinhando-se às prioridades definidas pela população em processos de participação social e às competências constitucionais do Município.

O PPA 2026-2029 está organizado em Programas estruturados por Eixos Estratégicos e Áreas Temáticas, contendo compromissos, metas, indicadores e a previsão de recursos necessários para sua execução, tudo devidamente detalhado nos anexos que integram a propositura.

Confiamos que o conteúdo do projeto reflete o anseio coletivo por uma gestão eficiente, transparente e comprometida com a redução das desigualdades, a expansão dos serviços públicos essenciais e o desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

Diante do exposto, coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e rogo a Vossas Excelências a pronta e deliberação sobre o referido Projeto de Lei, certo de que contamos com o valioso e indispensável apoio desta Casa Legislativa para mais esta importante etapa no planejamento do nosso Município.

Gabinete do Prefeito do município de Urandi, 28 de agosto de 2025.

Warlei Oliveira de Souza
Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 28 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2026/2029 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URANDI faz saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual - PPA do Município de Urandi para o quadriênio 2026-2029, estabelecendo de forma regionalizada, conforme o disposto no art. 165 da Constituição Federal e art. 159, I, da Constituição do Estado, as diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - O PPA 2026-2029 tem como princípios norteadores:

I - a inclusão social;
II - a participação social;
III - a sustentabilidade ambiental;
IV - a afirmação dos direitos do cidadão;
V - o desenvolvimento com equidade;
VI - a gestão transparente e democrática;
VII - a excelência na gestão.
VIII- a excelência na atividade legislativa e de controle

Art. 3º - O Plano Plurianual 2026-2029, alicerçado no fortalecimento da função de planejamento governamental, aperfeiçoado nos mecanismos de escuta social, pelo maior diálogo com a dimensão estratégica e estruturação na dimensão tática, em que as políticas públicas estão expressas por meio de Programas, composto por Ementa, Indicadores, Recursos do Programa e Compromissos.

Art. 4º - Os programas, individualizados por nome, descrevem, nas suas ementas, os resultados pretendidos no quadriênio, consoante os desafios, as tendências e as oportunidades descritos na respectiva contextualização

§1º - A Ementa, formulada a partir das diretrizes estratégicas, expressa o resultado ou impacto pretendido pela ação de governo.

§2º - Os Indicadores são instrumentos que permitem identificar e aferir a efetividade do Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3º - Os indicadores são compatíveis com a capacidade de promoção de mudanças de um ou mais compromissos setoriais formulados nos programas.

§4º - Os Recursos do Programa indicam uma estimativa para a consecução dos Compromissos.

§4º - Os Compromissos refletem o que deve ser feito e as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Entregas ou Iniciativas, sob a responsabilidade de um órgão setorial, e tem como atributos:

I - Meta: uma medida do alcance do Compromisso, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;
II - Entrega ou Iniciativa: declara as iniciativas a serem empreendidas para a entrega de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Município e sociedade e da integração de políticas públicas.

§5º - Os valores financeiros, os enunciados e as metas dos Compromissos, as declarações das Entregas ou Iniciativas e as demais informações estabelecidas neste Plano são orientadores, não se constituindo em limites à programação das despesas.

Art. 5° - Integra o Plano Plurianual o seu Anexo único, contendo o detalhamento dos Programas de Governo, por Eixo Estruturante e Área Temática, os Quadros Demonstrativos Financeiros e Informações Complementares.

Art. 6º - Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Parágrafo Único - Entende-se como Operação Especial as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 7º - Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 1º A gestão fiscal e orçamentária e a legislação correlata deverão levar em conta as seguintes diretrizes da política fiscal:

I - elevação dos investimentos públicos aliada à contenção do crescimento das despesas correntes primárias até o final do período do Plano;

II - preservação de resultados fiscais de forma a reduzir os encargos da dívida pública.

§ 2º Serão considerados prioritários, na execução das ações constantes do Plano, os projetos:

I - associados à Educação, Saúde e Assistência Social.
II - com maior índice de execução ou que possam ser concluídos no período plurianual.

Art. 8º - O investimento plurianual de que trata o parágrafo 1º do art. 161 da Constituição do Estado, para o período 2026-2029, está contemplado por meio das Entregas ou Iniciativas e respectivas ações orçamentárias vinculadas e compõe o montante dos Recursos do Programa.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual detalhará o valor dos Programas para o exercício de sua vigência.

Art. 9º - A criação de ações no orçamento será orientada:
I - para o alcance das metas dos Compromissos;
II - pela viabilização da execução das Entregas ou Iniciativas.

Art. 10 - Caberá ao Poder Executivo definir normas, diretrizes e orientações técnicas complementares para a gestão do PPA.

Parágrafo único - O ciclo de gestão das políticas públicas deve ser otimizado mediante o aperfeiçoamento e a simplificação de processos para ampliar a capacidade de consecução dos objetivos e metas declarados.

Art. 11 - Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 6º.

Art. 12 - Somente poderão ser contratadas operações de crédito para o financiamento de ações orçamentárias integrantes desta Lei.

§ 1º As operações de crédito que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos, ressalvadas as compatibilizações por reestimativa das despesas.

Art. 13 - Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

Art. 14 - A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Art. 15 - O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente a Agenda Transversal de que trata esta Lei.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DO PLANO

Seção I
Aspectos Gerais

Art. 16 A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.

Art. 17 O Poder Executivo, através do sistema de controle interno, manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano e acompanhamento de suas ações.

Seção II

Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 18. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados a Câmara Municipal de Vereadores até 30 de outubro.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua regionalização.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 19 O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

III - incluir, excluir ou alterar ações e respectivas metas, no caso de ações não orçamentárias;

IV - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual;

V - incorporar as alterações de que trata o § 3º do art. 18 desta Lei, decorrentes da aprovação da lei orçamentária para 2026, podendo ainda incluir os demais elementos necessários à atualização do Plano Plurianual;

§ 1º O Poder Executivo divulgará, na Internet, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação da Lei Orçamentária para 2026, os anexos atualizados do Plano com as alterações decorrentes do disposto no inciso V do caput deste artigo.

§ 2º O valor total estimado de cada projeto deverá refletir os custos atualizados da execução e os valores programados para a conclusão do projeto.

Seção III
Do Monitoramento e Avaliação

Art. 20 O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2026-2029, sob a coordenação do Órgão Central de Planejamento e Orçamento, bem como da Controladoria municipal, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art. 21 Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo I desta Lei, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Municipal, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias e à execução física e financeira das ações não orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 22 O Poder Executivo enviará junto à prestação de contas anual relatório da execução físico-financeiro das atividades desenvolvidas naquele exercício, que poderá conter:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - demonstrativo, contendo, para cada programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

Seção IV
Da Participação Social

Art. 23 O Poder Executivo e o Poder Legislativo promoverão a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações do Plano de que trata esta Lei.

Parágrafo Único. As audiências públicas regionais ou temáticas, realizadas durante a apreciação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais, estimularão a participação das entidades da sociedade civil.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 Ficam dispensadas de discriminação no Plano as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

Art. 25 Ficam dispensadas de discriminação nos anexos a que se refere o art. 1º:

I - as atividades e as operações especiais;

II - os projetos cujo custo total estimado seja inferior a 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo Único. As ações orçamentárias que se enquadrarem em um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II do caput e no art. 22 comporão o "Somatório das ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação", constante de cada programa.

Art. 26 O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I - texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II - anexos atualizados incluindo a discriminação das ações a que se referem os arts. 22 em função dos valores das ações aprovadas pela Câmara Municipal;

Parágrafo Único. As ações não-orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas poderão ser incorporadas aos anexos a que se refere o inciso II ou apresentadas em anexo específico, devidamente identificadas.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Urandi/BA, 28 de agosto de 2025.

WARLEI OLIVEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Tema Central

Definição

Definem a situação macro estratégica, que agregam diferentes áreas temáticas, programas, compromissos e metas, que visam interferir numa realidade em geral, modificando-a através de diversas iniciativas e entregas. Ele é o caminho a ser percorrido para que se chegue ao final do quadriênio ao cenário projetado.

Tema Central	Descrição
Gestão Municipal Participativa com ênsafe na sustentabilidade econômica e social para melhoria da qualidade de vida dos munícipes	Este tema central propõe articular a visão de um futuro próspero, inclusivo e ambientalmente equilibrado através de uma abordagem sistemática para definir prioridades, alocar recursos e guiar ações baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil - ODS . A integração dos pilares social, econômico e ambiental é fundamental. A estratégia deve integrar as dimensões social (qualidade de vida, inclusão), econômica (prosperidade, inovação) e ambiental (preservação, recursos naturais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Quadro de Funções de Governo e Responsáveis

Funções	Subfunções	Órgão Responsável	Setor Responsável	Responsável
01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa	Câmara Municipal	Câmara Municipal	Presidente da Câmara
	032 - Controle Externo	Câmara Municipal	Plenário da Câmara	Vereadores
02 - Judiciária	61 - Ação Judiciária	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Juridico
	62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Juridico
03 - Essencial à Justiça	91 - Defesa da Ordem Jurídica	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Juridico
	92 – Representação Judicial e Extrajudicial	Gabinete do Prefeito	Procuradoria Jurídica	Procurador Juridico
04 - Administração	121 – Planejamento e Orçamento	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	122 - Administração Geral	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	123 - Administração Financeira	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	124 - Controle Interno	Controle Interno	Controle Interno	Controlador Geral
	125 - Normatização e Fiscalização	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	126 - Tecnologia da Informação	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	127 - Ordenamento Territorial	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	128 - Formação de Recursos Humanos	Secretaria de Administração	Departamento de Recursos Humanos	Chefe de Recursos Humanos
	129 - Administração de Receitas	Secretaria de Finanças	Setor de Tributos	Chefe de Tributos
	130 - Administração de Concessões	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	131 - Comunicação Social	Secretaria de Administração	Órgão da Transparência	Secretário de Administração
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	Secretaria de Administração	Guarda Municipal	Chefe da Guarda Municipal
	182 - Defesa Civil	Secretaria de Administração	Defesa Civil	Coordenador da Defesa Civil
08 - Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretário de Assistência Social
	242 - Assistência ao Portador de Deficiência	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretário de Assistência Social
	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretário de Assistência Social
	244 - Assistência Comunitária	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	Secretário de Assistência Social
10 - Saúde	301 - Atenção Básica	Secretaria de Saúde	Coordenação de Atenção Básica	Coordenadora da Atenção Básica
	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Diretora do Hospital
	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Secretaria de Saúde	Farmácia Básica	Coordenadora Farmacêutica
	304 - Vigilância Sanitária	Secretaria de Saúde	Coordenação de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Coordenadora da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
	305 - Vigilância Epidemiológica	Secretaria de Saúde	Coordenação de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Coordenadora da Vigilância Sanitária e Epidemiológica
	306 - Alimentação e Nutrição	Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde	Secretário de Saúde
11 - Trabalho	333 - Empregabilidade	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Diretoria de Desenvolvimento Econômico	Diretora de Desenvolvimento Econômico
	334 - Fomento ao Trabalho	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Diretoria de Desenvolvimento Econômico	Diretora de Desenvolvimento Econômico

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Quadro de Funções de Governo e Responsáveis

Funções	Subfunções	Órgão Responsável	Setor Responsável	Responsável
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretário de Educação
	362 - Ensino Médio	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretário de Educação
	363 - Ensino Profissional	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretário de Educação
	364 - Ensino Superior	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretário de Educação
	365 - Educação Infantil	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretário de Educação
	366 - Educação de Jovens e Adultos	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação	Secretário de Educação
13 - Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Secretaria de Cultura,Esporte, Lazer e Turismo	Diretoria de Cultura	Diretora de Cultura
	392 - Difusão Cultural	Secretaria de Cultura,Esporte, Lazer e Turismo	Diretoria de Cultura	Diretora de Cultura
14 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social	Secretaria de Assit. Social	Secretaria de Assit. Social	Secretário de Assistência Social
	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	Secretaria de Assit. Social	Secretaria de Assit. Social	Secretário de Assistência Social
	423 - Assistência aos Povos Quilombolas	Secretaria de Assit. Social	Secretaria de Assit. Social	Secretário de Assistência Social
15 - Urbanismo	451 - Infraestrutura Urbana	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	452 - Serviços Urbanos	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	453 - Transportes Coletivos Urbanos	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
16 - Habitação	481 - Habitação Rural	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	482 - Habitação Urbana	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	512 - Saneamento Básico Urbano	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	542 - Controle Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	543 - Recuperação de Áreas Degradadas	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	544 - Recursos Hídricos	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	545 - Meteorologia	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
19 - Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
20 - Agricultura	606 - Extensão Rural	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	607 - Irrigação	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	608 - Promoção da Produção Agropecuária	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	609 - Defesa Agropecuária (4)(I)	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Quadro de Funções de Governo e Responsáveis

Funções	Subfunções	Órgão Responsável	Setor Responsável	Responsável
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	632 - Colonização	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
22 - Indústria	661 - Promoção Industrial	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	662 - Produção Industrial	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	663 - Mineração	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	664 - Propriedade Industrial	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	665 - Normalização e Qualidade	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	692 - Comercialização	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	693 - Comércio Exterior	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	694 - Serviços Financeiros	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
	695 - Turismo	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
24 - Comunicações	721 - Comunicações Postais	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
	722 - Telecomunicações	Secretaria de Administração	Secretaria de Administração	Secretário de Administração
25 - Energia	751 - Conservação de Energia	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	752 - Energia Elétrica	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	753 - Combustíveis Minerais	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
	754 - Biocombustíveis (2) (A)	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário de Meio Ambiente
26 - Transporte	781 - Transporte Aéreo	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	782 - Transporte Rodoviário	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	783 - Transporte Ferroviário	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	784 - Transporte Hidroviário	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
	785 - Transportes Especiais	Secretaria de Transporte e Obras	Secretaria de Transporte e Obras	Secretário de Transporte e Obras
27 - Desporto e Lazer	811 - Desporto de Rendimento	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Diretoria de Esportes	Diretor de Esportes
	812 - Desporto Comunitário	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Diretoria de Esportes	Diretor de Esportes
	813 - Lazer	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
28 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	842 - Refinanciamento da Dívida Externa	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	843 - Serviço da Dívida Interna	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	844 - Serviço da Dívida Externa	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças
	846 - Outros Encargos Especiais	Secretaria de Finanças	Secretaria de Finanças	Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Diretrizes Estratégicas

Definição

Diretrizes macro estratégicas que servirão de referência para formulação de programas temáticos, elas refletem as principais áreas de atenção do governo e servirão de base para elaboração do PPA e pela busca do cenário esperado para o final do período.

Diretriz	Descrição
Erradicação da Pobreza	Garantir a prioridade na redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal
Fome Zero e Agricultura Sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas, o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e os arranjos produtivos locais no meio rural
Saúde e Bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Educação de Qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Água Potável e Saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
Energia Limpa e Acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro do município e entre as comunidades
Cidade e Comunidades Sustentáveis	Tornar o município e as comunidades humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. Promover o desenvolvimento sustentável, a socioeconômica da biodiversidade e conservação dos biomas, bacias hidrográficas e recursos naturais;
Vida na Água	Conservar e usar de forma sustentável os rios, barragens e nascentes para o desenvolvimento sustentável
Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as áreas verdes, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria intermunicipal e consorcial para o desenvolvimento sustentável

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Temas Estratégicos

Definição

Os temas estratégicos nortearão os Programas, é através dos temas estratégicos que se estabelecerão os focos de atuação, do planejamento e das ações de governo que visem alcançar as metas e objetivos estratégicos que definem o eixo estruturante.

Tema	Justificativa
Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	O combate a pobreza se dá efetivamente com a inclusão socioprodutiva dos indivíduos em risco social no mundo do trabalho. Dessa forma faz-se necessário que sejam adotadas ações que visem o combate a pobreza, tanto através das ações diretas de assistência social, mas sobretudo pela capacitação destes indivíduos e sua respectiva inclusão no mercado de trabalho.
Agricultura e Desenvolvimento Rural	A fixação do individuo no meio rural depende do desenvolvimento adequado de políticas que visem apoiar a agricultura familiar, bem como capacitar os indivíduos para exercerem funções em agroindústrias. Essas ações visam qualificar a vida no campo através de oferta de serviços e infraestrutura rural, garantir condições produtivas e de comercialização de produtos, facilitar e subsidiar quando necessário o crédito agrícola e buscar ações que visem a segurança e a saúde do homem do campo
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Desenvolvimento urbano sustentável e integrado, buscam sobretudo qualificar a infraestrutura urbana, os serviços e aparelhos públicos elevando a qualidade de vida dos indivíduos. Esse desenvolvimento não pode mais ser visto sem a necessária integração da sede do município, distritos e localidades, mas também com os municípios vizinhos. Com essa política de Integração, as potencialidades regionais sofreram inseminação significativa de maneira que o cidadão será beneficiado diretamente com a significativo aumento da qualidade de vida.
Saúde e assistência social	O indivíduo humano e o individuo social saudáveis são certamente a base de uma sociedade produtiva e sustentável. A inovação em áreas estratégicas de saúde, além de ampliar o acesso da população a produtos e serviços da saúde, figura como componente social da maior importância na estrutura econômica e produtiva. Trata-se, portanto, de elemento decisivo o desenvolvimento econômico e social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Temas Estratégicos

Definição

Os temas estratégicos nortearão os Programas, é através dos temas estratégicos que se estabelecerão os focos de atuação, do planejamento e das ações de governo que visem alcançar as metas e objetivos estratégicos que definem o eixo estruturante.

Tema	Justificativa
Educação, Conhecimento, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo	A educação é sem dúvida o principal vetor de crescimento dos indivíduos e portanto da sociedade. O indivíduo social educa-se não somente através de conhecimento formal, afinal a educação é o resultado de aprendizados intelectuais, emocionais e culturais. Um indivíduo, socialmente pleno, deve ser educado portanto nestas áreas, assim Educação, Identidade, Cultura e esporte são fundamentais para um indivíduo pleno de suas faculdades e potencialmente produtivo.
Segurança pública cidadã	O problema da segurança pública é sem dúvida alguma um dos problemas sociais a serem combatidos com ações significativas. Ampliar a rede de segurança e integra-la, agindo de forma preventiva e através da repressão e combate ao crime, envolver a sociedade tanto no controle quanto nas ações sociais que visem o afastamento de jovens de situações de risco deve ser encarada como um dos principais meios de obtermos uma cidade segura.
Consolidação e diversificação da matriz produtiva	Para criação de um ambiente economicamente saudável, necessita-se de buscar a consolidação e implementação de vertentes economicamente viáveis, diversificando a base econômica. Podemos atingir essa consolidação através de melhora da empregabilidade, pela capacitação de mão de obra, pela criação oportunidades, apoiando as iniciativas, promovendo e estimulando as vocações econômicas, agindo como parte produtiva de uma região integrada.
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	A infraestrutura municipal deve ser vista como meio de interação dos indivíduos nas suas diversas relações. Ela deve ser vista como o principal meio facilitador do estado na alavancagem econômica e social. Para que essas ações de fato promovam o crescimento social, elas devem principalmente, promover a qualidade de vida, a sustentabilidade e sobretudo a integração. O município deve ser visto como parte de um processo maior sem o qual seus indivíduos não promoverão um efetivo crescimento social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Temas Estratégicos

Definição

Os temas estratégicos nortearão os Programas, é através dos temas estratégicos que se estabelecerão os focos de atuação, do planejamento e das ações de governo que visem alcançar as metas e objetivos estratégicos que definem o eixo estruturante.

Tema	Justificativa
Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Outra vertente que deve ser profundamente observada é a questão do meio ambiente, da segurança hídrica, da economia verde e a sustentabilidade. Até pouco tempo os homens de forma geral, trataram o ambiente que o circunda como mero fornecedor de suas necessidades, sem se preocupar com a capacidade limitada deste em fornece-las. Mais recentemente o foco na sustentabilidade, bem como na intensificação da convivência humana com recursos hídricos cada vez mais escassos levou a rever nossas condutas, evidenciando ser necessária a atuação humana para manutenção do meio ambiente, tanto para garantir a sustentabilidade de suas ações quanto para reversão da degradação. Neste sentido destaca-se a economia verde e a sustentabilidade como mecanismos desse novo posicionamento.
Geração de Renda, cidadania e direitos humanos	Um estado democrático de direito, tem como alicerce a atuação cidadã e o respeito aos direitos individuais e coletivos. Somente o fortalecimento destas atividades levará a sociedade a desenvolver de maneira mais justa e igualitária. Para essa finalidade as ações governamentais deverão pautar-se na condução de processos que estimulem o comportamento cidadão, fazendo crescer nos indivíduos a visão de que suas ações devem ser pautadas na boa conduta, no respeito a lei e suas instituições. Em contra partida o estado deverá garantir os direitos humanos, buscando ações que visem garantir a saúde, a dignidade, a segurança alimentar, a liberdade e o acesso a produtos e serviços públicos.
Gestão governamental e governança socioeconômica	Gerir e dirimir conflitos de interesse, potencializando os resultados das ações governamentais. Recursos escassos, prioridades crescentes e plurais, precisam ser vistas com efetiva capacidade de gestão, planejamento e controle, de maneira a maximizar os recursos e garantir adequada segurança social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Programas

Definição

Conjunto de ações que visam manter ou alterar características tratadas pelos Temas Estratégicos, compostos de compromissos, metas e iniciativas regionalizadas

Temas Estratégicos	Programa	Ementa
Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	Mais Cidadania	Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa
	Juventude Consciente	Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes
	Viver na Melhor Idade	Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso à educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social
	Protagonismo Feminino	Assegurar proteção ampla a mulher, garantindo seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadão produtivo.
Consolidação e diversificação da matriz produtiva	Economia Forte: Local, Popular e Solidária	Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria, mineração e comércio
Agricultura e Desenvolvimento Rural	Agricultura e Pecuária Familiar - Mais Desenvolvimento Rural	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da possa de imóveis, e auxilio as esferas estaduais e federais na promoção e democratização do acesso a terra
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Cidade Legal e Sustentável	Promover ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável e ações de regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis urbanos
	Infraestrutura e Modernização Urbana	Ampliar e modernizar a infraestrutura urbana do município, com foco na qualidade de vida e na promoção ao desenvolvimento sustentável
Educação, Conhecimento, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo	Fortalecimento da Educação Básica	Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar
	Cidadania, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo	Fortalecer a estrutura do desporto, paradesporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população
	Planejamento e Gestão Estratégica Transparente	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Programas

Definição

Conjunto de ações que visam manter ou alterar características tratadas pelos Temas Estratégicos, compostos de compromissos, metas e iniciativas regionalizadas

Temas Estratégicos	Programa	Ementa
Gestão governamental e governança socioeconômica	Gestão Fiscal Consciente	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social
	Gestão Pública Modernizada e Eficiente	Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas
	Fortalecimento da Ação Legislativa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	Viver com Dignidade	Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores do município com o objetivo de assegurar o padrão de sustentabilidade nas cidades
Meio Ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Mais Água, Mais Vida	Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais, e do subsolo afim de garantir condições adequadas para a utilização consciente do recursos e quando possível a produção sustentável de alimentos.
	Cidade Limpa e Povo Consciente	Preservar o meio-ambiente, através de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, pela criação de políticas municipais de incentivo ao manejo adequado destes resíduos, tornando essa prática rentável e socialmente inclusiva.
	Sustentabilidade Ambiental	Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais
Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	Proteção e Inclusão Social	Combater à pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo às famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Programas

Definição

Conjunto de ações que visam manter ou alterar características tratadas pelos Temas Estratégicos, compostos de compromissos, metas e iniciativas regionalizadas

Temas Estratégicos	Programa	Ementa
e Mundo do Trabalho	Profissionalizar para Empreender e Trabalhar	Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, pessoas em situação de pobreza, consideradas a potencialização de suas capacidades e de suas vocações. Bem como a profissionalização dos sistemas produtivos existentes no município.
Saúde e assistência social	Segurança Alimentar e combate a Fome	Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural, mas que sobretudo privilegiem as potencialidades do nosso município.
	Saúde para Todos	Buscar a sustentabilidade da saúde , ampliando seu conceito de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos
Segurança pública cidadã	Cidade Livre, Cidade Segura	Envolver o cidadão no processo de segurança municipal, articulando as forças policiais com a guarda municipal, integrando informações e tecnologia, tendo em vista o combate a criminalidade. Desenvolver as políticas de defesa civil, capacitando seus mecanismos de enfrentamento as situações de emergência e urgência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

Indicadores

Definição

Os indicadores são utilizados para aferir a situação que se pretende mudar, manter, ou mesmo qualificar de forma objetiva, possibilitando ao final das ações ou de ciclos definidos verificar a eficácia destas ações quanto a alteração e ou manutenção de determinadas características.

Programa	Ementa	Indicador	Unidade de Medida	Memória de Calculo
Mais Cidadania	Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa	Numero de denuncias de violação dos direitos humanos	%	Numero de denuncias do exercício X / Numero de denuncias do Exercício X-1
Juventude Consciente	Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes	Percentual de Crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil	%	Numero de Crianças e adolescentes em situação de trabalho / População de Crianças e adolescentes
		Percentual de Crianças e adolescentes em situação violação dos seus direitos	%	Numero de Crianças e adolescentes em situação de violação de direitos / População de Crianças e adolescentes
Viver na Melhor Idade	Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso à educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social	Percentual de idosos atendidos pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos	%	Numero de idosos atendidos pelos Serviços / População de Idosos
		Percentual de Idosos em situação de violação dos seus direitos	%	Numero de Idosos em situação de violação de direitos / População de idosos
Protagonismo Feminino	Assegurar proteção ampla a mulher, garantindo seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadão produtivo.	Percentual de ocorrências registradas de violência a mulher	%	Número de ocorrências do exercício X / Numero de ocorrências do exercício X-1
		Percentual de mulheres atendidas pelos serviços de proteção e apoio.	%	Número de mulheres em risco / Numero de mulheres atendidas
		Percentual de mulheres que se tornaram socialmente produtivas	%	Numero de Mulheres socialmente produtivas / Numero de Mulheres em idade produtiva
Economia Forte: Local, Popular e Solidária	Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria, mineração e comércio	Variação do IVA no exercício	%	Índice de Valor adicionado do exercício X / Índice de Valor adicionado do exercício X-1
		Variação do numero de atividades que contribuem para formação do IVA	Unidade	Atividades econômicas que contribuem para o VIA no ano X - Atividades econômicas do Exercício X-1
		Variação do estoque de empregos formais	%	Numero de vagas de emprego do exercício X / Numero de vagas de emprego do exercício X -1
Agricultura e Pecuária Familiar - Mais Desenvolvimento Rural	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da possa de imóveis, e auxilio as esferas estaduais e federais na promoção e democratização do acesso a terra	Variação do numero de propriedades rurais sem o registro adequado de propriedade	Unidade	Número de Propriedades sem registro no exercício X / Numero de propriedades sem registro no exercício X-1
Cidade Legal e Sustentável	Promover a regularização fundiária por meio da legalização da possa de imóveis urbanos	Variação do numero de propriedades urbanas sem o registro adequado de propriedade	Unidade	Número de Propriedades sem registro no exercício X / Numero de propriedades sem registro no exercício X-1
Infraestrutura e Modernização Urbana	Ampliar e modernizar a infraestrutura urbana do município	Percentual de estradas municipais com boas condições de trafegabilidade	%	Km Números de vias em bom estado de trafegabilidade / Km das malhas viárias
		Percentual de avenidas e ruas do município pavimentadas	%	Número de avenidas e ruas pavimentadas / Numero total de ruas e avenidas
		Aparelhos Públicos para o uso comum por habitante	hab./unidade	Numero de habitantes / Números de aparelhos públicos de usos comum
Fortalecimento da Educação Básica	Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar	Variação do Ideb - Anos iniciais do ensino fundamental	%	Ideb exercicio X / IDEB do exercício X
		Variação do Ideb - Anos finais do ensino fundamental	%	Ideb exercicio X / IDEB do exercício X
		Evasão Escolar	%	Números de alunos evadidos / Numero de alunos matriculados
		Percentual de Disponibilidade de Vagas na rede municipal	%	Números de crianças em idade escoar/ Números de vagas na rede municipal
		Índice de Reprovação	%	Numero de alunos reprovados / Números de alunos matriculados
Cidadania, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo	Fortalecer a estrutura do desporto, para-desporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria	Número de Equipamentos disponibilizados	Unidade	Total de Aparelhos para o desporto e o lazer em funcionamento durante o período
		Número de Eventos Realizados	Unidade	Total de eventos esportivos e culturais realizados durante o período
Planejamento e Gestão Estratégica Transparente	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social	Programa Continuado de apoia a maquina administrativa	NSA	NSA
Gestão Fiscal Consciente	Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social	Programa Continuado de apoia a maquina administrativa	NSA	NSA
Gestão Pública Modernizada e Eficiente	Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas	Programa Continuado de apoia a maquina administrativa	NSA	NSA
Fortalecimento da Ação Legislativa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros	Programa Continuado de apoio a Atividade Legislativa	NSA	NSA
Viver com Dignidade	Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores do município com o objetivo de	Déficit habitacional relativo	%	Total de Famílias sem casa própria / Total de Famílias
		Domicílios Adequados	%	Total de domicílios inadequados/Total de domicílios
Mais Água, Mais Vida	Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais, e do subsolo afim de garantir condições adequadas para a utilização consciente do recursos e quando possível a produção sustentável de alimentos.	Percentual de população urbana atendida com abastecimento de água	%	Numero de famílias com abastecimento de agua / Numero total de famílias
		Percentual de população rural atendida com abastecimento de água	%	Numero de famílias com abastecimento de agua / Numero total de famílias
		Percentual de famílias sem instalações sanitárias adequadas	%	Numero de Famílias sem acesso a instalações sanitárias / Número de Famílias
		Percentual de habitações urbanas atendidas por esgotamento sanitário adequado	%	Numero de habitações com esgotamento sanitário / Numero de habitações
		Mananciais protegidos	%	Numero de mananciais com intervenção/ total de mananciais

Cidade Limpa e Povo Consciente	Preservar o meio-ambiente, através de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, pela criação de políticas municipais de incentivo ao manejo adequado destes resíduos, tornando essa prática rentável e socialmente inclusiva.	Percentual de População Urbana atendida por coleta de Lixo	%	População atendida pela coleta de lixo / População Total
		Percentual de População Rural atendida por coleta de Lixo	%	População atendida pela coleta de lixo / População Total
		Percentual de Lixo reciclável direcionada reaproveitadas	%	Total de Lixo reciclável reaproveitado / Total de Lixo Reciclável Produzido
		Percentual de Lixo com destinação adequada	%	Toneladas de Lixo com destinação adequada / Toneladas de Lixos Produzidas
Sustentabilidade Ambiental	Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais	% de áreas de risco ambiental sob proteção legal	%	área de risco protegida/ área de risco total
		Percentual da área de proteção fiscalizada e monitorada	%	área fiscalizada / área de proteção total
Proteção e Inclusão Social	Combater à pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo às famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – Casas	Percentual de famílias em risco social protegidas	%	Famílias com cobertura de programas sociais / famílias em risco
Profissionalizar para Empreender e Trabalhar	Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, pessoas em situação de pobreza, consideradas a potencialização de suas capacidades e de suas vocações. Bem como a profissionalização dos sistemas produtivos existentes no município.	Numero de Cidadãos em idade produtiva atendidos por programas de estimulo a produção e formação profissional	Unidade	Total de cadastrados nos programas de estimulo a produção e formação profissional
Segurança Alimentar e combate a Fome	Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações Inter setoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural, mas que sobretudo privilegiem as potencialidades do nosso município.	Indivíduos em situação de fome e/ou em insegurança alimentar	%	Famílias atendidas por ações/ Famílias em risco alimentar e em situação de fome identificadas
Saúde para Todos	Buscar a sustentabilidade da saúde , ampliando seu conceito de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos	Percentual de cobertura populacional pela Saúde da Família	%	População coberta pelo P.F. / População Total
		Taxa de Mortalidade Infantil	%	Número de óbitos de crianças de até 5 anos/ população de até 5 anos
		Taxa de Cobertura vacinação em crianças	%	Numero de Crianças com cobertura vacinal atualizada/ Total de crianças
		Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica	%	Número de internações por causas sensíveis selecionadas à Atenção Básica/ Total de internações clínicas
		Taxa de retenção de casos regulados	%	Numero de regulações não atendidas / Numero total de regulações
Cidade Livre, Cidade Segura	Envolver o cidadão no processo de segurança municipal, articulando as forças policiais com a guarda municipal, integrando informações e tecnologia, tendo em vista o combate a criminalidade. Desenvolver as políticas de defesa civil, capacitando seus mecanismos de enfrentamento as situações de emergência e urgência.	Percentual de áreas de risco monitoradas por meio de câmeras	%	áreas monitoradas / áreas de risco
		Percentual de solução e acompanhamento de desastres e emergências pela defesa civil	%	emergências e desastres acompanhados pela defesa civil/ Ocorrências
		Redução de delitos, conflitos pela guarda municipal	%	Registro de ocorrências no exercício X / Registro de ocorrências no exercício x-1
		Percentual de ruas e avenidas com sinalização e monitor manto do transito	%	Avenidas com sinalização e monitoramento / Avenidas e ruas com alto fluxo

X-1 Ano de Referência

X - Ano medido

Os valores obtidos para os indicadores cuja a unidade de medida seja percentual deverão ser multiplicados por 100

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029

ANEXO I - RESUMO

Eixo Estruturante	Temas Estratégicos	Programa	Órgão Responsável	Valor	2026	2027	2028	2029
Gestão Municipal Participativa com ênsafe na sustentabilidade econômica e social para melhoria da qualidade de vida dos munícipes	Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	Proteção e Inclusão Social	Secretaria de Assistência Social	23,647,982.30	5,334,000	5,734,050	6,106,763	6,473,169
	Saúde e assistência social	Segurança Alimentar e combate a Fome	Secretaria de Assistência Social	97,535.74	22,000	23,650	25,187	26,698
	Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Mais Água, Mais Vida	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	629,548.84	142,000	152,650	162,572	172,327
	Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Cidade Limpa e Povo Consciente	Secretaria de Transporte e Obras	1,010,824.89	228,000	245,100	261,032	276,693
	Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Cidade Legal e Sustentável	Secretaria de Administração	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	Agricultura e Pecuária Familiar - Mais Desenvolvimento Rural	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	310,340.98	70,000	75,250	80,141	84,950
	Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	Profissionalizar para Empreender e Trabalhar	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
	Saúde e assistência social	Saúde para Todos	Secretaria de Saúde	127,636,149.51	28,789,400	30,948,605	32,960,264	34,937,880
	Educação, Conhecimento, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo	Fortalecimento da Educação Básica	Secretaria de Educação	314,867,519.79	71,021,000	76,347,575	81,310,167	86,188,777
	Educação, Conhecimento, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo	Cidadania, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	9,935,344.64	2,241,000	2,409,075	2,565,665	2,719,605
	Saúde e assistência social	Mais Cidadania	Secretaria de Assistência Social	350,241.96	79,000	84,925	90,445	95,872
	Saúde e assistência social	Juventude Consciente	Secretaria de Assistência Social	2,615,731.08	590,000	634,250	675,476	716,005
	Saúde e assistência social	Viver na Melhor Idade	Secretaria de Assistência Social	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
	Saúde e assistência social	Protagonismo Feminino	Secretaria de Assistência Social	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
	Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	Infraestrutura e Modernização Urbana	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	56,138,909.00	12,662,600	13,612,295	14,497,094	15,366,920
	Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	Viver com Dignidade	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	802,453.09	181,000	194,575	207,222	219,656
	Consolidação e diversificação da matriz produtiva	Economia Forte: Local, Popular e Solidária	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	10,538,292.82	2,377,000	2,555,275	2,721,368	2,884,650
	Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Sustentabilidade Ambiental	Secretaria de Meio Ambiente	2,544,796.00	574,000	617,050	657,158	696,588
	Gestão governamental e governança socioeconômica	Planejamento e Gestão Estratégica Transparente	Secretaria de Administração	190,638.03	43,000	46,225	49,230	52,183
	Gestão governamental e governança socioeconômica	Gestão Fiscal Consciente	Secretaria de Finanças	2,464,994.03	556,000	597,700	636,551	674,744
	Gestão governamental e governança socioeconômica	Gestão Pública Modernizada e Eficiente	Secretaria de Administração	58,290,901.99	13,148,000	14,134,100	15,052,817	15,955,985
	Gestão governamental e governança socioeconômica	Fortalecimento da Ação Legislativa	Câmara Municipal	20,837,179.75	4,700,000	5,052,500	5,380,913	5,703,767
	Segurança pública cidadã	Cidade Livre, Cidade Segura	Secretaria de Administração	895,555.39	202,000	217,150	231,265	245,141
					143,200,000.00	**153,940,000.00**	**163,946,100.00**	**173,782,866.00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Eixo Estruturante
Gestão Municipal Participativa com ênsafe na sustentabilidade econômica e social para melhoria da qualidade de vida dos munícipes

Área Temática
Saúde e assistência social

Programa	Proteção e Inclusão Social			
Ementa				
Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa				
Recursos	**R$**			**23,647,982.30**
Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do Quadriênio
		Data	Índice	
Percentual de cobertura de Famílias em risco social Protegidas Socialmente	%	2025	93%	100%

Compromisso	Assegurar que todas as famílias vulneráveis estejam incluídas no cadastro Único de programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com condições de inclusão às políticas públicas, por meio do permanente e efetivo apoio as atividades de Gestão do Bolsa Família no âmbito Municipal		
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social		
Meta	Garantir cadastro de todas as famílias do município que estejam em risco social, através de busca ativa, atualização constante de dados e apoio a manutenção de registro civil, e combate ao sub-registro		
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**	
Distrito Sede	100%	Familias em risco social	
Distrito Cantinho	100%	Familias em risco social	
Macrozona Norte	100%	Familias em risco social	
Macrozona Sul	100%	Familias em risco social	
Macrozona Leste	100%	Familias em risco social	
Entrega/Iniciativa			
Implantar a rede de agentes de desenvolvimento social para realização da busca ativa			

Implantar a ouvidoria do programa Bolsa Família
Promover mobilização para erradicação do sub-registro civil
Capacitar os técnicos municipais para atuarem como instrutores e entrevistadores do programa Bolsa Família
Capacitar os gestores municipais para utilização do Cadastro Único - CadÚnico como ferramenta
Atualizar o Plano Municipal de Assistência Social e Elaborar programas complementares
Reestruturar equipe volante para acompanhamento das famílias no meio rural
Prestar assistência técnica aos usuários da Assistência Social para acesso a LOAS e demais benefícios do INSS
Acompanhar e monitor as ações do programa Bolsa Família
Capacitar instâncias de controle social municipal do programa Bolsa Família

Compromisso	Fortalecer o convívio familiar, comunitário e social para contribuir com a garantia de Direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Promover o atendimento a famílias do Cadastro Único - CadÚnico e beneficiárias do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC, atendidas em serviços socioassistenciais	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Distrito Sede	249	Famílias e Indivíduos em Risco Social
Distrito Cantinho	50	Famílias e Indivíduos em Risco Social
Entrega/Iniciativa		
Ampliar o atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS		
Construir a sede própria do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		
Garantir a permanência dos benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade social		
Capacitar os gestores locais do programa de Benefício de Prestação Continuada - BPC		

Compromisso	Ampliar a proteção Integral a Famílias e Indivíduos em Risco Social	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Promover o atendimento as pessoas com direitos violados através de Serviços de Proteção Especial	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o município	100%	Famílias e Indivíduos em Risco Social
Entrega/Iniciativa		
Ampliar o atendimento nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS		

Construir sede própria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Ampliar a cobertura da Proteção Social Especial da população com vínculos rompidos ou vítimas de violência e violação de direitos na Sede e Distritos
Garantir acolhimento e atendimento humanizado, através da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com garantia da proteção integral de adulto e suas famílias, idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência de negligência
Capacitar os operadores responsáveis por serviços socioassistenciais
Implantar o Consórcio Intermunicipal de Proteção Especial
Intensificar ações voltadas para o combate ao alcoolismo e as drogas
Capacitar e orientar instituições públicas e privadas que ofertam serviços de alta complexidade de forma regular

Programa	Segurança Alimentar e combate a Fome
Ementa	
Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural, mas que sobretudo privilegiem as potencialidades do nosso município.	
Recursos	**R$ 97,535.74**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Indivíduos sob Insegurança Alimentar no município	%	Aug-25	25%	10%

Compromisso	Garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Ampliar o número de beneficiários com programas de aquisição e distribuição de alimentos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Distrito Sede	200	Pessoas atendidas
Distrito Cantinho	100	Pessoas atendidas
Macrozona Norte	50	Pessoas atendidas
Macrozona Sul	50	Pessoas atendidas

Macrozona Leste	20	Pessoas atendidas
Meta	Ampliar o número de beneficiários com programas de aquisição e distribuição de alimentos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o município	200	Produtores Beneficiados
Entrega/Iniciativa		
Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, incluindo novas associações		
Implantar o PAA – Leite Estadual, para distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social		
Implantar o Programa Municipal de Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar		
Investir no aprimoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional como a manutenção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura		
Construir Unidades coletivas de produção de Alimentos		
Distribuir Cestas Básicas para a população submetida a risco e insegurança alimentar		
Reativar o Conselho Muniicpal de Segurança Alimentar e Nutricional		
Implantar o Centro Municipal de Segurança Alimentar		

Compromisso	Promover a segurança alimentar de famílias inscritas no Cadastro Único – CadÚnico, em locais de potencialidade para a pesca artesanal,	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Apoiar a inclusão de famílias no processo produtivo	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o município	100%	% de indivíduos Elegíveis
Entrega/Iniciativa		
Realizar Cursos de Capacitação para produção de alimentos para o auto sustento e comercialização		
Realizar Cursos de Capacitação profissional, nas áreas de potencialidade do município		
Criar, em parceria com o setor privado, o Projeto “PRIMEIRO EMPREGO”, com o objetivo de oferecer qualificação sócio profissional a jovens de 16 a 24 anos, para inserção no mercado de trabalho, principalmente das mulheres		
Implantar sistemas coletivos de produção para o auto consumo		
Promover as cadeias do artesanato, extrativismo sustentável e comercialização dos produtos artesanais		
Realizar distribuição de Alevinos para o auto sustento e geração de renda		
Celebrar Parecerias entre o município e Organizações Sociais		

Programa	Mais Agua, Mais Vida
Ementa	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais, e do subsolo afim de garantir condições adequadas para a utilização consciente do recursos e quando possível a produção sustentável de alimentos.

Recursos	**R$**	**629,548.84**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Percentual da População Urbana Atendida com Abastecimento de Água	%	Aug-25	IND	100%
Percentual da População Rural Atendida com Abastecimento de Água	%	Aug-25	IND	40%
Famílias sem instalações sanitárias adequada	%	Aug-25	IND	100%
Percentual da População Urbana Atendida com Esgotamento Sanitário	%	Aug-25	IND	30%

Compromisso	Promover o desenvolvimento social e sustentável, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza e/ou em convívio com escassez de recursos hídricos	
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Construção de Cisternas de consumo e de cisternas coletivas de produção	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Região 1	400	Unidade
Meta	Limpeza/Construção de tanques, aguadas, Barragens e Açudes	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Região 1	100	Unidade
Meta	Implantação e ampliação de Sistemas Simplificados de abastecimentos de água rural	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Região 1	10	Unidade
Meta	Ampliar a oferta de água na sede, distritos e localidades	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Região 1	20	%

Entrega/Iniciativa
Construir Cisternas na zona rural
Limpar/construir tanques, aguadas, barragens e açudes
Implantar Sistemas simplificados de abastecimento de água
Implantar Programa Água Doce com dessanilizador emlocalidades rurais
Adquirir materiais e equipamentos para dessalinização
Buscar parceria com o Estado e Governo Federal para canalizar a adutora do São Francisco para o município de Urandi
Perfurar e instalar Poços Artesianos

Elaborar Estudos e Projetos de Saneamento	
Aquirir materiais e equipamentos	
Implantar sistemas de captação de água fluvial para uso nas localidades e residências isoladas	
Adquirir materiais e equipamentos	
Implantar sistemas de captação e tratamento das águas Cinzas para reuso	
Realizar melhorias na rede de abastecimento da sede do município	
Implementar políticas municipais de conservação e gestão dos recursos Hídricos	
Realizar melhorias e reforma da Central de Tratamento de Água da sede do município	
Implantar programa de Restauração de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente	
Realizar formação inicial e continuada com ênfase na sustentabilidade dos recursos hídricos - Universidade das Águas	

Compromisso	Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas	
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Ampliar o acesso a população em situação de pobreza a instalações sanitárias adequadas, com destinação adequada de resíduos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Região 1	20	%
Meta	Estimular o reuso das águas Cinzas, implantação de sistemas de reaproveitamento das águas e resíduos para atividades sustentáveis	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Região 1	20	%

Entrega/Iniciativa
Implantaar Módulos Sanitários Domiciliares
Implementar ações de educação socioambiental
Realizar obras de esgotamento sanitário na sede e povoados
Construir Estação de Tratamento de Esgoto - ETE na sede do município
Construir Barragens Subterrâneas
Implantar Sistemas de saneamento

Programa	Cidade Limpa e Povo Consciente		
Ementa			
Preservar o meio-ambiente, através de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, pela criação de políticas municipais de incentivo ao manejo adequado destes resíduos, inclusive com a promoção da economia de reciclagem, tornando essa prática rentável e socialmente inclusiva.			
Recursos	**R$**		**1,010,824.89**
		Referência	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Indicador	unidade de medida	Data	Índice	Índice Esperado ao final do quadriênio
Percentual da População Urbana Atendida com coleta de Lixo	%	Aug-25	100%	100%
Percentual da População Rural Atendida com coleta de Lixo	%	Aug-25	20%	30%
Lixo com destinação Adequada	%	Aug-25	5%	80%

Compromisso	Promover o desenvolvimento social e sustentável, através de atividades de gestão de resíduos sólidos, tornando-o sócio e	
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Destinação adequada dos resíduos sólidos para aterro sanitário	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	1	Unidade
Meta	Implantação do Centro de Reciclagem do Município	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	1	Unidade
Meta	Implantação de usina de compostagem e destinação de lixo orgânico do município	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	1	Unidade
Entrega/Iniciativa		
Elaborar estudo consorciado para gestão de resíduos sólidos		
Implementar ações de educação socioambiental		
Implementar Programa de Coleta Seletiva com estímulo a participação das Famílias e Escolas do município		
Implantar Centro de Reciclagem e Compostagem do Município		
Apoiar a criação e manutenção de Cooperativa de catadores com o objetivo de gerir as atividades de reciclagem e artesanato, e comercialização dos produtos originários desta atividade		
Adquirir equipamentos e veículos coletores		
Implantar o aterro sanitário consorciado		
Implantar ecopontos em locais visíveis e estratégicos do centro, dos bairros, distritos e nas escolas municipais de Urandi		

Programa	Cidade Legal e Sustentável
Ementa	
Promover a regularização fundiária por meio da legalização da possa de imóveis, e auxilio as esferas estaduais e federais na promoção e democratização do acesso a terra	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Recursos	R$			266,006.55
Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Percentual de imóveis a serem regularizados para fins urbanos e de reforma agrária	%	Aug-25	30%	10%

Compromisso	Ampliar e intensificar a regularização de terras por meio de ações discriminatórias administrativas urbanas e rurais.	
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Regularização da Titulação de posse de imóveis	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	60	Unidade
Meta	Fomento a Titularização feminina de posse de imóveis	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	Unidade
Entrega/Iniciativa		
Apoiar as ações estaduais que visem a emissão de Títulos de Terra		
Dar continuidade às ações de Regularização Fundiária Urbana Social - REURB-S		
Promover a discriminação e reconhecimento de áreas urbanas		
Fiscalizar a regularização de novos Loteamentos Urbanas com base no Plano Diretor Municipal		
Implantar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
Promover a Regularizarização Fundiária Rural e Urbana nas regiões do Distrito de Cantinho		
Realizar a regularização de áreas urbanas de perímetros irrigados no território do município		
Priorizar a regularização fundiária de titularidade feminina		

Programa	Profissionalizar para Empreender e Trabalhar
Ementa	
Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, pessoas em situação de pobreza, consideradas a potencialização de suas capacidades e de suas vocações. Bem como a profissionalização dos sistemas produtivos existentes no município.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Recursos	R$			266,006.55
Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
% cidadãos elegíveis assistidos por programas de estimulo a produção e formação profissional.	%	Aug-25	20%	100%

Compromisso	Promover a inclusão produtiva de famílias inscritas no Cadastro Único - CadÚnico	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Promover a inclusão das famílias do CadUnico no processo produtivo	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	200	Unidade

Entrega/Iniciativa
Prestar assistência aos empreendimentos populares urbanos e rurais
Fomentar a Economia Solidária
Disponibilizar e Insumos e equipamentos para viabilização de processos produtivos coletivos e individuais
Promover a qualificação e manejo de arranjos produtivos.
Implantar programa de crédito facilitado e orientado para promover o empreendedorismo em famílias de baixa renda
Reaiizar cursos profissionalizantes e capacitantes.

Compromisso	Incluir produtivamente comunidades tradicionalmente com atividade de subsistência, pequenos produtores através do associativismo e fomento a empreendimentos populares individuais e coletivos.	
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Apoiar e implantar projetos de inclusão produtiva em todo o município	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Município	200	Unidade

Entrega/Iniciativa
Implantar, ampliar e recuperar a infraestrutura social de apoio a produção e comercialização
Incentivar a criação de Agroindústrias, através de associações e cooperativas, principalmente nas cadeias produtivas do leite e das frutas;
Ampliar o Programa de Assistência Técnica Rural e capacitar os produtores em áreas como: produção agrícola, pecuária, agroecologia, gestão e comercialização e acesso a políticas públicas
Construir Espaço moderno para nova Feira Livre Municipal
Construir Parque de Exposições de Urandi
Inserir a Festa de Rodeio e a Feira de animais no calendário cultural da cidade

Fortalecer e ampliar a Feira da Agricultura Familiar, Economia Solidária e Cultural de Urandi
Realizar parceria com a CODEVASF e com o IF Baiano para o plantio de área com o Capim-açu, palma, milho e outras culturas para distribuição de alimento animal no período da seca, conforme cadastro de pequenos criadores do município
Dar suporte técnico às associações do município quanto à elaboração de projetos técnicos para captação de recursos para investimento na geração de renda
Manter em funcionamento a Sala da Cidadania (INCRA) e o CREDBAHIA
Continuar dando suporte aos agricultores (as) no Programa Garantia Safra e na emissão de CAF's e demais documentos
Fortalecer as ações em prol do homem, da mulher e da juventude do campo, em especial da Agricultura Familiar, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi – STTR
Criar o Cadastro Municipal de Associações Rurais e instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, composto por representantes das associações e do poder público municipal
Construir o Matadouro/Frigorífico Municipal
Intensificar as ações do Selo de Inspeção Municipal – SIM
Tornar o município conhecido nacionalmente como "Capital do Queijo Trança"
Ampliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Compromisso	Apoiar ações que visem aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar, com investimento nas principais cadeias produtivas	
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Atender agricultores familiares nas diversas cadeias produtivas apoiando as ações de outras esferas de governo, bem como implantando políticas municipais que capacitem essas famílias a tornarem-se fornecedores do poder público	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	200	Unidade
Entrega/Iniciativa		
Aquirir e distribuir pequenos animais		
Aquirir e distribuir insumos e kits de irrigação para produtores rurais		
Aquirir tratores e implementos agrícolas para as Associações Comunitárias Rurais		
Apoiar a cadeia produtiva do leite em parceria (CDS Alto Sertão, SEBRAE, SENAR e STTR)		
Criar selos de qualidade e fiscalizando e qualificando os produtos regionais		
Apoiar publicitariamente os produtos produzidos regionalmente através de mecanismos adequados de divulgação e garantir a particpação em feiras locais e regionais		
Aquiquir kits de comercialização para feiras livres		
Buscar parcerias com o Governo do Estado, através da SEAGRI e da SDR/CAR para novos projetos de agricultura irrigada, psicultura, apicultura, etc...;		
Compromisso	Incluir e apoiar agricultores no programa Garantia Safra para garantir indenizações em caso de perda da lavoura, bem como na obtenção de créditos	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	
Meta	Assegurar a inclusão de agricultores no programa Garantia Safra, bem como apoiar o pequeno agricultor na captação de recursos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	400	Agricultores(as)
Entrega/Iniciativa		
Aderir ao programa Garantia Safra		
Apoiar o pequeno agricultor para que ele possa aderir ao programa Garantia Safra		
Criar estrutura administrativa que vise apoiar administrativamente o pequeno agricultor		
Identificar linhas adequadas de crédito, informar e apoiar administrativamente o pequeno agricultor na obtenção destes recursos		
Fortalecer a parceria com o Banco do Nordeste e outras instituições que operam recursos destinados a agricultura familiar		

Programa	Saúde para Todos
Ementa	
Buscar a sustentabilidade da saúde , ampliando seu conceito de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos	
Recursos	**R$ 127,636,149.51**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado ao
		Data	Índice	
Proporção da Cobertura Populacional Estimada pela Estratégia da Saúde da Família	%	Aug-25	100%	100%
Taxa de Mortalidade Infantil	por mil	Aug-25	6,37/1000	4/1000
Taxa de Cobertura de Vacinação em crianças de até 5 anos	%	Aug-25	95%	100%

Compromisso	Ampliar as ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças e agravos	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Obter cobertura adequada em imunizações de acordo com as faixas etárias e programas nacionais no âmbito do SUS	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	%

Meta	Ampliar as ações de vigilância em saúde garantindo sua atuação integral no âmbito do município	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	Ações
Meta	Fortalecer os programas de atendimento ativo, buscando intensificar o combate as endemias.	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	Programas Fortalecidos
Entrega/Iniciativa		
Implementar a Gestão Integral de vigilância em Saúde no âmbito municipal		
Implementar as ações de vigilância epidemiológica		
Implementar a Campanha de vacinação e aumento da oferta de vacinas nos postos de Saúde		
Criar selos de qualidade e fiscalizando e qualificando os produtos regionais		
Fortalecer as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador para controlar e prevenir surtos de doenças		
Implementar as vacinações nas escolas municipais e estadual		
Implantar salas de vacinação nos novos postos satélites de saúde		
Compromisso	Fortalecer a Atenção Básica efetivando a mudança do Modelo de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Construir e reformar as unidades de saúde para atenção Básica, melhorando a qualidade da infraestrutura destinada a Saúde da Família	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	%
Meta	Ampliar a cobertura de saúde da família buscando atuar em 100% do território municipal	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	%
Entrega/Iniciativa		
Implantar Politicas Municipais de Monitoramento da Atenção Básica		
Implantar Academias da Saúde		
Reformar todas as unidades de saúde da família		
Construir Postos Satélites de Saúde nas localidades de Cubículo, Jaqueira, Tiririca, Bairro Vista Alegre, Pedras e Cabeceiras		
Realizar ampliação dos Postos Satélites de Núcleo I e Poções		
Construir UBS no Bairro Vermelho		
Implementar ações de educação permanente para usuários e profissionais da atenção básica		
Garantir oferta de medicamentos do componente básico de assistência farmacêutica para todos os usuários do SUS no âmbito do município		
Implantar a fitoterapia no SUS-Bahia		
Construir a Nova Farmácia Básica e ampliar a oferta de medicamentos gratuitos, através do REMUME		

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Compromisso	Promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Ampliar a oferta de serviços para o cuidado por ciclo de vida e gênero	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	% População
Entrega/Iniciativa		
Implantar a Política de Alimentação e Nutrição		
Implementar os serviços de Atenção Integral à Saúde da Criança		
Implementar os serviços de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem		
Implementar os serviços de Atenção Integral à Saúde da Mulher		
Implantar os serviços de atenção integral à Saúde do Homem		
Ampliar e qualificar a Rede de Cuidado da Pessoa com Deficiência, promovendo a articulação e integração entre os pontos de atenção		
Criaar o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso		
Implantr os serviços de atenção à gestante adolescente, com foco na prevenção da segunda gestação não planejada		
Implantar o Programa "EDUCAÇÃO EM SAÚDE", de modo a promover a padronização das normas e rotinas de serviço, bem como promover a qualificação profissional nas diversas áreas de formação em saúde;		
Implantar o projeto "SAÚDE NAS RUAS" com atividades físicas regulares nas praças públicas da sede e povoados;		
Ampliar os serviços de saúde bucal nas unidades de saúde de Núcleo II, Rio Verde, Salinas e Poções		
Adquirir 01 (uma) Unidade Odontológica Móvel		
Organizar a Rede de Atenção ao Diabetes, Hipertensão e Obesidade		
Implantar os serviços de telemedicina para garantir maior rapidez de atendimento e redução de filas em especialidades mais demandadas		
Compromisso	Garantir aos usuários do SUS do município acesso aos procedimentos de internação de Média e Alta Complexidade - MAC, através de atuação junto as estancias do estado e da união, ou através de recursos do próprio município em 100% das demandas e em prazos razoáveis as especificidades das demandas.	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Participar proativamente da rede de regulação, garantindo o interesse do cidadão e o acesso aos serviços - MAC, inclusive por meios judiciais quando necessário	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	% População
Entrega/Iniciativa		
Garantir o acesso da população ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD		
Contratualizar/credenciar unidades e serviços de saúde		

Construir a Policlínica Municipal de Saúde		
Manter a Participação Consorciada à Policlínica Regional de Saúde		
Reformar o Hospital Municipal Pe.Antônio Manoel da Rocha		
Manter o atendimento em especialidades médicas		
Implantar os serviços de Cirurgias por Video-Laparoscopia de vesícula biliar (colecistectomia) e cálculo renal (pedra nos rins) no Hospital Municipal Padre Antônio Manoel da Rocha;		
Manter casa de apoio a pacientes do município em Salvador		
Manter apoio Jurídico de Defesa dos interesses da Saúde do Cidadão		
Implantar o Centro de Especialidades Odontológicas		
Ampliar a frota de ambulâncias para melhor atendimento no interior do município e nas transferências de pacientes		
Realizar a formação continuada aos profissionais de saúde do município		
Compromisso	Garantir serviços para o cuidado materno-infantil no Sistema Único de Saúde -SUS-Bahia, contribuindo efetivamente para a melhoria	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Reduzir anualmente em 5% a razão da mortalidade infantil e materna no âmbito municipal	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	5%	%
Entrega/Iniciativa		
Qualificar profissionais na atenção materna e neonatal		
Ampliar o acompanhamento do pré-natal com a maior oferta de ultrassonografias morfológicas e gratuidade em todos os exames laboratoriais das gestantes pela rede municipal, para melhor avaliação e acompanhamento da gestação		
Estruturar e qualificar a rede de atenção ao pré-natal		
Implantar casa de apoio à gestante e ao recém nascido		
Implantar o transporte inter-hospitalar para atenção materno-infantil		
Compromisso	Promover a atenção integral as pessoas com transtorno mental e/ou usuário de álcool, Crack e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Disponibilizar os serviços do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I além de garantir ampliação das ações, tendo em vista a inclusão social e econômica dos seus usuários e familiares	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	
Todo o Município	100%	%
Entrega/Iniciativa		
Implantar o Centro de Atenção Psicosocial - CAPS I		
Implantar a unidade de internação de dependentes químicos e alcoólicos		

Qualificar os profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação		
Implantar práticas integrativas e complementares para a saúde mental		
Estruturar os serviços farmacêuticos no CAPS		
Implantar ações de inclusão social por meio da Economia Solidária		
Compromisso	Garantir acesso humanizado a rede de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Garantir ao usuário do SUS do município, acesso aos serviços de emergência e urgência médica	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	
Todo o Município	100%	%
Entrega/Iniciativa		
Manter os serviços do SAMU 192		
Implantar o serviço de Raio-X Digital com Laudo		
Integrar a rede de urgência e emergência às linhas de cuidado		
Promover a qualificação dos profissionais de saúde para atendimento de urgência e emergência		
Implantar o serviço de telemedicina para avaliação rápida de pacientes com especialistas de plantão		
Implementar a Lei Lucas no município		
Ampliar o atendimento em unidades básicas de saúde em horário estendido, através do Programa SAÚDE NA HORA		
Implementar protocolo de enfermagem municipal para que amplie as ações da enfermagem no município (prescrição de medicações, inserção de DIU, suturas, etc...), além de oportuna qualificação, propiciando maior acesso da população aos serviços de saúde, além de respaldo profissional.		
Compromisso	Ampliar a qualidade do Sistema Único de Saúde - SUS, modernizando e fortalecendo os mecanismos de gestão e expandindo sua base científica, tecnológica e produtiva além de qualificar e estimular o controle social	
Órgão Responsável	Secretaria de Saúde	
Meta	Qualificar a gestão do SUS no âmbito municipal, atuar proativamente no controle, planejamento e deliberação das políticas estaduais para o SUS, garantindo a defesa do interesse do município nas deliberações intergestores	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	
Todo o Município	100%	Processos Qualificados
Entrega/Iniciativa		
Garantir Representação na gestão colegiada do SUS-Bahia		
Garantir a inclusão no Plano Diretor de Regionalização - PDR e no Plano Diretor de Investimentos - PDI, das demandas do Município		
Revisar, adequar e monitorar a Programação Pactuada Integrada - PPI		
Participar dos espaços deliberativos interfederativos / Conselhos de Gestão Microrregional - CGMR		
Modernizar os instrumentos e mecanismos de gestão e controle administrativo da Secretaria de Saúde		

Implementar a tecnologia da informação e da informática na Secretaria de Saúde	
Qualificar os trabalhadores do SUS com ênfase na formação e especialização técnica	

Programa	Fortalecimento da Educação Básica
Ementa	
Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar	
Recursos	**R$ 314,867,519.79**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Indice	2023	6.7	7
Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental	Indice	2023	4.1	5.5

Compromisso	Garantir ensino básico em oferta compatível com as demandas municipais, com qualidade garantidas as diretrizes curriculares.	
Órgão Responsável	Secretaria de Educação	
Meta	Erradicar o analfabetismo infantil no âmbito municipal	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	1	% Crianças de até 8 anos alfabetizadas
Meta	Criar o Programa de Alfabetização e Multiletramentos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%
Meta	Ampliar o acesso à educação integral, elevando os tempos e espaços educativos e garantindo a permanência dos estudantes na escola	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	5	Unid.
Entrega/Iniciativa		
Aderir as propostas e programas de alfabetização do Governo Federal e Estadual e outros programas educacionais		
Criar o PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E MULTILETRAMENTOS, no âmbito municipal, com estratégias que garantam o fortalecimento da política municipal de alfabetização e da recuperação da recomposição da aprendizagem		
Construir Nova Creche Municipal no Bairro Xavier		
Fortalecer e ampliar o atendimento da Educação Integral em Tempo Integral com a participação da família na escola		
Ampliar a oferta de matrículas no maternal nas escolas rurais e inserir monitores		

	Garantir ações para a promoção da igualdade étnico-racial e diversidade cultural nas escolas públicas da rede municipal de ensino, com foco nas Leis nº. 10.639/2003 e 11.645/2008
	Fortalecer as ações pedagógicas nas escolas municipais
	Promover o ensino/apresndizagem prioritários para todos os estudantes com base nas avaliações
	Disponibilizar o transporte escolar para os alunos matriculados no ensino médio da zona rural
	Promover a assistência alimentar e nutricional aos educandos
	Realizar os jogos escolares municipais com a participação de todas as escolas do município, com diferentes modalidades e jogos recreativos em ocasião da semana do estudante.
	Implementar e disponibilizar o de bolsa-auxílio aos alunos monitores voluntários
	Realizar concurso público para profissionais da educação
	Assessorar às unidades escolares estaduais e aos municípios na elaboração e execução do Plano de Educação
	Promover os Jogos e Gincanas Escolares e fortalecimento dos vínculos estudantis
	Construir nova Escola de Ensino Fundamental I no Povoado de Poções

Compromisso	Reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede de ensino	
Órgão Responsável	Secretaria de Educação	
Meta	Elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	90 nas séries iniciais; 85 no ensino fundamental; 80 no ensino médio	%
Meta	Meta Garantir acesso a 100% dos cidadãos em idade escolar e permanência de pelo menos 95% dos alunos da rede municipal de ensino	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100 de acesso e 95% de permanência	%

Entrega/Iniciativa
Fortalecer as ações pedagógicas nas escolas municipais
Garantir a continuidade da modernização e ampliação dos espaços e equipamentos públicos da Educação
Garantir a continuidade do “kit uniforme escolar (camisa, calça, jaqueta e tênis)” a todos os estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino e implantar a distribuição de “kit material escolar (mochila, caderno, caneta, lápis, borracha e estojo)”;
Reformae e ampliar as Creches escolares
Ampliar e Reformar as Unidades Escolares no Município
Adquirir novos ônibus escolares
Realizar capacitação de condutores para o transporte escolar

Manter o Transporte Escolar na zona urbana		
Adquirir novo veículo adequado para transporte da Merenda Escolar		
Incentivar a criação da Associação dos Autistas		
Garantir continuidade do monitoramento, acompanhamento e criação de novas estratégias para a melhoria dos índices educacionais do município, em especial o IDEB;		
Ampliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE)		
Ampliar os atendimentos do NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE URANDI – NEEU garantindo o atendimento com Psicopedagogo, Psicólogos, Fisioterapia Motora, Neuropediatra, Terapia Ocupacional, Fonoaudiólogo, Psicomotricidade,etc...		
Compromisso	Valorizar os profissionais da educação e promover sua formação nas diversas áreas do conhecimento	
Órgão Responsável	Secretaria de Educação	
Meta	Efetivar a formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública municipal de educação	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	90 nas séries iniciais; 85 no ensino fundamental; 80 no ensino médio	%
Meta	Meta Garantir acesso a 100% dos cidadãos em idade escolar e permanência de pelo menos 95% dos alunos da rede municipal de	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100 de acesso e 95% de permanecia	%
Entrega/Iniciativa		
Promover o desenvolvimento da atenção à saúde dos professores da rede municipal de ensino		
Investir na capacitação dos profissionais da educação		
Valorizar os profissionais do magistério com a continuidade do cumprimento do piso salarial, formação continuada e Plano de Carreira para os demais trabalhadores da educação municipal		
Implementar as políticas de incentivo com base no desenvolvimento individual de cada profissional através da otimização do plano de cargos		
Apoiar as ações que resultem em adoção de práticas inovadoras que tenham repercussão sobre a gestão e qualidade de ensino		
Compromisso	Inovar e diversificar os currículos escolares, promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes e à cultura, prioritariamente as expressões locais, fortalecendo a vinculação e a identidade do estudante com seu município.	
Órgão Responsável	Secretaria de Educação	
Meta	Implantar as diretrizes curriculares da educação básica e promover a inovação e a diversificação dos currículos escolares em 100% das	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%

Meta	Atualizar currículos escolares e utilizar métodos com suporte tecnológico como instrumentos pedagógicos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%
Meta	Estruturar 90% das escolas públicas para o fortalecimento e desenvolvimento do esporte da escola e demais temas da cultura corporal	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	90	%
Entrega/Iniciativa		
Ampliar as Bibliotecas Escolares		
Grantir a equidade do ensino/aprendizagem em todos os seus níveis da educação básica		
Estruturar e expandir os grupos culturais escolares		
Fortalecer e fomentar a cultura corporal e do esporte no currículo escolar		
Fortalecer e fomentar as ações sócioeducativas da promoção do vínculo entre a escola, a família e a comunidade		
Fomentar a iniciação científica, à leitura e ao desenvolvimento do letramento na educação básica		
Fomentar a criação de Feira de Ciências, Arte e Cultura nas escolas municipais da rede pública e privada		
Garantir continuidade da aquisição de equipamentos tecnológicos para implementação da política municipal de Cultura Digital nas escolas públicas municipais		
Desenvolver, customizar e catalogar as novas tecnologias educacionais		
Promover melhorias nos laboratórios de informática com conexão a internet banda larga nas unidades escolares		
Implementar Política Municipal de Educação Ambiental e Sustentabilidade, no âmbito das escolas públicas da rede municipal		
Compromisso	Reduzir o índice de analfabetismo e assegurar a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos, criando as condições	
Órgão Responsável	Secretaria de Educação	
Meta	Ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade garantindo oferta de	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%
Entrega/Iniciativa		
Implementar a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJAI		
Fortalecer o Programa TODOS NA ESCOLA através do PEJAI, ampliando a oferta de matriculas e rigoroso acompanhamento pedagógico		
Implantar o ensino técnico profissionalizante em conjunto com o PEJAI		
Adquirir e distribuir material didático-pedagógico		
Fornecer o transporte aos alfabetizandos para acesso aos espaços de alfabetização		
Fornecer gêneros alimentícios para refeição dos alfabetizandos		
Dar continuidade ao fornecimento de Bolsa Permanência para os alunos do PEJAI		
Compromisso	Apoiar o estudante de ensino superior através de apoio econômico e engajamento funcional através de implantação de vagas de treine e menor aprendiz	
Órgão Responsável	Secretaria de Educação	

Meta	Apoiar o estudante da rede de ensino municipal, na capacitação para ingresso em faculdades, suporte econômico e oferta de bolsas pelo programa treinando o futuro.	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%

Entrega/Iniciativa

Implantar o Programa treinando o futuro, com oferta de vagas de estágio para estudantes da rede municipal e estudantes originários da rede municipal que estejam cursando áreas de interesse da administração.

Garantir continuidade da articulação com as instituições de ensino superior, públicas e privadas, organizações da sociedade civil, para o fortalecimento das políticas da educação municipal

Continuar o fornecimento de Transporte aos alunos de Nível superior e técnico noturno e implantar o ticket/vale-transporte no período diurno

Fomentar a implenatação de Faculdades no município

Programa	Cidadania, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo

Ementa

Fortalecer a estrutura do desporto, para-desporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população

Recursos **R$** **9,935,344.64**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Número de Equipamentos Construídos	unidade	Aug-25	NSA	5
Número de Eventos Realizados	unidade	Aug-25	NSA	12

Compromisso	Promover a inclusão social por meio do esporte de participação	
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	
Meta	Promover a participação de todos os cidadãos em esportes de lazer	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%
Meta	Realizar e/ou apoiar eventos esportivos e de lazer comunitário	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%
Meta	Promover o esporte educacional, com vistas a garantir o direito à prática esportiva, o desenvolvimento integral do aluno e a formação da cidadania, através da realização de eventos esportivos educacionais	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	5	Unid.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Entrega/Iniciativa			
Desenvolver atividades esportivas em praças públicas			
Realizar eventos esportivos e de lazer comunitários			
Promover Comemorações e Festividades			
Realizar eventos esportivos educacionais			
Apoiar os eventos realizados pela Liga Municipal			
Fortalecer o esporte amador/veterano para melhoria da qualidade de vida			
Implantar e implementar de núcleos de iniciação esportiva e inclusão social			
Implementar projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais, garantindo inclusão e acessibilidade e específicas para promover a inclusão da prática paraesportiva no município, garantindo oportunidades para todos os cidadãos			
Manter e incentivar Escolinhas de Esporte			
Promover peneiras e apoiar atletas mirins para acesso a clubes profissionais			
Implantar o Programa "BOLSA ATLETA" no âmbito municipal com o objetivo de incentivar os atletas do município em competições regionais, estaduais e nacionais, além de incentivar o ingresso do(a) atleta no profissional			
Construir uma pista de Wheeling para a pratica de manobras de motocicletas e quadriciclos.			
Realizar capacitações para treinadores de futebol/futsal, em parceria com a Liga Baiana de Futebol			
Compromisso	Garantir a infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e controle social		
Órgão Responsável	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo		
Meta	Construir equipamentos desportivos e de lazer		
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**	
Sede	2	unidade	
Região 1	2	unidade	
Entrega/Iniciativa			
Construir Praça Esportiva de Skate e Basquete no Bairro DC-5			
Reformar espaços desportivos já existentes			
Realizar cobertura das quadras do Cedro, Jaqueira e Pesqueiro			
Construir Campos de Futebol com alambrado e iluminação nas localidades de Cantinho, Núcleo I, Núcleo II, Estreito, Lagoa Grande, Salinas, Agreste, Entupição, Poções, Pesqueiro, Santa Luzia, Chicão, Rio Verde, Morrinhos e Barreiro			
Construir um complexo poliesportivo denominado "PRAÇA DA JUVENTUDE"			
Construir praças poliesportivas com equipamentos de lazer, esporte e ginastica.			
Construir Parque Municipal			
Construir quadras esportivas nas localidades de Rio verde, Sítio das Abóboras, Retiro, Angical, Barreiro e Alto do Cruzeiro			

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

	Construir Campo Society com grama sintética no Bairro Vermelho		
	Compromisso	Fortalecer áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a requalificação de espaços e equipamentos, potencializando a cultura e o turismo	
	Órgão Responsável	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	
	Meta	Implantar e requalificar espaços turísticos	
	Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
	Todo o Município	90	%
	Entrega/Iniciativa		
	Construir o plano de conservação das áreas de interesse turístico e cultural		
	Urbanizar espaços turísticos		
	Criar espaços culturais e turísticos		
	Apoiar às ações do Conselho Municipal de Cultura		
	Valorizar manifestações culturais e apoio e qualificação das festas típicas do município		
	Recuperar praças, parques e jardins		
	Promover eventos culturais e de interesse turístico		
	Fortalecer os eventos culturais previstos no calendário municipal de cultura		
	Criar o projeto Biblioteca na Praça		
	Implementar a Escola de Música com novos instrumentos e aulas intensivas		
	Criar o Projeto “CINE URANDI” com projeção de filmes no Auditório Teatro Municipal		
	Pormover aulas de teatro para crianças, adolescentes e jovens		
	Ampliar internet gratuita em diversos pontos do município		
	Dar suporte e apoio na Fundação da Rádio Comunitária		
	Intensificar o Projeto “CIDADE CULTURAL” com a utilização dos espaços públicos da cidade, tornando a cidade movimentada em todos os bairros e praças		
	Incentivar a criação da Academia de Letras de Urandi		
	Implementar a Feira Literária de Urandi – FLUR anualmente com a participação de referências literárias locais e nacionais		
	Disponibilizar editais de programas federais de cultura (Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo e outros)		
	Apoiar indivíduos e grupos de expressão artística e cultural		
	Garantir a continuidade da Orquestra Sinfônica Municipal		
	Apoiar atividades culturais e artísticas tendo em vista promover a inclusão econômica destes eventos		
	Preservar a memória e o patrimônio cultural, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo		
	Preservar a memória do artesanato por meio da ampliação e modernização do acervo de peças e documentos do Centro Cultural de Urandi		
	Encaminhar para reconhecimento da Fundação Palmares a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande e Comunidade Quilombola de Barreirinho		

Preservar a memória e história dos movimentos sociais, da crença e da cultura popular

Estabelecer parcerias e convênios para a restauração, preservação e conservação de imóveis que fazem parte do patrimônio histórico do nosso município

Construir Praça de Eventos e Lazer nas comunidades de Cantinho, Núcleo I e Núcleo II

Ampliar o número de oficinas voltadas às áreas: ternos de reis, artesanato, reciclagem, violão, sanfona e contação de história, criação literária, pintura, teatro e dança, a serem ofertadas gratuitamente aos públicos designados, mediante publicação de editais

Programa	Mais Cidadania
Ementa	
Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa	
Recursos	**R$** **350,241.96**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Número de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos	unidade	2020	347.0	173

Compromisso	Promover e apoiar ações que visem a garantia do direito humano e da cidadania	
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social	
Meta	Apoiar ações que visem garantir a população acesso a documentação civil básica, o acesso a justiça pela população socialmente	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	10000%	%

Entrega/Iniciativa

Fotalecer o Núcleo de Assistência Jurídica do CREAS

Apoiar ações que visem a obtenção de documentação básica

Apoiar ações que visem garantir o respeito a diversidade, de gênero, raça.

Apoiar as ações que visem garantir os direitos de deficientes físicos

Apoiar as ações que visem garantir os direitos das crianças e adolescentes

Apoiar as ações que visem garantir os direitos dos idosos

Apoiar as ações que visem garantir os direitos das mulheres

Programa	Juventude Consciente
Ementa	
Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e	

Recursos	**R$**				**2,615,731.08**
Indicador		unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
			Data	Índice	
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil		%	Aug-25	5%	0%
Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos		%	Aug-25	5%	0%

Compromisso	Fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente para consolidar a Política Estadual de Defesa e Garantia de
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social
Meta	Proteger e defender direitos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social

Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100%	%

Entrega/Iniciativa

Apoiar projetos sociais para a promoção de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social

Capacitar conselheiros tutelares, por meio de cursos, seminários e oficinas

Ativar o Conselho Municipal da Juventude

Promover ações de combate ao álcool e as drogas para adolescentes e jovens

Programa	Viver na Melhor Idade
Ementa	
Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso a educação, trabalho, segurança, seguridade e participação	
Recursos	**R$** **266,006.55**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Percentual de Idosos em Situação de Violação de Direitos	%	Aug-25	5%	0%
Percentual de Idosos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	%	Aug-25	5%	0%

Compromisso	Fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos do Idoso para consolidar a Política de Defesa e Garantia de Direitos, focada na devida implementação do Estatuto Idoso
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social
Meta	Garantir assistência integral ao Idoso, promovendo o envelhecimento ativo e saudável

Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	10000%	%

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Entrega/Iniciativa	
Capacitar os operadores dos serviços para pessoa idosa	
Capacitar os operadores dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo da pessoa idosa	
Realizar oficinas de atividades corporais, manuais e de núcleos de estudos teóricos	
Realizar lançamento de livros produzidos por idosos	
Realizar eventos direcionados a idosos	
Fortalecer as atividades do Grupo da Terceira Idade	
Implantar a casa de acolhida para idosos em situação de vulnerabilidade social	
Programa	Protagonismo Feminino
Ementa	
Assegurar proteção ampla a mulher, garantindo seu espaço na sociedade, seus direitos como cidadão produtivo.	
Recursos	**R$** **266,006.55**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao final do quadriênio
		Data	Índice	
Percentual de ocorrências registradas nas instituições integradas a rede de	%	Aug-25	70.0	100
% de mulheres chefes de família, elegíveis, apoiadas por programas sociais	%	Aug-25	100.0	100

Compromisso	Promover a proteção ampla a mulher, garantir seus direitos como cidadã produtiva e em situação de igualdade com o homem
Órgão Responsável	Secretaria de Assistência Social
Meta	Ampliar o acesso de mulheres em situação de risco aos serviços municipais que visem a saúde integral, a formação, a proteção de

Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	%

Entrega/Iniciativa
Garantir atendimento prioritário as mulheres em situação de risco
Construir o plano municipal de promoção a igualdade de gênero
Realizar campanhas de valorização das mulheres
Realizar eventos transversais direcionados a mulher
Realizar eventos que visem a capacitação das mulheres chefes de família em situação de risco
Promover a inclusão produtiva da mulher
Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
Garantir o funcionamento da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Programa	Infraestrutura e Modernização Urbana
Ementa	
Ampliar e modernizar a infraestrutura urbana do município	
Recursos	**R$** **56,138,909.00**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao
		Data	Índice	
Percentual de estradas municipais com boas condições de trafegabilidade	%	Aug-25	70.0	90
Percentual de ruas e avenidas municipais com pavimentação	%	Aug-25	70.0	90

Compromisso	Ampliar e modernizar a infraestrutura Urbana do município	
Órgão Responsável	Secretaria de Transporte e Obras	
Meta	Ampliar o número de estradas vicinais em boas condições de trafegabilidade garantindo mobilidade de pessoas e escoação da produção	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	90	%
Meta	Ampliar o número de ruas e avenidas com pavimentação, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	30	Rua/Avenida
Meta	Implantação de sistema de esgotamento sanitário com tratamento de esgoto na sede	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	1	Unidade
Meta	Implantar sistemas de sinalização nas ruas, avenidas e estradas vicinais do município	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	1	Unidade

Entrega/Iniciativa
Realizar abertura e manutenção de estradas vicinais do município
Buscar parcerias com o Governo do Estado para Pavimentação Asfáltica das estradas que liga Urandi à Salinas, BR 122 à Poções, BR 122 à Estreito, Cantinho aos
Realizar obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas da sede do município, distrito e povoados
Construir pontes, bueiros e passagens molhadas nas vias do município

Implantar sistema de sinalização de ruas, praças e acessos vicinais do município
Garantir a atualização contínua do Plano Diretor Urbano
Ampliar a oferta de iluminação pública da sede e zona rural do município
Melhorar os acessos ao município garantindo condições adequadas de trafegabilidade
Construir quebra-molas e passagens elevadas em diversas ruas da sede do município
Realizar obras de esgotamento sanitário na sede do município, incluindo Estação de Tratamento de Esgoto - ETE
Criar novas áreas de estacionamento para facilitar a vida da população e dos comerciantes locais na sede do município

Programa	Viver com Dignidade
Ementa	
Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores do município com o objetivo de assegurar o padrão de sustentabilidade nas cidades	
Recursos	**R$ 802,453.09**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao
		Data	Índice	
Déficit Habitacional Relativo	%		INM	5%
Domicílios Adequados	%		INM	100%

Compromisso	Contribuir para a redução da pobreza urbana com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários, requalifi cação de moradias e desenvolvimento de ações sociais	
Órgão Responsável	Secretaria de Transporte e Obras	
Meta	Construir 100 unidades habitacionais	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	100	Unid.
Meta	Construir/Reformar unidades habitacionais	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	300	Unid.

Entrega/Iniciativa
Construir unidades habitacionais urbanas e rurais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.
Realizar melhorias de unidades habitacionais
Construir e realizar melhorias de unidades sanitárias domiciliares urbanos e rurais

Reassentar domicílios em situação de risco ou insalubridade
Desapropriar terrenos para construção de casas populares
Realizar reforma e gestão adequada de cemitérios na sede e zona rural

Programa	Economia Forte: Local, Popular e Solidária

Ementa

Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria, mineração e comércio

Recursos	**R$**	**10,538,292.82**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao
		Data	Índice	
Variação Anual do estoque de empregos formais	%	Aug-25	NSA	15%
Evolução do valor adicionado	%	Aug-25	NSA	15%
Variação anual do número de empresas ativas no município	%	Aug-25	NSA	15%

Compromisso	Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o município e fortalecer aqueles já instalados
Órgão Responsável	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
Meta	Atrair empreendimentos para o município e apoiar ações que visem o fortalecimento das empresas já instaladas

Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	3	unid.

Entrega/Iniciativa
Implantar o distrito industrial na sede do município
Implantar o Centro de Treinamento e capacitação profissional
Promover as potencialidades industriais e comerciais
Estimular e apoiar o desenvolvimento do setor de serviços, objetivando sua estruturação e consequente ampliação da capacidade de geração e riqueza
Ampliar a oferta de programas de capacitação para comerciantes e prestadores de serviços, ajudando-os a melhorar a gestão de seus negócios e a qualidade do
Assessorar ao comércio local em diversas áreas do conhecimento, através da Sala do Empreendedor: Formação do Preço de Venda, Marketing, Atendimento,
Apoiar a inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas locais

Elaborar, em parceria com instituições públicas e privadas, programas de apoio ao empreendedorismo inovativo
Fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar
Incentivar uma maior participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas, fomentando o crescimento da economia local,
Dar continuidade ao Programa Comércio Forte, Cidade Valorizada

Programa	Sustentabilidade Ambiental
Ementa	
Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais	
Recursos	**R$ 2,544,796.00**

Indicador	unidade de medida	Referência		Índice Esperado ao
		Data	Índice	
Fiscalização e monitoramento do Meio Ambiente	%	Aug-25	INM	100
Áreas sob Proteção Ambiental	%	Aug-25	INM	100

Compromisso	Implantar e ampliar a fiscalização ambiental, principalmente sobre os recursos hídricos, buscando a preservação de áreas, das nascentes
Órgão Responsável	Secretaria de Meio Ambiente
Meta	implantar políticas públicas e infraestrutura necessária a fiscalização ambiental no Município

Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	90	%

Entrega/Iniciativa
Elaborar o Plano municipal de enfrentamento dos efeitos do Clima
Elaborar políticas de preservação, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos
Implantar corredores de Biodiversidade
Incentivar a implantação de florestas para fins econômicos em pequenas propriedades
Acompanhar e colocar em prática o Plano Municipal de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos
Implementar a educação ambiental
Apoiar as ações que visem a revitalização de Bacias Urbanas e regionais
Promover o uso sustentável dos recursos hídricos para o desenvolvimento social e econômico do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Compromisso	Preservar e recuperar áreas de valor ambiental, promovendo a desocupação das suas áreas de risco e o uso sustentável com a oferta de	
Órgão Responsável	Secretaria de Meio Ambiente	
Meta	Garantir a manutenção e recuperações das áreas de preservação e conservação ambiental	
Regionalização	**Quantidade/Detalhamento**	**Unidade de Medida**
Todo o Município	90	%
Entrega/Iniciativa		
Elaborar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação das áreas de nascentes		
Conservar Áreas de Preservação Permanente – APP's na serra geral para evitar expansão inconseqüente de eólicas e mineradoras em áreas que devem ser		
Intensificar as ações de cobrança de empreendimentos eólicos para revitalização da área degradada na Serra Geral, em especial nas áreas próximas as nascentes		
Implantar equipamentos de esporte e lazer que ampliem o contato com a natureza e o esporte de aventura		
Organizar eventos sociais que envolvam a prática de esportes e lazer		
Implantar parques que visem a valorização de recursos hídricos, sua preservação e utilização sustentável para o lazer		
Desenvolver programa interinstitucional de educação ambiental		
Revisar e atualizar arcabouço jurídico municipal atinente política ambiental		

Programa	Planejamento e Gestão Estratégica Transparente
Ementa	
Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confia	
Recursos	**R$ 190,638.03**

Compromisso	Planejar a ação governamental, visando a eficientização e a integração das Políticas Públicas
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Elaborar o plano estratégico	
Elaborar os Instrumentos Legais de Planejamento - PPA, LDO e LOA	
Elaborar e divulgar os relatórios anuais	
Acompanhar, monitorar e avaliar os programas governamentais	

Realizar estudos e pesquisas	
Elaborar os manuais técnicos	
Capacitar técnicos em planejamento	
Compromisso	Promover o diálogo e a participação da sociedade na construção do Plano Plurianual e no monitoramento das Políticas Públicas
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Implementar o PPA participativo	
Promover Campanhas de Promoção e divulgação da informação oficial	
Desenvolver instrumentos e estratégia para oitiva popular	
Compromisso	Fortalecer a Gestão Municipal para melhoria crescente de qualidade e produtividade no atendimento às demandas da população,
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Promover a constante revisão do Plano Diretor Participativo - PDP e Cadastro Tributário	
Participar efetivamente dos consórcios intermunicipais de saúde e multifinalitários	
Implantar modelos integrados de gestão com suporte a ferramentas computacionais adequadas	
Mapear os processos administrativos tendo em vista sua qualificação	
Programa	Gestão Fiscal Consciente
Ementa	
Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando a efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da	
Recursos	**R$ 2,464,994.03**
Compromisso	Melhorar a eficiência, eficácia e transparência da Gestão Fiscal, maximizando a arrecadação dos tributos e o controle do gasto público
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças
Entrega/Iniciativa	
Desenvolver ações baseados em sistemas informatizados e integrados na área tributária e financeira	
Adquirir equipamentos para a secretaria de finanças	
Elaborar e divulgar os relatórios anuais	
Capacitar os servidores na área tributária e financeira	
Compromisso	Aperfeiçoar o controle eficiente da arrecadação tributária, inclusive a de competência da Procuradoria do Município, auxiliando o
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças

Entrega/Iniciativa	
Integrar o Processo Administrativo Fiscal com a Procuradoria	
Implantar a gestão da dívida ativa tributária e não tributária	
Capacitar servidores na área tributária e financeira	
Revisar o Código Tributário Municipal	
Revisar a Planta de Cadastro de Imóveis	
Implantar e integrar o Sistema de Gerenciamento de Impostos	
Programa	Gestão Pública Modernizada e Eficiente
Ementa	
Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de	
Recursos	**R$ 58,290,901.99**
Compromisso	Aprimorar o modelo e as práticas de gestão, disseminando tecnologias, implementando ações de melhoria e de desenvolvimento da
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Desenvolver práticas de modernização administrativa	
Desenvolver projetos de melhoria continuada	
Implementar modelo de gestão	
Aportar novas tecnologias de gestão	
Implantar programa de gerenciamento de diretrizes e rotinas	
Elaborar atos regulamentares	
Compromisso	Consolidar a cultura de eficiência do gasto e do controle gerencial, visando uma gestão provedora de serviços de qualidade, com vistas a maximização do retorno para a sociedade
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças
Entrega/Iniciativa	
Disseminar práticas de qualificação do gasto	
Fortalecer os processos de gestão de contratos e licitações, assegurando a transparência e a eficiência nas contratações públicas	
Assegurar o cumprimento dos aspectos da transparência nas ações e gastos públicos, para o acompanhamento pelos cidadãos	
Otimizar a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis e a qualidade do gasto público, objetivando desenvolver na Administração Municipal a cultura da gestão pública por resultados	
Compromisso	Proporcionar aos servidores um ambiente corporativo que estimule um padrão de conduta ética, acesso ao conhecimento, valorização,

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Anexo I

Órgão Responsável	Departamento de Recursos Humanos
Entrega/Iniciativa	
Aperfeiçoar gestão de carreiras	
Promover formação continua aos servidores públicos	
Realizar ajsutes salariais e cumprir pisos das categorias, conforme legislação municipal	
Implantar o Plano de Carreira dos demais servidores, considerando as especificidades de cada categoria	
Implementar sistema de atenção a saúde e segurança do trabalho do servidor	
Promover mehorias dos sistemas informacionais, processuais e tecnológicos de recursos humanos	
Realizar concurso público	
Dimensionar quantitativo de pessoal de cada unidade	
Intensificar a fiscalização e controle da conduta funcional do servidor	
Compromisso	Aperfeiçoar a gestão dos processos de compras públicas, visando potencializar a ação do Município por meio da economia gerada, tempestividade e qualidade dos serviços e produtos adquiridos, bem como otimizar o controle dos bens móveis e imóveis do patrimônio público
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Implementar o planejamento de compras e contratação de serviços	
Implantar a gestão de estoque	
Realizaar mapeamento, redesenho e priorização dos processos de licitação	
Gerenciar patrimônio do município	
Implantar sistema de controle no uso da frota de veículos do município, com chips de monitoramento de localização e rigoroso controle de entrada e saída de veículos, itinerário, avarias de veículo	
Adquirir novos veículos e equipamentos para renovação da frota municipal;	
Compromisso	Facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, por meio da simplificação de processos e redução de burocracia, com um padrão de
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Garantir a continuidade do funcionamento do SAC - Municipal	
Implantar melhores práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	
Implantar ferramenta para solução de Business Intelligence - BI	

Instituir atendimento aos cidadãos por meio de Whatsapp Municipal, permitindo retorno das solicitações e demandas apresentadas com maior celeridade	
Compromisso	Prover a infraestrutura física adequada para a prestação do serviço público, investindo na melhoria constante das edificações públicas
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Reformar/recuperar e conservar as edificações públicas	
Fiscalizar obras e serviços públicos	
Construir o Novo Centro Administrativo Municipal	
Compromisso	Ampliar e modernizar o sistema de telefonia e internet nos órgãos do município, melhorando a qualidade dos serviços de comunicação,
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Implantar o Sistema Wireless	
Ampliar e operacionalizar o Sistema de Telefonia Móvel nos Povoados e Distrito	
Ampliar os pontos de internet gratuita para a população	
Compromisso	Modernizar a Procuradoria Geral do Município, tornando-a eficiente, motivada e habilitada a assessorar a Administração Pública a
Órgão Responsável	Procuradoria Jurídica
Entrega/Iniciativa	
Implementar Projeto de Modernização do controle de processos	
Estruturar a Procuradoria e ampliar a infraestrutura física	
Compromisso	Coordenar a política de comunicação , assegurando a sociedade o pleno conhecimento e transparência das informações
Órgão Responsável	Órgão da Transparência
Entrega/Iniciativa	
Implantar o sistema de protocolo SEI e processos digitais para permitir o acompanhamento dos trabalhos por setor administrativo, facilitando o cumprimento dos prazos	
Dar continuidade a digitalização do Acervo documental do município	
Otimizar a gestão da Ouvidoria Municipal	
Ampliar e melhorar o Portal da Transparência	

Consolidar o currículo escolar com a inclusão da disciplina Controle Social e Ética para formação e capacitação do cidadão no monitoramento das ações de governo	
Melhorar e dar mais acessibilidade ao Portal do Município	
Compromisso	Aprimorar o modelo e as práticas de gestão, disseminando tecnologias, implementando ações de melhoria e de desenvolvimento da cultura organizacional orientada para resultados, visando elevar a qualidade na prestação de serviços
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Desenvolver práticas de modernização administrativa	
Desenvolver projetos de melhoria continuada no âmbito da gestão pública	
Promover a caravana da Prefeitura Itinerante na zona rural do município	
Promover o constante relacionamento interpessoal entre as equipes, setores e secretarias, otimizando a boa comunicação de expediente	
Compromisso	Melhorar e qualificar a gestão tributária e financeira, tendo em vista o exercício pleno da função tributária
Órgão Responsável	Secretaria de Finanças
Entrega/Iniciativa	
Integrar os Processos Administrativos Fiscais com a Procuradoria	
Implementar a gestão da dívida ativa tributária e não tributária	
Capacitar servidores na área tributária e financeira	
Revisar Código Tributário Municipal	
Revisar a Planta de Cadastro de Imóveis	
Implantar e integrar o Sistema de Gerenciamento de Impostos	
Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa
Ementa	
Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e	
Recursos	**R$ 20,837,179.75**
Compromisso	Estabelecer novo padrão de relação entre Estado e sociedade, exercendo a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes
Órgão Responsável	Câmara Municipal
Entrega/Iniciativa	
Promover o Exercício da Ação Legislativa	
Implementar da Câmara Itinerante	
Dar continuidade ao Sistema difusão das sessões e espaço do legislativo através da WEB e da Radiodifusão	

Reformar e promover adaptações das instalações físicas	
Implementar oprojeto Câmara mirim	
Capacitar servidores do legislativo	
Promover a constante modernização Administrativa	

Programa	Cidade Livre, Cidade Segura
Ementa	
Envolver o cidadão no processo de segurança municipal, articulando as forças policiais com a guarda municipal, integrando informações e tecnologia, tendo em	
Recursos	**R$ 895,555.39**

Compromisso	Ampliar o serviço de segurança pública no município, incluindo fortalecimento da segurança rural
Órgão Responsável	Secretaria de Administração
Entrega/Iniciativa	
Fortalecer e criar as condições necessárias para que a Guarda Civil Municipal possa exercer plenamente as competências alinhavadas na Lei Federal 13.022/2014	
Construir a nova Delegacia Territorial de Urandi ao lado do Pelotão, em parceria com o Governo do Estado da Bahia	
Buscar parceria com o Governo do Estado para garantir o quadro de pessoal completo da Delegacia (Delegado titular, escrivão e investigadores)	
Melhorar o parque de iluminação pública substituindo as lâmpadas antigas por lâmpadas de LED	
Adquirir nova viatura para Guarda Municipal	
Construir o Posto Policial no Distrito de Cantinho	
Municipalizar e normatizar o trânsito municipal, com a implantação de Programa de Educação no Trânsito	
Manter e ampliar a Ronda Rural do município	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Eixo Estruturante
ão Municipal Participativa com ênsafe na sustentabilidade econômica e social para melhoria da qualidade de vida dos muníc

Área Temática
Saúde e assistência social

Programa	Proteção e Inclusão Social
Entrega/Iniciativa	
Implantar a rede de agentes de desenvolvimento social para realização da busca ativa	
Implantar a ouvidoria do programa Bolsa Família	
Promover mobilização para erradicação do sub-registro civil	
Capacitar os técnicos municipais para atuarem como instrutores e entrevistadores do programa Bolsa Família	
Capacitar os gestores municipais para utilização do Cadastro Único - CadÚnico como ferramenta	
Atualizar o Plano Municipal de Assistência Social e Elaborar programas complementares	
Reestruturar equipe volante para acompanhamento das famílias no meio rural	
Prestar assistência técnica aos usuários da Assistência Social para acesso a LOAS e demais benefícios do INSS	
Acompanhar e monitor as ações do programa Bolsa Família	
Capacitar instâncias de controle social municipal do programa Bolsa Família	
Ampliar o atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	
Construir a sede própria do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
Garantir a permanência dos benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade social	
Capacitar os gestores locais do programa de Benefício de Prestação Continuada - BPC	
Ampliar o atendimento nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	
Construir sede própria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	
Ampliar a cobertura da Proteção Social Especial da população com vínculos rompidos ou vítimas de violência e violação de direitos na Sede e Distritos	
Garantir acolhimento e atendimento humanizado, através da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com garantia da proteção integral de adulto e suas famílias, idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência de negligência	
Capacitar os operadores responsáveis por serviços socioassistenciais	
Implantar o Consórcio Intermunicipal de Proteção Especial	
Intensificar ações voltadas para o combate ao alcoolismo e as drogas	
Capacitar e orientar instituições públicas e privadas que ofertam serviços de alta complexidade de forma regular	

Programa	Segurança Alimentar e combate a Fome
Entrega/Iniciativa	
Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, incluindo novas associações	
Implantar o PAA – Leite Estadual, para distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social	
Implantar o Programa Municipal de Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar	
Investir no aprimoramento dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional como a manutenção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura	
Construir Unidades coletivas de produção de Alimentos	
Distribuir Cestas Básicas para a população submetida a risco e insegurança alimentar	
Reativar o Conselho Muniicpal de Segurança Alimentar e Nutricional	
Implantar o Centro Municipal de Segurança Alimentar	
Realizar Cursos de Capacitação para produção de alimentos para o auto sustento e comercialização	
Realizar Cursos de Capacitação profissional, nas áreas de potencialidade do município	
Criar, em parceria com o setor privado, o Projeto “PRIMEIRO EMPREGO”, com o objetivo de oferecer qualificação sócio profissional a jovens de 16 a 24 anos, para inserção no mercado de trabalho, principalmente das mulheres	
Implantar sistemas coletivos de produção para o auto consumo	
Promover as cadeias do artesanato, extrativismo sustentável e comercialização dos produtos artesanais	
Realizar distribuição de Alevinos para o auto sustento e geração de renda	
Celebrar Parecerias entre o município e Organizações Sociais	

Área Temática

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade

Programa	Mais Água, Mais Vida
Entrega/Iniciativa	
Construir Cisternas na zona rural	
Limpar/construir tanques, aguadas, barragens e açudes	
Implantar Sistemas simplificados de abastecimento de água	
Implantar Programa Água Doce com dessanilizador emlocalidades rurais	
Adquirir materiais e equipamentos para dessalinização	
Buscar parceria com o Estado e Governo Federal para canalizar a adutora do São Francisco para o município de Urandi	
Perfurar e instalar Poços Artesianos	
Elaborar Estudos e Projetos de Saneamento	
Aquirir materiais e equipamentos	
Implantar sistemas de captação de água fluvial para uso nas localidades e residências isoladas	
Adquirir materiais e equipamentos	
Implantar sistemas de captação e tratamento das águas Cinzas para reuso	
Realizar melhorias na rede de abastecimento da sede do município	
Implementar políticas municipais de conservação e gestão dos recursos Hídricos	
Realizar melhorias e reforma da Central de Tratamento de Água da sede do município	
Implantar programa de Restauração de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente	
Realizar formação inicial e continuada com ênfase na sustentabilidade dos recursos hídricos - Universidade das Águas	
Implantaar Módulos Sanitários Domiciliares	
Implementar ações de educação socioambiental	
Realizar obras de esgotamento sanitário na sede e povoados	
Construir Estação de Tratamento de Esgoto - ETE na sede do município	
Construir Barragens Subterrâneas	
Implantar Sistemas de saneamento	

Programa	Cidade Limpa e Povo Consciente
Entrega/Iniciativa	
Elaborar estudo consorciado para gestão de resíduos sólidos	
Implementar ações de educação socioambiental	
Implementar Programa de Coleta Seletiva com estímulo a participação das Famílias e Escolas do município	
Implantar Centro de Reciclagem e Compostagem do Município	
Apoiar a criação e manutenção de Cooperativa de catadores com o objetivo de gerir as atividades de reciclagem e artesanato, e comercialização dos produtos originários desta atividade	
Adquirir equipamentos e veículos coletores	
Implantar o aterro sanitário consorciado	
Implantar ecopontos em locais visíveis e estratégicos do centro, dos bairros, distritos e nas escolas municipais de Urandi	

Área Temática

Desenvolvimento urbano integrado e sustentável

Programa	Cidade Legal e Sustentável
Entrega/Iniciativa	
Apoiar as ações estaduais que visem a emissão de Títulos de Terra	
Dar continuidade às ações de Regularização Fundiária Urbana Social - REURB-S	
Promover a discriminação e reconhecimento de áreas urbanas	
Fiscalizar a regularização de novos Loteamentos Urbanas com base no Plano Diretor Municipal	
Implantar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
Promover a Regularizarização Fundiária Rural e Urbana nas regiões do Distrito de Cantinho	
Realizar a regularização de áreas urbanas de perímetros irrigados no território do município	
Priorizar a regularização fundiária de titularidade feminina	

Área Temática

Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Programa	Profissionalizar para Empreender e Trabalhar
Entrega/Iniciativa	
Prestar assistência aos empreendimentos populares urbanos e rurais	
Fomentar a Economia Solidária	
Disponibilizar e Insumos e equipamentos para viabilização de processos produtivos coletivos e individuais	
Promover a qualificação e manejo de arranjos produtivos.	
Implantar programa de crédito facilitado e orientado para promover o empreendedorismo em famílias de baixa renda	
Reaiizar cursos profissionalizantes e capacitantes.	
Implantar, ampliar e recuperar a infraestrutura social de apoio a produção e comercialização	
Incentivar a criação de Agroindústrias, através de associações e cooperativas, principalmente nas cadeias produtivas do leite e das frutas;	
Ampliar o Programa de Assistência Técnica Rural e capacitar os produtores em áreas como: produção agrícola, pecuária, agroecologia, gestão e comercialização e acesso a políticas públicas	
Construir Espaço moderno para nova Feira Livre Municipal	
Construir Parque de Exposições de Urandi	
Inserir a Festa de Rodeio e a Feira de animais no calendário cultural da cidade	
Fortalecer e ampliar a Feira da Agricultura Familiar, Economia Solidária e Cultural de Urandi	
Realizar parceria com a CODEVASF e com o IF Baiano para o plantio de área com o Capim-açu, palma, milho e outras culturas para distribuição de alimento animal no período da seca, conforme cadastro de pequenos criadores do município	
Dar suporte técnico às associações do município quanto à elaboração de projetos técnicos para captação de recursos para investimento na geração de renda	
Manter em funcionamento a Sala da Cidadania (INCRA) e o CREDBAHIA	
Continuar dando suporte aos agricultores (as) no Programa Garantia Safra e na emissão de CAF's e demais documentos	
Fortalecer as ações em prol do homem, da mulher e da juventude do campo, em especial da Agricultura Familiar, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi – STTR	
Criar o Cadastro Municipal de Associações Rurais e instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, composto por representantes das associações e do poder público municipal	
Construir o Matadouro/Frigorífico Municipal	
Intensificar as ações do Selo de Inspeção Municipal – SIM	
Tornar o município conhecido nacionalmente como "Capital do Queijo Trança"	
Ampliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	
Aquirir e distribuir pequenos animais	
Aquirir e distribuir insumos e kits de irrigação para produtores rurais	
Aquirir tratores e implementos agrícolas para as Associações Comunitárias Rurais	
Apoiar a cadeia produtiva do leite em parceria (CDS Alto Sertão, SEBRAE, SENAR e STTR)	
Criar selos de qualidade e fiscalizando e qualificando os produtos regionais	
Apoiar publicitariamente os produtos produzidos regionalmente através de mecanismos adequados de divulgação e garantir a particpação em feiras locais e regionais	
Aquiquir kits de comercialização para feiras livres	
Buscar parcerias com o Governo do Estado, através da SEAGRI e da SDR/CAR para novos projetos de agricultura irrigada, psicultura, apicultura, etc...;	
Aderir ao programa Garantia Safra	
Apoiar o pequeno agricultor para que ele possa aderir ao programa Garantia Safra	
Criar estrutura administrativa que vise apoiar administrativamente o pequeno agricultor	
Identificar linhas adequadas de crédito, informar e apoiar administrativamente o pequeno agricultor na obtenção destes recursos	
Fortalecer a parceria com o Banco do Nordeste e outras instituições que operam recursos destinados a agricultura familiar	

Área Temática
Saúde e assistência social

Programa	Saúde para Todos
Entrega/Iniciativa	
Implementar a Gestão Integral de vigilância em Saúde no âmbito municipal	
Implementar as ações de vigilância epidemiológica	
Implementar a Campanha de vacinação e aumento da oferta de vacinas nos postos de Saúde	
Criar selos de qualidade e fiscalizando e qualificando os produtos regionais	
Fortalecer as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador para controlar e prevenir surtos de doenças	
Implementar as vacinações nas escolas municipais e estadual	
Implantar salas de vacinação nos novos postos satélites de saúde	
Implantar Politicas Municipais de Monitoramento da Atenção Básica	
Implantar Academias da Saúde	
Reformar todas as unidades de saúde da família	

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Construir Postos Satélites de Saúde nas localidades de Cubículo, Jaqueira, Tiririca, Bairro Vista Alegre, Pedras e Cabeceiras
Realizar ampliação dos Postos Satélites de Núcleo I e Poções
Construir UBS no Bairro Vermelho
Implementar ações de educação permanente para usuários e profissionais da atenção básica
Garantir oferta de medicamentos do componente básico de assistência farmacêutica para todos os usuários do SUS no âmbito do município
Implantar a fitoterapia no SUS-Bahia
Construir a Nova Farmácia Básica e ampliar a oferta de medicamentos gratuitos, através do REMUME
Implantar a Política de Alimentação e Nutrição
Implementar os serviços de Atenção Integral à Saúde da Criança
Implementar os serviços de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Jovem
Implementar os serviços de Atenção Integral à Saúde da Mulher
Implantar os serviços de atenção integral à Saúde do Homem
Ampliar e qualificar a Rede de Cuidado da Pessoa com Deficiência, promovendo a articulação e integração entre os pontos de atenção
Criaar o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso
Implantr os serviços de atenção à gestante adolescente, com foco na prevenção da segunda gestação não planejada
Implantar o Programa “EDUCAÇÃO EM SAÚDE”, de modo a promover a padronização das normas e rotinas de serviço, bem como promover a qualificação profissional nas diversas áreas de formação em saúde;
Implantar o projeto "SAÚDE NAS RUAS" com atividades físicas regulares nas praças públicas da sede e povoados;
Ampliar os serviços de saúde bucal nas unidades de saúde de Núcleo II, Rio Verde, Salinas e Poções
Adquirir 01 (uma) Unidade Odontológica Móvel
Organizar a Rede de Atenção ao Diabetes, Hipertensão e Obesidade
Implantar os serviços de telemedicina para garantir maior rapidez de atendimento e redução de filas em especialidades mais demandadas
Garantir o acesso da população ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD
Contratualizar/credenciar unidades e serviços de saúde
Construir a Policlínica Municipal de Saúde
Manter a Participação Consorciada à Policlínica Regional de Saúde
Reformar o Hospital Municipal Pe.Antônio Manoel da Rocha
Manter o atendimento em especialidades médicas
Implantar os serviços de Cirurgias por Video-Laparoscopia de vesícula biliar (colecistectomia) e cálculo renal (pedra nos rins) no Hospital Municipal Padre Antônio Manoel da Rocha;
Manter casa de apoio a pacientes do município em Salvador
Manter apoio Jurídico de Defesa dos interesses da Saúde do Cidadão
Implantar o Centro de Especialidades Odontológicas
Ampliar a frota de ambulâncias para melhor atendimento no interior do município e nas transferências de pacientes
Realizar a formação continuada aos profissionais de saúde do município
Qualificar profissionais na atenção materna e neonatal
Ampliar o acompanhamento do pré-natal com a maior oferta de ultrassonografias morfológicas e gratuidade em todos os exames laboratoriais das gestantes pela rede municipal, para melhor avaliação e acompanhamento da gestação
Estruturar e qualificar a rede de atenção ao pré-natal
Implantar casa de apoio à gestante e ao recém nascido
Implantar o transporte inter-hospitalar para atenção materno-infantil
Implantar o Centro de Atenção Psicosocial - CAPS I
Implantar a unidade de internação de dependentes químicos e alcoólicos
Qualificar os profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação
Implantar práticas integrativas e complementares para a saúde mental
Estruturar os serviços farmacêuticos no CAPS
Implantar ações de inclusão social por meio da Economia Solidária
Manter os serviços do SAMU 192
Implantar o serviço de Raio-X Digital com Laudo
Integrar a rede de urgência e emergência às linhas de cuidado
Promover a qualificação dos profissionais de saúde para atendimento de urgência e emergência
Implantar o serviço de telemedicina para avaliação rápida de pacientes com especialistas de plantão
Implementar a Lei Lucas no município
Ampliar o atendimento em unidades básicas de saúde em horário estendido, através do Programa SAÚDE NA HORA
Implementar protocolo de enfermagem municipal para que amplie as ações da enfermagem no município (prescrição de medicações, inserção de DIU, suturas, etc...), além de oportuna qualificação, propiciando maior acesso da população aos serviços de saúde, além de respaldo profissional.
Garantir Representação na gestão colegiada do SUS-Bahia
Garantir a inclusão no Plano Diretor de Regionalização - PDR e no Plano Diretor de Investimentos - PDI, das demandas do Município
Revisar, adequar e monitorar a Programação Pactuada Integrada - PPI
Participar dos espaços deliberativos interfederativos / Conselhos de Gestão Microrregional - CGMR
Modernizar os instrumentos e mecanismos de gestão e controle administrativo da Secretaria de Saúde
Implementar a tecnologia da informação e da informática na Secretaria de Saúde
Qualificar os trabalhadores do SUS com ênfase na formação e especialização técnica

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

ESTADO DA BAHIA

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Área Temática
Educação, Conhecimento, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo

Programa	Fortalecimento da Educação Básica
Entrega/Iniciativa	
Aderir as propostas e programas de alfabetização do Governo Federal e Estadual e outros programas educacionais	
Criar o PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E MULTILETRAMENTOS, no âmbito municipal, com estratégias que garantam o fortalecimento da política municipal de alfabetização e da recuperação da recomposição da aprendizagem	
Construir Nova Creche Municipal no Bairro Xavier	
Fortalecer e ampliar o atendimento da Educação Integral em Tempo Integral com a participação da família na escola	
Ampliar a oferta de matrículas no maternal nas escolas rurais e inserir monitoresno transporte escolar;	
Garantir ações para a promoção da igualdade étnico-racial e diversidade cultural nas escolas públicas da rede municipal de ensino, com foco nas Leis nº. 10.639/2003 e 11.645/2008	
Fortalecer as ações pedagógicas nas escolas municipais	
Promover o ensino/apresndizagem prioritários para todos os estudantes com base nas avaliações	
Disponibilizar o transporte escolar para os alunos matriculados no ensino médio da zona rural	
Promover a assistência alimentar e nutricional aos educandos	
Realizar os jogos escolares municipais com a participação de todas as escolas do município, com diferentes modalidades e jogos recreativos em ocasião da semana do estudante.	
Implementar e disponibilizar o de bolsa-auxílio aos alunos monitores voluntários	
Realizar concurso público para profissionais da educação	
Assessorar às unidades escolares estaduais e aos municípios na elaboração e execução do Plano de Educação	
Promover os Jogos e Gincanas Escolares e fortalecimento dos vínculos estudantis	
Construir nova Escola de Ensino Fundamental I no Povoado de Poções	
Fortalecer as ações pedagógicas nas escolas municipais	
Garantir a continuidade da modernização e ampliação dos espaços e equipamentos públicos da Educação	
Garantir a continuidade do “kit uniforme escolar (camisa, calça, jaqueta e tênis)” a todos os estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino e implantar a distribuição de “kit material escolar (mochila, caderno, caneta, lápis, borracha e estojo)”;	
Reformae e ampliar as Creches escolares	
Ampliar e Reformar as Unidades Escolares no Município	
Adquirir novos ônibus escolares	
Realizar capacitação de condutores para o transporte escolar	
Manter o Transporte Escolar na zona urbana	
Adquirir novo veículo adequado para transporte da Merenda Escolar	
Incentivar a criação da Associação dos Autistas	
Garantir continuidade do monitoramento, acompanhamento e criação de novas estratégias para a melhoria dos índices educacionais do município, em especial o IDEB;	
Ampliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE)	
Ampliar os atendimentos do NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE URANDI – NEEU garantindo o atendimento com Psicopedagogo, Psicólogos, Fisioterapia Motora, Neuropediatra, Terapia Ocupacional, Fonoaudiólogo, Psicomotricidade,etc...	
Promover o desenvolvimento da atenção à saúde dos professores da rede municipal de ensino	
Investir na capacitação dos profissionais da educação	
Valorizar os profissionais do magistério com a continuidade do cumprimento do piso salarial, formação continuada e Plano de Carreira para os demais trabalhadores da educação municipal	
Implementar as políticas de incentivo com base no desenvolvimento individual de cada profissional através da otimização do plano de cargos	
Apoiar as ações que resultem em adoção de práticas inovadoras que tenham repercussão sobre a gestão e qualidade de ensino	
Ampliar as Bibliotecas Escolares	
Grantir a equidade do ensino/aprendizagem em todos os seus níveis da educação básica	
Estruturar e expandir os grupos culturais escolares	
Fortalecer e fomentar a cultura corporal e do esporte no currículo escolar	
Fortalecer e fomentar as ações sócioeducativas da promoção do vínculo entre a escola, a família e a comunidade	
Fomentar a iniciação científica, à leitura e ao desenvolvimento do letramento na educação básica	
Fomentar a criação de Feira de Ciências, Arte e Cultura nas escolas municipais da rede pública e privada	
Garantir continuidade da aquisição de equipamentos tecnológicos para implementação da política municipal de Cultura Digital nas escolas públicas municipais	
Desenvolver, customizar e catalogar as novas tecnologias educacionais	
Promover melhorias nos laboratórios de informática com conexão a internet banda larga nas unidades escolares	
Implementar Política Municipal de Educação Ambiental e Sustentabilidade, no âmbito das escolas públicas da rede municipal	
Implementar a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJAI	
Fortalecer o Programa TODOS NA ESCOLA através do PEJAI, ampliando a oferta de matriculas e rigoroso acompanhamento pedagógico	
Implantar o ensino técnico profissionalizante em conjunto com o PEJAI	
Adqurir e distribuir material didático-pedagógico	

Fornecer o transporte aos alfabetizandos para acesso aos espaços de alfabetização
Fornecer gêneros alimentícios para refeição dos alfabetizandos
Dar continuidade ao fornecimento de Bolsa Permanência para os alunos do PEJAI
Implantar o Programa treinando o futuro, com oferta de vagas de estágio para estudantes da rede municipal e estudantes originários da rede municipal que estejam cursando áreas de interesse da administração.
Garantir continuidade da articulação com as instituições de ensino superior, públicas e privadas, organizações da sociedade civil, para o fortalecimento das políticas da educação municipal
Continuar o fornecimento de Transporte aos alunos de Nível superior e técnico noturno e implantar o ticket/vale-transporte no período diurno
Fomentar a implenatação de Faculdades no município

Programa	**Cidadania, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo**
Entrega/Iniciativa	
Desenvolver atividades esportivas em praças públicas	
Realizar eventos esportivos e de lazer comunitários	
Promover Comemorações e Festividades	
Realizar eventos esportivos educacionais	
Apoiar os eventos realizados pela Liga Municipal	
Fortalecer o esporte amador/veterano para melhoria da qualidade de vida	
Implantar e implementar de núcleos de iniciação esportiva e inclusão social	
Implementar projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais, garantindo inclusão e acessibilidade e específicas para promover a inclusão da prática paraesportiva no município, garantindo oportunidades para todos os cidadãos	
Manter e incentivar Escolinhas de Esporte	
Promover peneiras e apoiar atletas mirins para acesso a clubes profissionais	
Implantar o Programa "BOLSA ATLETA" no âmbito municipal com o objetivo de incentivar os atletas do município em competições regionais, estaduais e nacionais, além de incentivar o ingresso do(a) atleta no profissional	
Construir uma pista de Wheeling para a pratica de manobras de motocicletas e quadriciclos.	
Realizar capacitações para treinadores de futebol/futsal, em parceria com a Liga Baiana de Futebol	
Construir Praça Esportiva de Skate e Basquete no Bairro DC-5	
Reformar espaços desportivos já existentes	
Realizar cobertura das quadras do Cedro, Jaqueira e Pesqueiro	
Construir Campos de Futebol com alambrado e iluminação nas localidades de Cantinho, Núcleo I, Núcleo II, Estreito, Lagoa Grande, Salinas, Agreste, Entupição, Poções, Pesqueiro, Santa Luzia, Chicão, Rio Verde, Morrinhos e Barreiro	
Construir um complexo poliesportivo denominado "PRAÇA DA JUVENTUDE"	
Construir praças poliesportivas com equipamentos de lazer, esporte e ginastica.	
Construir Parque Municipal	
Construir quadras esportivas nas localidades de Rio verde, Sítio das Abóboras, Retiro, Angical, Barreiro e Alto do Cruzeiro	
Construir Campo Society com grama sintética no Bairro Vermelho	
Construir o plano de conservação das áreas de interesse turístico e cultural	
Urbanizar espaços turísticos	
Criar espaços culturais e turísticos	
Apoiar às ações do Conselho Municipal de Cultura	
Valorizar manifestações culturais e apoio e qualificação das festas típicas do município	
Recuperar praças, parques e jardins	
Promover eventos culturais e de interesse turístico	
Fortalecer os eventos culturais previstos no calendário municipal de cultura	
Criar o projeto Biblioteca na Praça	
Implementar a Escola de Música com novos instrumentos e aulas intensivas	
Criar o Projeto "CINE URANDI" com projeção de filmes no Auditório Teatro Municipal	
Pormover aulas de teatro para crianças, adolescentes e jovens	
Ampliar internet gratuita em diversos pontos do município	
Dar suporte e apoio na Fundação da Rádio Comunitária	
Intensificar o Projeto "CIDADE CULTURAL" com a utilização dos espaços públicos da cidade, tornando a cidade movimentada em todos os bairros e praças	
Incentivar a criação da Academia de Letras de Urandi	
Implementar a Feira Literária de Urandi – FLUR anualmente com a participação de referências literárias locais e nacionais	
Disponibilizar editais de programas federais de cultura (Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo e outros)	
Apoiar indivíduos e grupos de expressão artística e cultural	
Garantir a continuidade da Orquestra Sinfônica Municipal	
Apoiar atividades culturais e artísticas tendo em vista promover a inclusão econômica destes eventos	
Preservar a memória e o patrimônio cultural, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo	
Preservar a memória do artesanato por meio da ampliação e modernização do acervo de peças e documentos do Centro Cultural de Urandi	
Encaminhar para reconhecimento da Fundação Palmares a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande e Comunidade Quilombola de Barreirinho	
Preservar a memória e história dos movimentos sociais, da crença e da cultura popular	

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Estabelecer parcerias e convênios para a restauração, preservação e conservação de imóveis que fazem parte do patrimônio histórico do nosso município
Construir Praça de Eventos e Lazer nas comunidades de Cantinho, Núcleo I e Núcleo II
Ampliar o número de oficinas voltadas às áreas: ternos de reis, artesanato, reciclagem, violão, sanfona e contação de história, criação literária, pintura, teatro e dança, a serem ofertadas gratuitamente aos públicos designados, mediante publicação de editais

Área Temática
Saúde e assistência social

Programa	Mais Cidadania
Entrega/Iniciativa	
Fotalecer o Núcleo de Assistência Jurídica do CREAS	
Apoiar ações que visem a obtenção de documentação básica	
Apoiar ações que visem garantir o respeito a diversidade, de gênero, raça.	
Apoiar as ações que visem garantir os direitos de deficientes físicos	
Apoiar as ações que visem garantir os direitos das crianças e adolescentes	
Apoiar as ações que visem garantir os direitos dos idosos	
Apoiar as ações que visem garantir os direitos das mulheres	

Programa	Juventude Consciente
Entrega/Iniciativa	
Apoiar projetos sociais para a promoção de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social	
Capacitar conselheiros tutelares, por meio de cursos, seminários e oficinas	
Ativar o Conselho Municipal da Juventude	
Promover ações de combate ao álcool e as drogas para adolescentes e jovens	

Programa	Viver na Melhor Idade
Entrega/Iniciativa	
Capacitar os operadores dos serviços para pessoa idosa	
Capacitar os operadores dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo da pessoa idosa	
Realizar oficinas de atividades corporais, manuais e de núcleos de estudos teóricos	
Realizar lançamento de livros produzidos por idosos	
Realizar eventos direcionados a idosos	
Fortalecer as atividades do Grupo da Terceira Idade	
Implantar a casa de acolhida para idosos em situação de vulnerabilidade social	

Programa	Protagonismo Feminino
Entrega/Iniciativa	
Garantir atendimento prioritário as mulheres em situação de risco	
Construir o plano municipal de promoção a igualdade de gênero	
Realizar campanhas de valorização das mulheres	
Realizar eventos transversais direcionados a mulher	
Realizar eventos que visem a capacitação das mulheres chefes de família em situação de risco	
Promover a inclusão produtiva da mulher	
Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres	
Garantir o funcionamento da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres	

Área Temática
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável

Programa	Infraestrutura e Modernização Urbana
Entrega/Iniciativa	
Realizar abertura e manutenção de estradas vicinais do município	
Buscar parcerias com o Governo do Estado para Pavimentação Asfáltica das estradas que liga Urandi à Salinas, BR 122 à Poções, BR 122 à Estreito, Cantinho aos Núcleos e Cantinho a Mato Grosso	
Realizar obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas da sede do município, distrito e povoados	
Construir pontes, bueiros e passagens molhadas nas vias do município	
Implantar sistema de sinalização de ruas, praças e acessos vicinais do município	
Garantir a atualização contínua do Plano Diretor Urbano	
Ampliar a oferta de iluminação pública da sede e zona rural do município	

Melhorar os acessos ao município garantindo condições adequadas de trafegabilidade
Construir quebra-molas e passagens elevadas em diversas ruas da sede do município
Realizar obras de esgotamento sanitário na sede do município, incluindo Estação de Tratamento de Esgoto - ETE
Criar novas áreas de estacionamento para facilitar a vida da população e dos comerciantes locais na sede do município

Área Temática
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável

Programa	Viver com Dignidade
Entrega/Iniciativa	
Construir unidades habitacionais urbanas e rurais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.	
Realizar melhorias de unidades habitacionais	
Construir e realizar melhorias de unidades sanitárias domiciliares urbanos e rurais	
Reassentar domicílios em situação de risco ou insalubridade	
Desapropriar terrenos para construção de casas populares	
Realizar reforma e gestão adequada de cemitérios na sede e zona rural	

Área Temática
Consolidação e diversificação da matriz produtiva

Programa	Economia Forte: Local, Popular e Solidária
Entrega/Iniciativa	
Implantar o distrito industrial na sede do município	
Implantar o Centro de Treinamento e capacitação profissional	
Promover as potencialidades industriais e comerciais	
Estimular e apoiar o desenvolvimento do setor de serviços, objetivando sua estruturação e consequente ampliação da capacidade de geração e riqueza	
Ampliar a oferta de programas de capacitação para comerciantes e prestadores de serviços, ajudando-os a melhorar a gestão de seus negócios e a qualidade do atendimento, através da Sala do Empreendedor e em parceria como SEBRAE	
Assessorar ao comércio local em diversas áreas do conhecimento, através da Sala do Empreendedor: Formação do Preço de Venda, Marketing, Atendimento, Vendas, estudo de viabilidade, gerenciamento das redes sociais e administração de sites, identidade visual, etc...	
Apoiar a inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas locais	
Elaborar, em parceria com instituições públicas e privadas, programas de apoio ao empreendedorismo inovativo	
Fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar o acesso ao crédito e a novos mercados	
Incentivar uma maior participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas, fomentando o crescimento da economia local, disponibilizando incentivos para competir no mercado e desenvolver a região	
Dar continuidade ao Programa Comércio Forte, Cidade Valorizada	

Area Temática
Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade

Programa	Sustentabilidade Ambiental
Entrega/Iniciativa	
Elaborar o Plano municipal de enfrentamento dos efeitos do Clima	
Elaborar políticas de preservação, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos	
Implantar corredores de Biodiversidade	
Incentivar a implantação de florestas para fins econômicos em pequenas propriedades	
Acompanhar e colocar em prática o Plano Municipal de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos	
Implementar a educação ambiental	
Apoiar as ações que visem a revitalização de Bacias Urbanas e regionais	
Promover o uso sustentável dos recursos hídricos para o desenvolvimento social e econômico do Estado	
Elaborar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação das áreas de nascentes	
Conservar Areas de Preservação Permanente – APP's na serra geral para evitar expansão inconseqüente de eólicas e mineradoras em áreas que devem ser preservadas;	
Intensificar as ações de cobrança de empreendimentos eólicos para revitalização da área degradada na Serra Geral, em especial nas áreas próximas as nascentes	
Implantar equipamentos de esporte e lazer que ampliem o contato com a natureza e o esporte de aventura	
Organizar eventos sociais que envolvam a prática de esportes e lazer	
Implantar parques que visem a valorização de recursos hídricos, sua preservação e utilização sustentável para o lazer	

Plano Plurianual 2026-2029
Iniciativas e Entregas x Programas

Desenvolver programa interinstitucional de educação ambiental
Revisar e atualizar arcabouço jurídico municipal atinente política ambiental

Gestão governamental e governança socioeconômica

Programa	Planejamento e Gestão Estratégica Transparente
Entrega/Iniciativa	
Elaborar o plano estratégico	
Elaborar os Instrumentos Legais de Planejamento - PPA, LDO e LOA	
Elaborar e divulgar os relatórios anuais	
Acompanhar, monitorar e avaliar os programas governamentais	
Realizar estudos e pesquisas	
Elaborar os manuais técnicos	
Capacitar técnicos em planejamento	
Implementar o PPA participativo	
Promover Campanhas de Promoção e divulgação da informação oficial	
Desenvolver instrumentos e estratégia para oitiva popular	
Promover a constante revisão do Plano Diretor Participativo - PDP e Cadastro Tributário	
Participar efetivamente dos consórcios intermunicipais de saúde e multifinalitários	
Implantar modelos integrados de gestão com suporte a ferramentas computacionais adequadas	
Mapear os processos administrativos tendo em vista sua qualificação	

Programa	Gestão Fiscal Consciente
Entrega/Iniciativa	
Desenvolver ações baseados em sistemas informatizados e integrados na área tributária e financeira	
Adquirir equipamentos para a secretaria de finanças	
Elaborar e divulgar os relatórios anuais	
Capacitar os servidores na área tributária e financeira	
Integrar o Processo Administrativo Fiscal com a Procuradoria	
Implantar a gestão da dívida ativa tributária e não tributária	
Capacitar servidores na área tributária e financeira	
Revisar o Código Tributário Municipal	
Revisar a Planta de Cadastro de Imóveis	
Implantar e integrar o Sistema de Gerenciamento de Impostos	

Programa	Gestão Pública Modernizada e Eficiente
Entrega/Iniciativa	
Desenvolver práticas de modernização administrativa	
Desenvolver projetos de melhoria continuada	
Implementar modelo de gestão	
Aportar novas tecnologias de gestão	
Implantar programa de gerenciamento de diretrizes e rotinas	
Elaborar atos regulamentares	
Disseminar práticas de qualificação do gasto	
Fortalecer os processos de gestão de contratos e licitações, assegurando a transparência e a eficiência nas contratações públicas	
Assegurar o cumprimento dos aspectos da transparência nas ações e gastos públicos, para o acompanhamento pelos cidadãos	
Otimizar a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis e a qualidade do gasto público, objetivando desenvolver na Administração Municipal a cultura da gestão pública por resultados	
Aperfeiçoar gestão de carreiras	
Promover formação continua aos servidores públicos	
Realizar ajsutes salariais e cumprir pisos das categorias, conforme legislação municipal	
Implantar o Plano de Carreira dos demais servidores, considerando as especificidades de cada categoria	
Implementar sistema de atenção a saúde e segurança do trabalho do servidor	
Promover mehorias dos sistemas informacionais, processuais e tecnológicos de recursos humanos	
Realizar concurso público	
Dimensionar quantitativo de pessoal de cada unidade	
Intensificar a fiscalização e controle da conduta funcional do servidor	
Implementar o planejamento de compras e contratação de serviços	
Implantar a gestão de estoque	
Realizaar mapeamento, redesenho e priorização dos processos de licitação	
Gerenciar patrimônio do município	
Implantar sistema de controle no uso da frota de veículos do município, com chips de monitoramento de localização e rigoroso controle de entrada e saída de veícu	

Adquirir novos veículos e equipamentos para renovação da frota municipal;
Garantir a continuidade do funcionamento do SAC - Municipal
Implantar melhores práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC
Implantar ferramenta para solução de Business Intelligence - BI
Instituir atendimento aos cidadãos por meio de Whatsapp Municipal, permitindo retorno das solicitações e demandas apresentadas com maior celeridade
Reformar/recuperar e conservar as edificações públicas
Fiscalizar obras e serviços públicos
Construir o Novo Centro Administrativo Municipal
Implantar o Sistema Wireless
Ampliar e operacionalizar o Sistema de Telefonia Móvel nos Povoados e Distrito
Ampliar os pontos de internet gratuita para a população
Implementar Projeto de Modernização do controle de processos
Estruturar a Procuradoria e ampliar a infraestrutura física
Implantar o sistema de protocolo SEI e processos digitais para permitir o acompanhamento dos trabalhos por setor administrativo, facilitando o cumprimento dos p
Dar continuidade a digitalização do Acervo documental do município
Otimizar a gestão da Ouvidoria Municipal
Ampliar e melhorar o Portal da Transparência
Consolidar o currículo escolar com a inclusão da disciplina Controle Social e Ética para formação e capacitação do cidadão no monitoramento das ações de governo
Melhorar e dar mais acessibilidade ao Portal do Município
Desenvolver práticas de modernização administrativa
Desenvolver projetos de melhoria continuada no âmbito da gestão pública
Promover a caravana da Prefeitura Itinerante na zona rural do município
Promover o constante relacionamento interpessoal entre as equipes, setores e secretarias, otimizando a boa comunicação de expediente
Integrar os Processos Administrativos Fiscais com a Procuradoria
Implementar a gestão da dívida ativa tributária e não tributária
Capacitar servidores na área tributária e financeira
Revisar Código Tributário Municipal
Revisar a Planta de Cadastro de Imóveis
Implantar e integrar o Sistema de Gerenciamento de Impostos

Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa
Entrega/Iniciativa	
Promover o Exercício da Ação Legislativa	
Implementar da Câmara Itinerante	
Dar continuidade ao Sistema difusão das sessões e espaço do legislativo através da WEB e da Radiodifusão	
Reformar e promover adaptações das instalações físicas	
Implementar oprojeto Câmara mirim	
Capacitar servidores do legislativo	
Promover a constante modernização Administrativa	

Programa	Cidade Livre, Cidade Segura
Entrega/Iniciativa	
Fortalecer e criar as condições necessárias para que a Guarda Civil Municipal possa exercer plenamente as competências alinhavadas na Lei Federal 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Municipais);	
Construir a nova Delegacia Territorial de Urandi ao lado do Pelotão, em parceria com o Governo do Estado da Bahia	
Buscar parceria com o Governo do Estado para garantir o quadro de pessoal completo da Delegacia (Delegado titular, escrivão e investigadores)	
Melhorar o parque de iluminação pública substituindo as lâmpadas antigas por lâmpadas de LED	
Adquirir nova viatura para Guarda Municipal	
Construir o Posto Policial no Distrito de Cantinho	
Municipalizar e normatizar o trânsito municipal, com a implantação de Programa de Educação no Trânsito	
Manter e ampliar a Ronda Rural do município	

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Palno Plurianual 2026-2029

ANEXO I - RESUMO

Resumo Por Eixo e Area Temática		Valor Quadriênio	Total 2026	Total 2027	Total 2028	Total 2029
(vazio)						
Consolidação e diversificação da matriz produtiva	**R$**	**10,538,292.82**	**2,377,000**	**2,555,275**	**2,721,368**	**2,884,650**
Economia Forte: Local, Popular e Solidária2	R$	10,538,292.82	2,377,000	2,555,275	2,721,368	2,884,650
Desenvolvimento urbano integrado e sustentável	**R$**	**56,404,915.55**	**12,722,600**	**13,676,795**	**14,565,787**	**15,439,734**
Cidade Legal e Sustentável2	R$	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
Infraestrutura e Modernização Urbana2	R$	56,138,909.00	12,662,600	13,612,295	14,497,094	15,366,920
Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	**R$**	**802,453.09**	**181,000**	**194,575**	**207,222**	**219,656**
Viver com Dignidade	R$	802,453.09	181,000	194,575	207,222	219,656
Saúde e assistência social	**R$**	**131,231,671.38**	**29,600,400**	**31,820,430**	**33,888,758**	**35,922,083**
Segurança Alimentar e combate a Fome	R$	97,535.74	22,000	23,650	25,187	26,698
Saúde para Todos2	R$	127,636,149.51	28,789,400	30,948,605	32,960,264	34,937,880
Mais Cidadania2	R$	350,241.96	79,000	84,925	90,445	95,872
Juventude Consciente2	R$	2,615,731.08	590,000	634,250	675,476	716,005
Viver na Melhor Idade2	R$	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
Protagonismo Feminino2	R$	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	**R$**	**4,185,169.72**	**944,000**	**1,014,800**	**1,080,762**	**1,145,608**
Sustentabilidade Ambiental	R$	2,544,796.00	574,000	617,050	657,158	696,588
Mais Água, Mais Vida2	R$	629,548.84	142,000	152,650	162,572	172,327
Cidade Limpa e Povo Consciente2	R$	1,010,824.89	228,000	245,100	261,032	276,693
Gestão governamental e governança socioeconômica	**R$**	**81,783,713.80**	**18,447,000**	**19,830,525**	**21,119,509**	**22,386,680**
Fortalecimento da Ação Legislativa	R$	20,837,179.75	4,700,000	5,052,500	5,380,913	5,703,767
Planejamento e Gestão Estratégica Transparente2	R$	190,638.03	43,000	46,225	49,230	52,183
Gestão Fiscal Consciente2	R$	2,464,994.03	556,000	597,700	636,551	674,744
Gestão Pública Modernizada e Eficiente 2	R$	58,290,901.99	13,148,000	14,134,100	15,052,817	15,955,985
Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho2	**R$**	**266,006.55**	**60,000**	**64,500**	**68,693**	**72,814**
Profissionalizar para Empreender e Trabalhar2	R$	266,006.55	60,000	64,500	68,693	72,814
Agricultura e Desenvolvimento Rural2	**R$**	**310,340.98**	**70,000**	**75,250**	**80,141**	**84,950**
Agricultura e Pecuária Familiar - Mais Desenvolvimento Rural2	R$	310,340.98	70,000	75,250	80,141	84,950

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI
ESTADO DA BAHIA

Palno Plurianual 2026-2029

ANEXO I - RESUMO

Resumo Por Eixo e Area Temática		Valor Quadriênio	Total 2026	Total 2027	Total 2028	Total 2029
Educação, Conhecimento, Cultura, Esporte e Lazer e Turismo2	**R$**	**324,802,864.44**	**73,262,000**	**78,756,650**	**83,875,832**	**88,908,382**
Fortalecimento da Educação Básica	R$	314,867,519.79	71,021,000	76,347,575	81,310,167	86,188,777
Cidadania, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo2	R$	9,935,344.64	2,241,000	2,409,075	2,565,665	2,719,605
Segurança pública cidadã	**R$**	**895,555.39**	**202,000**	**217,150**	**231,265**	**245,141**
Cidade Livre, Cidade Segura	R$	895,555.39	202,000	217,150	231,265	245,141
Gestão Municipal Participativa com ênsafe na sustentabilidade econômica e social para melhoria da qualidade de vida dos munícipes2						
Combate a Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho2	**R$**	**23,647,982.30**	**5,334,000**	**5,734,050**	**6,106,763**	**6,473,169**
Proteção e Inclusão Social2	R$	23,647,982.30	5,334,000	5,734,050	6,106,763	6,473,169
Total Geral	**R$**	**634,868,966.00**	**143,200,000**	**153,940,000**	**163,946,100**	**173,782,866**

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

CENARIZAÇÃO FISCAL

ANEXO II

Projeção de Receitas de 2026 a 2029

R$ 1

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
TOTAL GERAL DA RECEITA (C)=(A)+(B)	74,771,703	113,697,401	142,000,000	143,183,605	156,097,940	167,802,940	178,728,633	645,813,119
Receitas Correntes excluídas deduções FUNDEB (A)	71,616,781	111,870,514	139,952,000	140,781,310	153,479,438	164,988,051	175,730,776	634,979,574
Receitas Tributárias	10,135,513	17,650,501	19,193,000	20,410,966	22,247,953	23,916,550	25,471,126	92,046,595
Impostos	**9,514,240**	**7,834,790**	**19,163,000**	**15,795,932**	**17,217,566**	**18,508,883**	**19,711,960**	**71,234,341**
IPTU	478,171	394,772	117,000	307,025	334,657	359,757	383,141	1,384,580
IRRF	1,552,717	2,338,851	3,159,000	3,084,603	3,362,218	3,614,384	3,849,319	13,910,524
IRPJ – Simples Federal e Nacional	-		-	-	-	-	-	-
ITBI	150,636	87,960	193,000	169,878	185,167	199,055	211,993	766,094
ISS	7,332,717	5,013,208	15,694,000	12,234,425	13,335,523	14,335,687	15,267,507	55,173,142
Taxas	**621,273**	**9,815,711**	**30,000**	**4,615,035**	**5,030,388**	**5,407,667**	**5,759,165**	**20,812,254**
Diversas Taxas	621,273	9,815,711	30,000	4,615,035	5,030,388	5,407,667	5,759,165	20,812,254
Contribuição de Melhoria	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Impostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Comp.Financ. entre Regimes Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Custeio de Serv.Ilum.Pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	336,035	397,343	223,000	352,098	383,787	412,571	439,388	1,587,843
Receita de Valores Mobiliários	**336,035**	**385,702**	**223,000**	**346,734**	**377,940**	**406,286**	**432,694**	**1,563,655**
Educação- FUNDEB	36,694	96,244	100,000	106,372	115,946	124,642	132,744	479,704
Educação- QSE - Salário Educação	3,471	9,539	10,000	10,574	11,526	12,390	13,195	47,685
Educação- FNDE	3,600	16,033	10,000	13,582	14,804	15,914	16,949	61,248
Educação- CONVÊNIOS	174,576	100,825	12,000	74,449	81,150	87,236	92,906	335,741
Educação- FUNDEF PRECATÓRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde - SUS	39,041	37,614	13,000	29,533	32,191	34,605	36,855	133,184
Saúde - CONVÊNIOS	159	-	5,000	2,899	3,160	3,397	3,618	13,074
Assistência social	2,157	4,710	6,000	5,886	6,416	6,897	7,346	26,545
Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Royalties/FEP	-	-	10,000	5,760	6,278	6,749	7,187	25,974
CIDE	-	147	4,000	2,372	2,585	2,779	2,960	10,695
Outros CONVÊNIOS	413	8,793	9,000	9,285	10,121	10,880	11,587	41,873
Outros Vinculados	-	1,718	-	792	863	928	988	3,570
Não Vinculados	75,924	110,079	44,000	85,231	92,901	99,869	106,361	384,362
Outras Receitas Patrimoniais	**-**	**11,641**	**-**	**5,364**	**5,847**	**6,285**	**6,694**	**24,189**
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

CENARIZAÇÃO FISCAL

ANEXO II

Projeção de Receitas de 2026 a 2029

R$ 1

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Receita de Serviços	-	-	70,000	40,317	43,945	47,241	50,312	181,816
Serviços de Saúde	-	-	19,000	10,943	11,928	12,823	13,656	49,350
Outros Serviços	-	-	51,000	29,374	32,017	34,419	36,656	132,466
Transferências Correntes	61,145,234	93,812,256	120,378,000	119,922,446	130,743,277	140,546,677	149,700,713	540,913,113
Transf.Intergovernamentais	**49,437,579**	**73,543,633**	**87,526,000**	**90,267,274**	**98,419,139**	**105,798,229**	**112,693,616**	**407,178,258**
Transf.da União	**42,767,995**	**65,583,067**	**78,935,000**	**80,845,902**	**88,122,033**	**94,731,186**	**100,888,713**	**364,587,834**
Cota-parte do FPM	30,206,066	34,250,862	46,000,000	45,923,099	50,056,178	53,810,391	57,308,067	207,097,735
Ded.Cota-parte FPM p/FUNDEF/FUNDEB	(6,041,213)	(6,850,172)	(9,200,000)	(9,184,620)	(10,011,235)	(10,762,078)	(11,461,613)	(41,419,546)
Cota-parte do FPM - 1% Cota FPM (	2,980,847	3,535,897	1,400,000	2,795,507	3,047,103	3,275,636	3,488,552	12,606,798
Cota-parte do ITR	6,231	5,782	2,000	4,568	4,979	5,353	5,701	20,602
Ded.Cota-parte ITR p/FUNDEF/FUNDEB	(1,246)	(1,156)	(400)	(914)	(996)	(1,070)	(1,140)	(4,120)
Transferência do Salário-Educação	387,247	2,262,690	1,700,000	2,068,455	2,254,616	2,423,712	2,581,253	9,328,036
Cota-parte do IOF-Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf.Recursos do SUS	7,120,125	9,345,328	10,867,000	11,424,702	12,452,926	13,386,895	14,257,043	51,521,566
Transf.Recursos FNAS	348,478	384,596	1,559,000	1,117,204	1,217,753	1,309,084	1,394,175	5,038,216
Transf.Recursos FNDE	700,910	470,078	982,000	866,823	944,837	1,015,699	1,081,720	3,909,079
Transf.Financeira - LC nº 87/96	-	-	-	-	-	-	-	-
Ded.LC 87/96 p/FUNDEF/FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf.Compens.Financ.Explor.Rec.Naturais	638,896	693,099	602,400	743,462	810,373	871,151	927,776	3,352,761
Transf.de Recursos de Complementação da União-FUNDEB	5,457,876	21,456,056	24,495,000	24,653,303	26,872,100	28,887,508	30,765,196	111,178,108
Outras Transf.da União	963,779	30,007	528,000	434,312	473,400	508,905	541,984	1,958,600
Transf.dos Estados	**6,669,584**	**7,960,566**	**8,591,000**	**9,421,372**	**10,297,106**	**11,067,043**	**11,804,903**	**42,590,424**
Cota-parte do IPVA	837,765	983,415	1,400,000	1,360,626	1,483,082	1,594,313	1,697,944	6,135,964
Dedução do IPVA para o FUNDEB	(167,552)	(196,682)	(280,000)	(272,125)	(268,806)	(291,311)	(291,745)	(1,123,987)
Cota-parte do ICMS	6,590,462	7,272,658	8,400,000	8,984,846	9,793,482	10,527,993	11,212,313	40,518,635
Dedução do ICMS para o FUNDEB	(1,318,092)	(1,454,531)	(1,680,000)	(1,796,969)	(1,958,696)	(2,105,599)	(2,242,462)	(8,103,726)
Cota-parte do IPI-ex	37,339	51,450	60,000	62,772	68,422	73,554	78,335	283,083
Ded.Cota-parte IPI-ex p/ FUNDEB	-	-	(12,000)	(6,911)	(7,534)	(8,099)	(8,625)	(31,168)
Transf.Recursos do SUS	276,810	346,919	95,000	247,990	270,309	290,582	309,470	1,118,351
Transf.Cota-parte Comp.Fin.Explor.Rec.Natur	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf.Cota-parte CIDE	3,317	23,351	36,000	31,894	34,765	37,372	39,801	143,833
Outras Transf.dos Estados	409,535	933,987	572,000	809,249	882,081	948,237	1,009,873	3,649,439
Transferências dos Municípios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transf.Recursos do SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Privadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transf.Recursos do SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf. de Outras Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	**11,704,654**	**20,268,622**	**32,800,000**	**29,643,819**	**32,311,763**	**34,735,145**	**36,992,930**	**133,683,657**

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

CENARIZAÇÃO FISCAL

ANEXO II

Projeção de Receitas de 2026 a 2029

R$ 1

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Transf.Recursos do FUNDEB	11,704,654	20,268,622	32,800,000	29,643,819	32,311,763	34,735,145	36,992,930	133,683,657
Transf.Complementação ao FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.Multigovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transf.Recursos do SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf. de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf.Convênios União/Estados/Municípios	**-**	**-**	**52,000**	**10,991**	**11,980**	**12,878**	**13,715**	**49,564**
Convênios para Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Prog.Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Prog.Assist.Social	-	-	52,000	10,991	11,980	12,878	13,715	49,564
Convênios para Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Saneamento Básico	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transf.Correntes	**3,000**	**-**	**-**	**362**	**395**	**424**	**452**	**1,634**
Outras Receitas Correntes	-	10,414	88,000	55,482	60,476	65,012	69,237	250,207
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	1,075	76,000	44,268	48,252	51,871	55,243	199,634
Indenizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Restituições		9,338	12,000	11,214	12,224	13,140	13,994	50,573
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
					-	-	-	-
Receitas de Capital (B)	3,154,922	1,826,887	2,048,000	2,402,295	2,618,502	2,814,890	2,997,858	10,833,545
Operações de Crédito	-	-	224,000	129,014	140,625	151,172	160,999	581,810
Alienação de Bens	-	-	222,000	127,862	139,370	149,823	159,561	576,616
Amort. de Empréstimos/Financ.	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Capital	3,154,922	1,826,887	1,602,000	2,145,419	2,338,507	2,513,895	2,677,298	9,675,119
Transferências da União e Estados (exceto convênios)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	**3,154,922**	**1,826,887**	**1,599,000**	**2,143,691**	**2,336,623**	**2,511,870**	**2,675,142**	**9,667,327**
Convênios para Saúde	-	-	191,000	110,008	119,908	128,901	137,280	496,097
Convênios para Prog.Educação	-	-	336,000	193,521	210,938	226,758	241,498	872,716
Convênios para Prog.Assist.Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios para Saneamento Básico	-	-	52,000	29,950	32,645	35,094	37,375	135,063
Outras Transf.Convênios	3,154,922	1,826,887	1,020,000	1,810,213	1,973,132	2,121,117	2,258,989	8,163,451
Outras Transferências	-		3,000	1,728	1,883	2,025	2,156	7,792
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

Receitas Realizadas 2023/2024, Orçada 2025, estimadas 2026 a 2029

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

CENARIZAÇÃO FISCAL

ANEXO II

Projeção de Receitas de 2026 a 2029

R$ 1

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS								
Recursos Ordinários								
RECEITAS RECURSOS NÃO VINCULADOS	52,246,460	64,848,411	77,741,000	80,964,278	88,251,063	94,869,893	101,036,436	365,121,670
Fonte 01 - MDE	12,543,237	13,483,713	19,106,250	18,731,838	20,417,703	21,949,031	23,375,718	84,474,289
Fonte 02 - Saúde 15%	7,078,815	7,559,843	11,253,750	10,819,777	11,793,556	12,678,073	13,502,148	48,793,554
TOTAL DESTINAÇÃO RECURSOS NÃO VINCULADOS	32,624,407	43,804,854	47,381,000	51,412,664	56,039,804	60,242,789	64,158,570	231,853,827
Fonte 1550 - Salário Educação	390,718	2,272,229	1,710,000	2,079,029	2,266,142	2,436,102	2,594,449	9,375,721
Fonte 1551, 1552, 1553, 1569 - FNDE	704,510	486,111	992,000	880,404	959,641	1,031,614	1,098,669	3,970,327
Fonte 15001001 - MDE	12,543,237	13,483,713	19,106,250	18,731,838	20,417,703	21,949,031	23,375,718	84,474,289
Fonte 1540, 1541, 1542 CO 1070 - FUNDEB 70%	12,039,457	29,274,646	40,176,500	38,082,446	41,509,867	44,623,107	47,523,609	171,739,028
Fonte 1540, 1541, 1542, 1543 - FUNDEB 30%	5,159,767	12,546,277	17,218,500	16,321,048	17,789,943	19,124,189	20,367,261	73,602,441
Fonte 1570, 1571 - CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	174,576	100,825	348,000	267,970	292,088	313,994	334,404	1,208,456
Fonte 1544 - FUNDEF PRECATÓRIOS	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL RECURSOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO	31,012,265	58,163,801	79,551,250	76,362,736	83,235,382	89,478,036	95,294,108	344,370,263
Fonte 15001002 - Saúde 15%	7,078,815	7,559,843	11,253,750	10,819,777	11,793,556	12,678,073	13,502,148	48,793,554
Fonte 1600 - FNS SUS	7,435,977	9,729,860	10,975,000	11,702,225	12,755,425	13,712,082	14,603,368	52,773,101
Serviços Saúde	0	0	19,000	10,943	11,928	12,823	13,656	49,350
Fonte 1621, 1622 - CONVÊNIOS SAÚDE	159	0	196,000	112,907	123,068	132,298	140,898	509,171
TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS A SAÚDE	14,514,951	17,289,704	22,443,750	22,645,851	24,683,978	26,535,276	28,260,069	102,125,175
Fonte 1635 - Royalties	638,896	693,099	612,400	749,221	816,651	877,900	934,963	3,378,735
Fonte 1750 - CIDE	3,317	23,498	40,000	34,266	37,350	40,151	42,761	154,528
Fonte 1700, 1701 - OUTROS CONVÊNIOS	3,155,335	1,835,680	1,133,000	1,860,438	2,027,878	2,179,969	2,321,667	8,389,951
Fonte 1754 - Operações de créditos	0	0	224,000	129,014	140,625	151,172	160,999	581,810
Fonte 1755, 1756 - Alienação de bens	0	0	222,000	127,862	139,370	149,823	159,561	576,616
Amort. de Empréstimos/Financ.	0	0	0	0	0	0	0	0
Fonte 1660 - FNAS	350,635	389,306	1,565,000	1,123,091	1,224,169	1,315,981	1,401,520	5,064,761
TOTAL RECURSOS DEMAIS DESTINAÇÕES	4,148,183	2,941,584	3,796,400	4,023,892	4,386,043	4,714,996	5,021,471	18,146,402
Total das receitas por destinação (A)	82,299,807	122,199,943	153,172,400	154,445,144	168,345,207	180,971,097	192,734,219	696,495,667
TOTAL RECEITAS (B)	74,771,703	113,697,401	142,000,000	143,183,605	156,097,940	167,802,940	178,728,633	645,813,119

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

PLANO PLURIANUAL 2026 A 2029

CENARIZAÇÃO FISCAL

ANEXO II

Projeção de Receitas de 2026 a 2029

R$ 1

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
deduções (C)	7,528,103	8,502,542	11,172,400	11,261,538	12,247,267	13,168,157	14,005,585	50,682,548
TOTAL D = (B+C)	82,299,807	122,199,943	153,172,400	154,445,144	168,345,207	180,971,097	192,734,219	696,495,667
CONFERÊNCIA = D-A	0	0	0	0	0	0	0	0
Base para cálculo - Educação 25%	50,172,949	53,934,854	76,425,000	74,927,351	81,670,812	87,796,123	93,502,871	337,897,157
Base para cálculo - Saúde 15%	47,192,103	50,398,957	75,025,000	72,131,843	78,623,709	84,520,487	90,014,319	325,290,359
LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL CONFORME LC 101/00								
Base para cálculo - Receita Corrente Líquida - RCL	71,616,781	111,870,514	139,952,000	140,781,310	153,479,438	164,988,051	175,730,776	634,979,574
LIMITE 54% - EXECUÇÃO	38,673,062	60,410,078	75,574,080	76,021,907	82,878,896	89,093,547	94,894,619	342,888,970
LIMITE 6% - LEGISLATIVO	4,297,007	6,712,231	8,397,120	8,446,879	9,208,766	9,899,283	10,543,847	38,098,774
LIMITE TOTAL 60%	**42,970,069**	**67,122,308**	**83,971,200**	**84,468,786**	**92,087,663**	**98,992,830**	**105,438,465**	**380,987,745**
LIMITE PRUDENCIAL 51,30 - EXECUÇÃO	36,739,409	57,389,574	71,795,376	72,220,812	78,734,952	84,638,870	90,149,888	325,744,522
LIMITE PRUDENCIAL 5,7 - LEGISLATIVO	4,082,157	6,376,619	7,977,264	8,024,535	8,748,328	9,404,319	10,016,654	36,193,836
LIMITE TOTAL 57%	**40,821,565**	**63,766,193**	**79,772,640**	**80,245,347**	**87,483,280**	**94,043,189**	**100,166,542**	**361,938,357**

ASPECTOS REGIONAIS DO MUNICÍPIO DE URANDI - BA

PLANO PLURIANUAL (PPA) 2026-2029

Data: Agosto de 2025
Município: Urandi - Bahia
Código IBGE: 2932606
Período de Planejamento: 2026-2029

SUMÁRIO

1. Fundamentação Legal e Conceitual
2. Caracterização Territorial e Divisão Administrativa
3. Aspectos Socioeconômicos Regionais
4. Aspectos Ambientais e Sustentabilidade
5. Participação Social e Organizações Comunitárias
6. Alocação de Recursos e Investimentos por Região
7. Monitoramento e Avaliação Regional
8. Conclusão e Perspectivas
9. Referências

---

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITUAL

1.1 Base Constitucional e Legal

A elaboração dos aspectos regionais do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 do município de Urandi fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 165, que estabelece a obrigatoriedade do planejamento governamental através do PPA [1]. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) reforça a necessidade de planejamento territorial integrado, visando a eficiência na aplicação dos recursos públicos e o desenvolvimento equilibrado do território municipal [2].

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estabelece diretrizes gerais da política urbana e determina que o planejamento municipal deve considerar as especificidades territoriais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a função social da propriedade [3]. No âmbito estadual, a Constituição da Bahia de 1989 reforça a importância do planejamento regional como instrumento de redução das desigualdades territoriais [4].

1.2 Conceito de Regionalização Municipal

A regionalização municipal constitui-se como estratégia fundamental para o planejamento territorial, permitindo a identificação de especificidades locais, potencialidades e desafios de cada região dentro do município [5]. No caso de Urandi, a análise regional considera a estrutura territorial oficial, as características socioeconômicas, ambientais e as organizações comunitárias existentes.

A abordagem regional no planejamento municipal permite maior eficiência na alocação de recursos, implementação de políticas públicas diferenciadas conforme as necessidades locais e fortalecimento da participação social através das organizações comunitárias [6]. Esta metodologia está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) [7].

1.3 Metodologia de Análise Territorial

A metodologia adotada para a análise dos aspectos regionais de Urandi baseia-se exclusivamente em fontes oficiais, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) [8]. Os dados foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), QEdu (plataforma oficial de dados educacionais), órgãos governamentais estaduais e municipais, garantindo a confiabilidade e atualidade das informações.

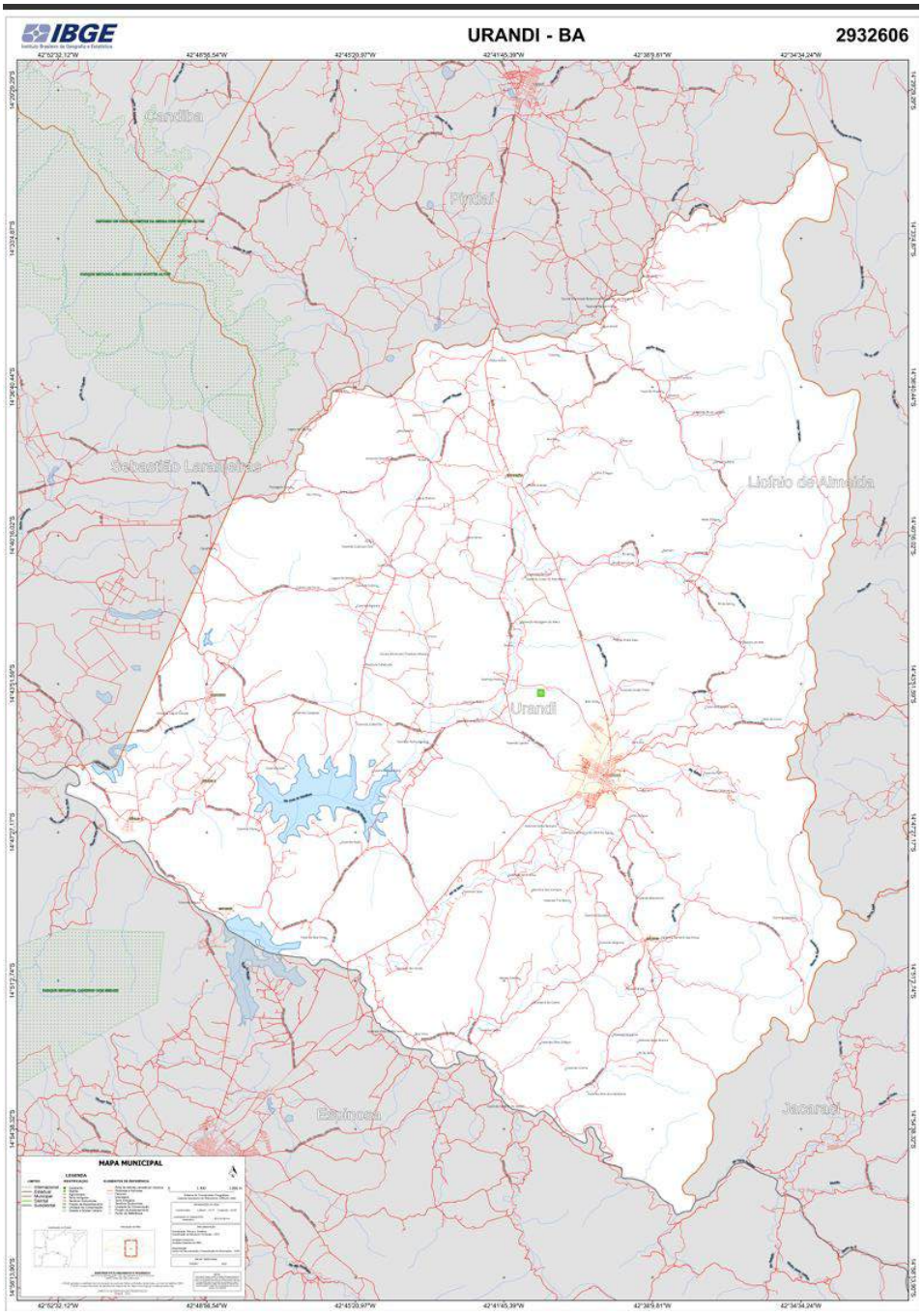
A estrutura territorial foi confirmada através da análise do mapa oficial do IBGE e confirmação direta sobre a ausência de distritos oficiais além da sede municipal. Esta abordagem metodológica assegura que o planejamento seja baseado na realidade administrativa e territorial do município, evitando inconsistências que poderiam comprometer a implementação das políticas públicas.

2. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E DIVISÃO ADMINISTRATIVA

2.1 Estrutura Administrativa Oficial

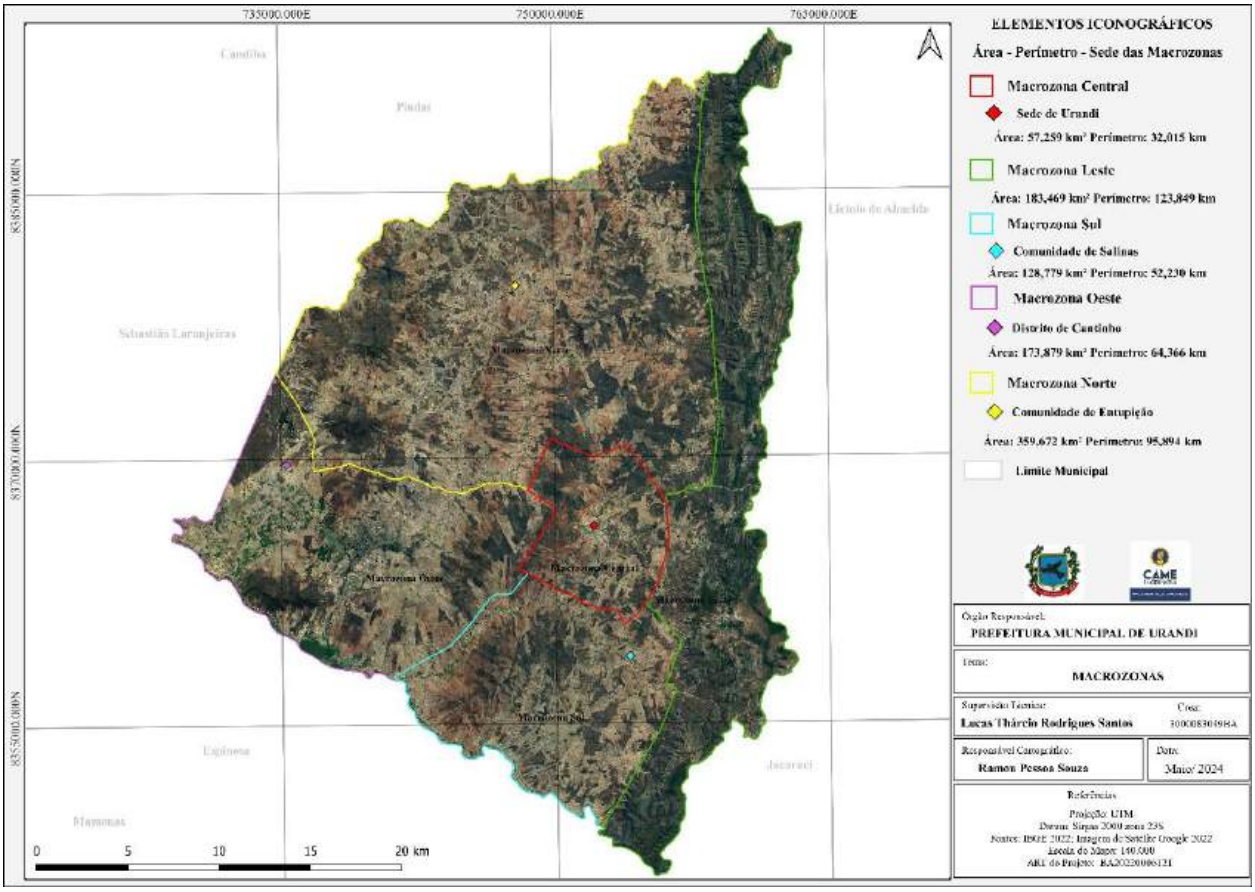
O município de Urandi, localizado na região sudoeste da Bahia, possui uma estrutura territorial subdividida e organizada através da vigência do Plano Diretor Participativo elaborado em 2024 e publicado em 2025. Esta característica administrativa, confirmada através da análise dos mapas oficiais das macrozonas, conforme apresentadas no decorrer deste estudo.

A sede municipal de Urandi concentra as funções administrativas, educacionais e de serviços, servindo como centro de articulação para as diversas comunidades rurais distribuídas pelo território. O município possui área territorial de aproximadamente 902 km², calculada com base na densidade demográfica de 17,02 habitantes por quilômetro quadrado e população de 15.355 habitantes (Censo 2022) [10].



2.2 Principais Regiões Rurais do Território da Sede

O município de Urandi possui Plano Diretor e a Lei Municipal nº 407/2025, dispõe sobre o novo ordenamento territorial e ambiental definindo as zonas urbana e rural. Conforme a seguir:



Fonte: Plano Diretor do Município de Urandi (2025)

I - Perímetro Urbano da Sede Municipal, denominada como **Distrito sede** da cidade de Urandi, espaço urbano integrante da **Macrozona Central**.

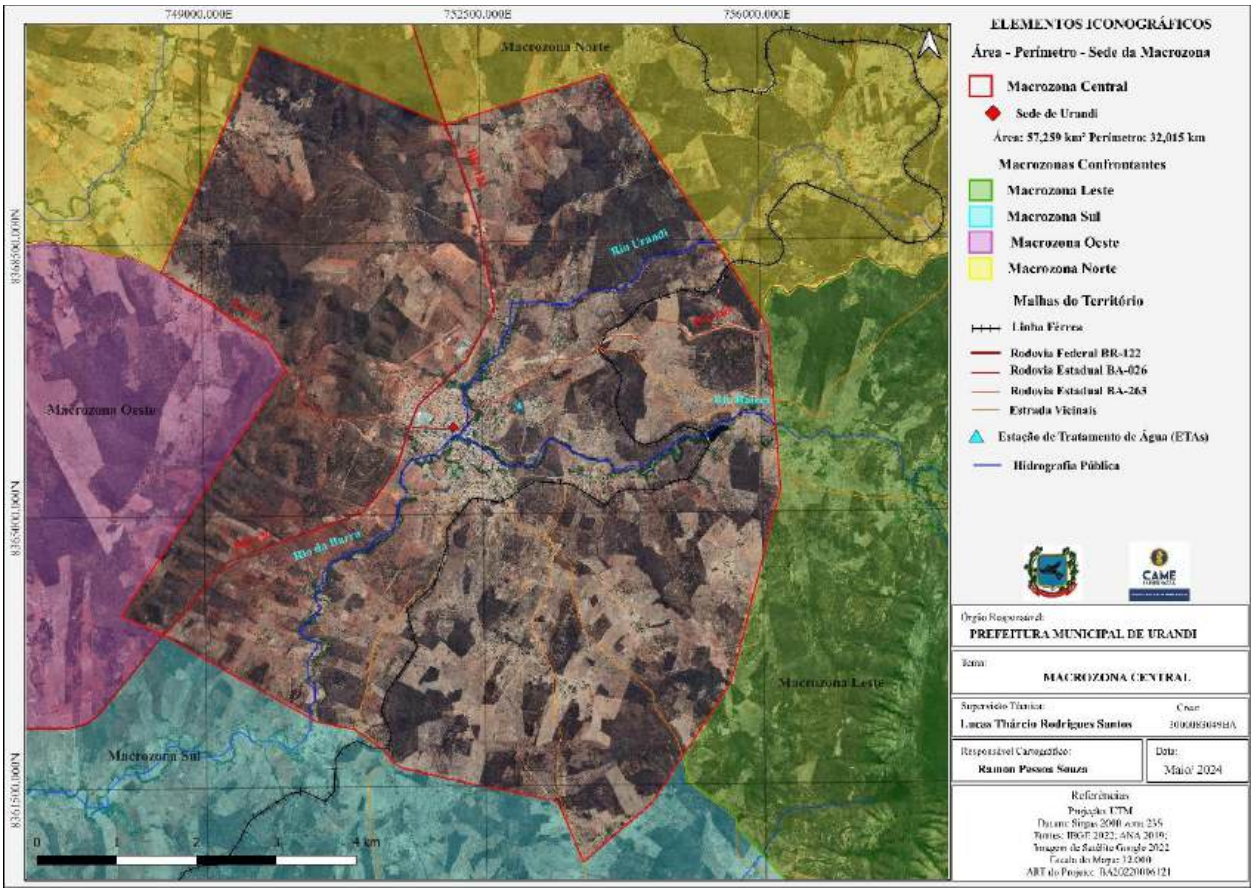
II - Perímetro Urbano do Distrito de Cantinho, denominado neste ato como **Distrito do Cantinho**, espaço urbano integrante da **Macrozona Oeste.**

III - **Macrozona Leste** que compreende o **Espaço Rural Serrano**

IV- **Macrozona Norte** tendo como Sede urbana o **Subdistrito do Povoado de Entupição**

V- **Macrozona Sul** tendo como sede urbana o **Subdistrito do Povoado de Salinas**

2.2.1 Distrito Sede (Macrozona Central)



Fonte: Plano Diretor do Município de Urandi (2025)

A **MACROZONA CENTRAL c**ompreende o Distrito da SEDE, o qual é composto pelo perímetro urbano da sede municipal devidamente atualizado e acrescido da área rural que se configura como área de expansão deste Distrito, ambas sob sua jurisdição, ficando nesta reconfiguração com a área total de: 57,259 km² e perímetro: 32,015 km. Essa Macrozona tem como principal pilar econômico o comércio local e a Fábrica Sudotex especializada em fabricação de fios de algodão, tecidos e confecções, destacando-se por ser a única empresa no Brasil que possui a cadeia produtiva verticalizada e completa do algodão.

As comunidades rurais que integram a Macrozona Central, além da sede, são: Cajueiro, Cabeceiras, Raiz, Damiana, Santa Bárbara, Barreiro dos Campos e Olho D'água.

A região da Fazenda Cajueiro destaca-se pela **Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cajueiro**, que atua na articulação da agricultura familiar local [11]. Esta região caracteriza-se pela produção diversificada adaptada ao bioma Caatinga, com foco em cultivos resistentes à seca e sistemas de convivência com o semiárido.

A localização estratégica da Fazenda Cajueiro permite acesso facilitado à sede municipal, favorecendo a comercialização da produção e o acesso aos serviços públicos. A associação local tem papel fundamental na organização dos produtores e na implementação de tecnologias sociais apropriadas ao semiárido.

A **Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Cabeceiras e Raiz** (CNPJ: 02.706.635/0001-34) representa uma das organizações rurais mais estruturadas do município [12]. Localizada na Comunidade de Cabeceiras, zona rural de Urandi, esta região desenvolve atividades de agricultura familiar com foco na sustentabilidade e na geração de renda para as famílias rurais.

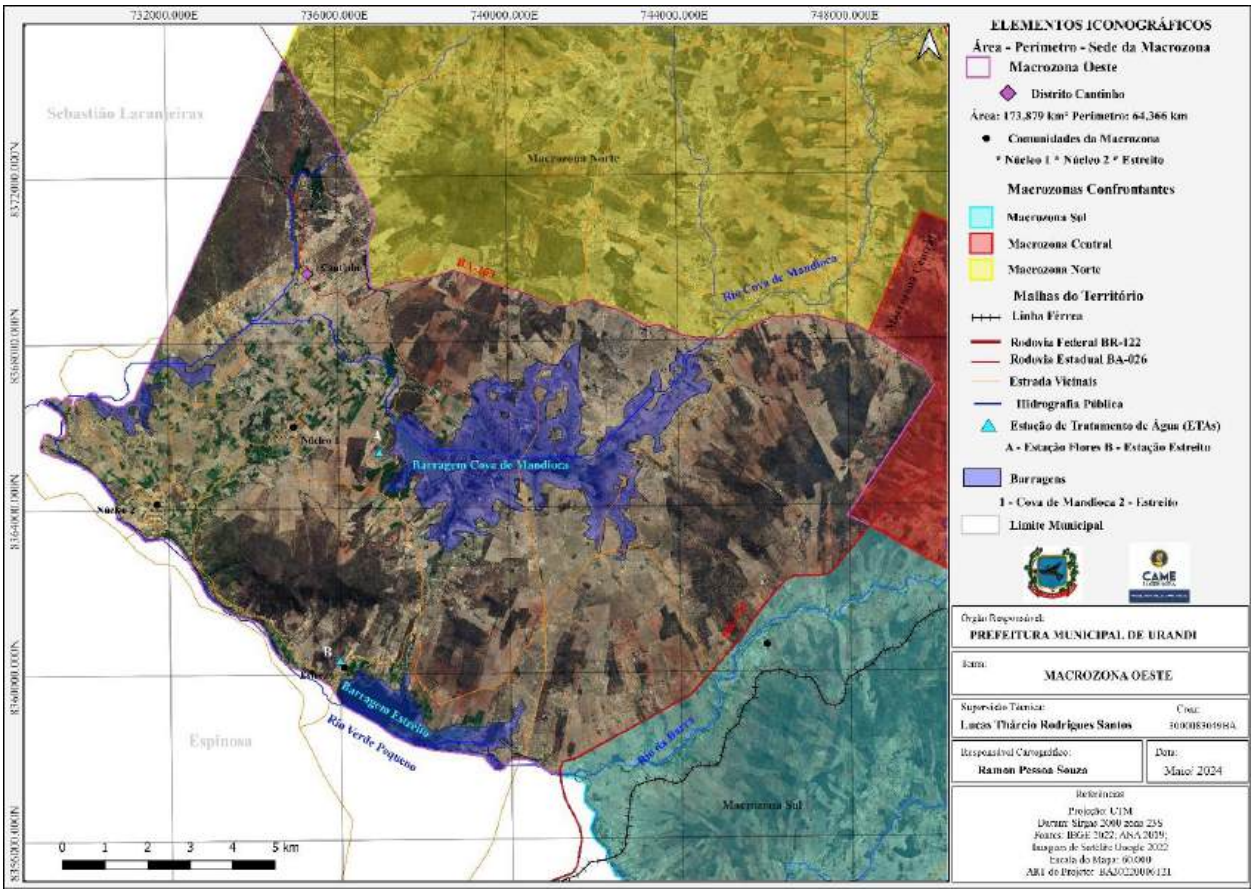
A região de Cabeceiras e Raiz caracteriza-se pela diversificação produtiva, incluindo hortaliças, frutas, legumes e tubérculos, conforme perfil da agricultura familiar local identificado pelo Governo da Bahia [13]. A organização comunitária facilita o acesso a programas governamentais e a comercialização através de mercados institucionais.

A **Associação dos Produtores de Leite de Urandi** [15] destaca-se pela especialização na bovinocultura leiteira, localizada na Fazenda Boa Nova.

A bovinocultura leiteira na região da Fazenda Boa Nova representa importante fonte de renda para as famílias rurais e contribui para o abastecimento local do consumo de leite. A associação facilita o acesso a tecnologias de manejo, melhoramento genético e comercialização da produção leiteira.

A **Associação de Desenvolvimento Comunitário da Barra Região de Olho D'água**, também atua em prol da agricultura e a bovinocultura de corte. A associação é formada, na grande maioria, por pequenos produtores que trabalham no campo, mas que ao mesmo tempo desenvolvem outras atividades na sede do município.

2.2.2 Distrito do Cantinho (Macrozona Oeste)



Fonte: Plano Diretor do Município de Urandi (2025)

O Distrito do Cantinho foi constituído pela Lei Municipal nº 408/2025 e em conformidade com a Lei Estadual Complementar nº 002 de 04 de maio de 1990 atende aos requisitos necessários previstos em lei de acordo com os seguintes critérios:

I - População, eleitorado e arrecadação não inferior à quinta parte do exigido para a criação de Município ou do verificado em unidade já existente;

II- Existência, na Sede, de população não inferior a um vinte mil avos da estimativa para o Estado;

III- Delimitação da área com descrição das respectivas divisas.

Os limites estabelecidos por esta macrozona se apresentam a seguir:

I- Ao Norte limita-se com: em toda sua extensão com os limites da Macrozona Oeste;

II- Ao Sul limita-se com: a divisa intermunicipal em toda sua extensão com os limites entre os municípios de URANDI e Espinosa-MG;

III- A Leste limita-se com: os limites das Macrozonas Central e Sul;

IV- A Oeste limita-se com: a divisa intermunicipal em toda sua extensão com o limite do município de Sebastião Laranjeiras.

A Macrozona Oeste é conhecida por sua imponente área fértil e produtiva denominada Perímetro Irrigado Estreito. É uma área agrícola com infraestrutura para levar água a lotes de produção, situada no município de Urandi, na Bahia. Este perímetro, tem se desenvolvido como um polo agrícola, com os produtores atuando em conjunto e focados no uso eficiente dos recursos hídricos, sendo a principal economia local a fruticultura da manga e da banana.

O perímetro possui infraestrutura de irrigação, que inclui canais, adutoras e estações de bombeamento, para levar água às plantações com as seguintes dimensões:

Área Irrigada: 3.000 hectares

Reserva Legal: 3.810,88 hectares

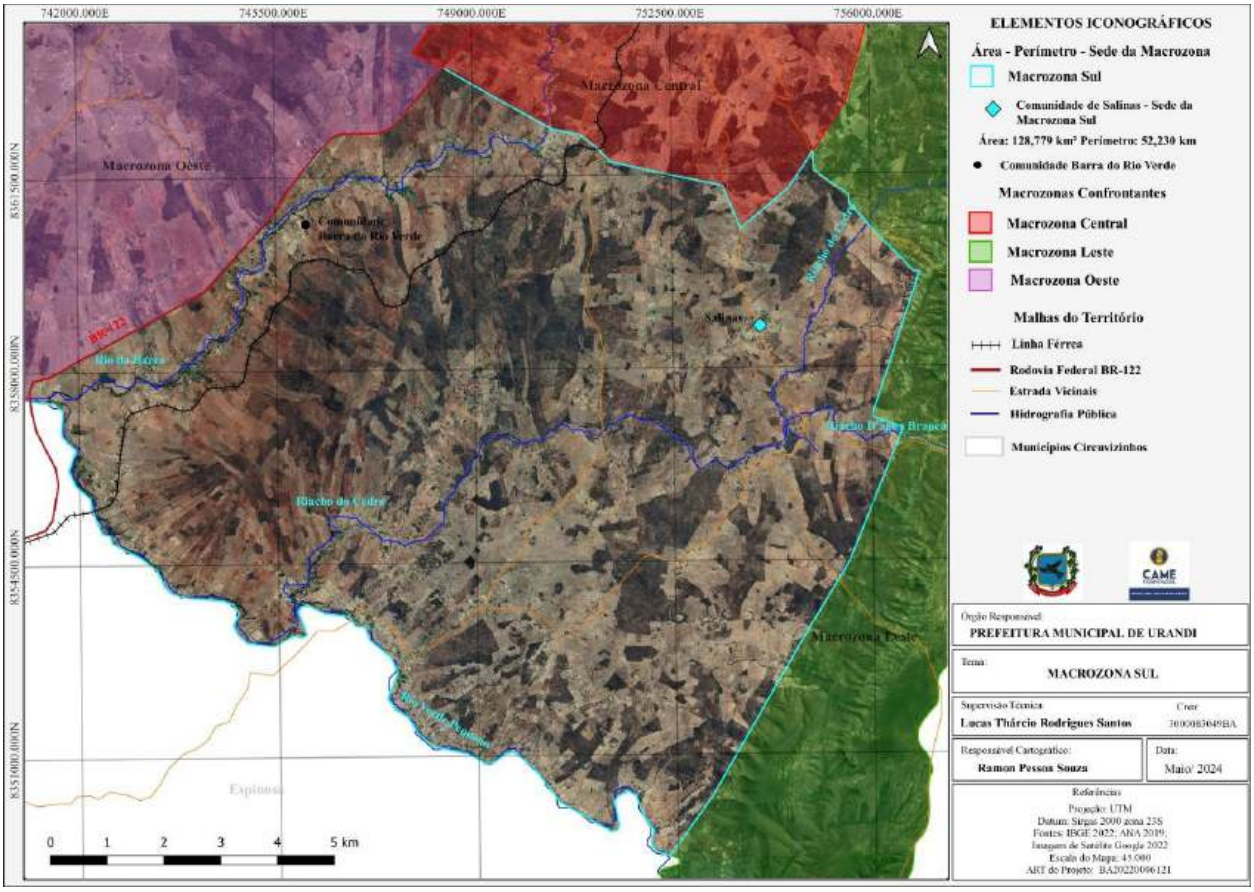
Barragens: Estreito: área da bacia hidráulica = 1.200 ha

Cova de Mandioca: área da bacia hidráulica = 1.750 ha

A Associação dos Produtores do Perímetro do Estreito (APPE) atua para fortalecer a agricultura local e promover o uso eficiente da água, através de contrato de delegação da CODEVASF.

A Macrozona Oeste (Distrito de Cantinho) ainda é formada pelas seguintes localidades com as associações formalmente constituídas e ativas: Associação Comunitária de Cantinho, Associação Comunitária da Região de Pedra Aguda, Associação da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, Associação Comunitária de Estreito, Associação dos Pescadores de Estreito, Associação Comunitária e Desportiva Unidos do Núcleo II, Associação dos Pequenos Produtores Irrigantes do Projeto Estreito I e Associação dos Produtores de Leite de Núcleo II.

2.2.3 Subdistrito de Salinas (Macrozona Sul)



Fonte: Plano Diretor do Município de Urandi (2025)

O Subdistrito de Salinas (Macrozona Sul) foi constituído pela Lei Municipal nº 404/2025 e tem como limites estabelecidos conforme se apresentam a seguir:

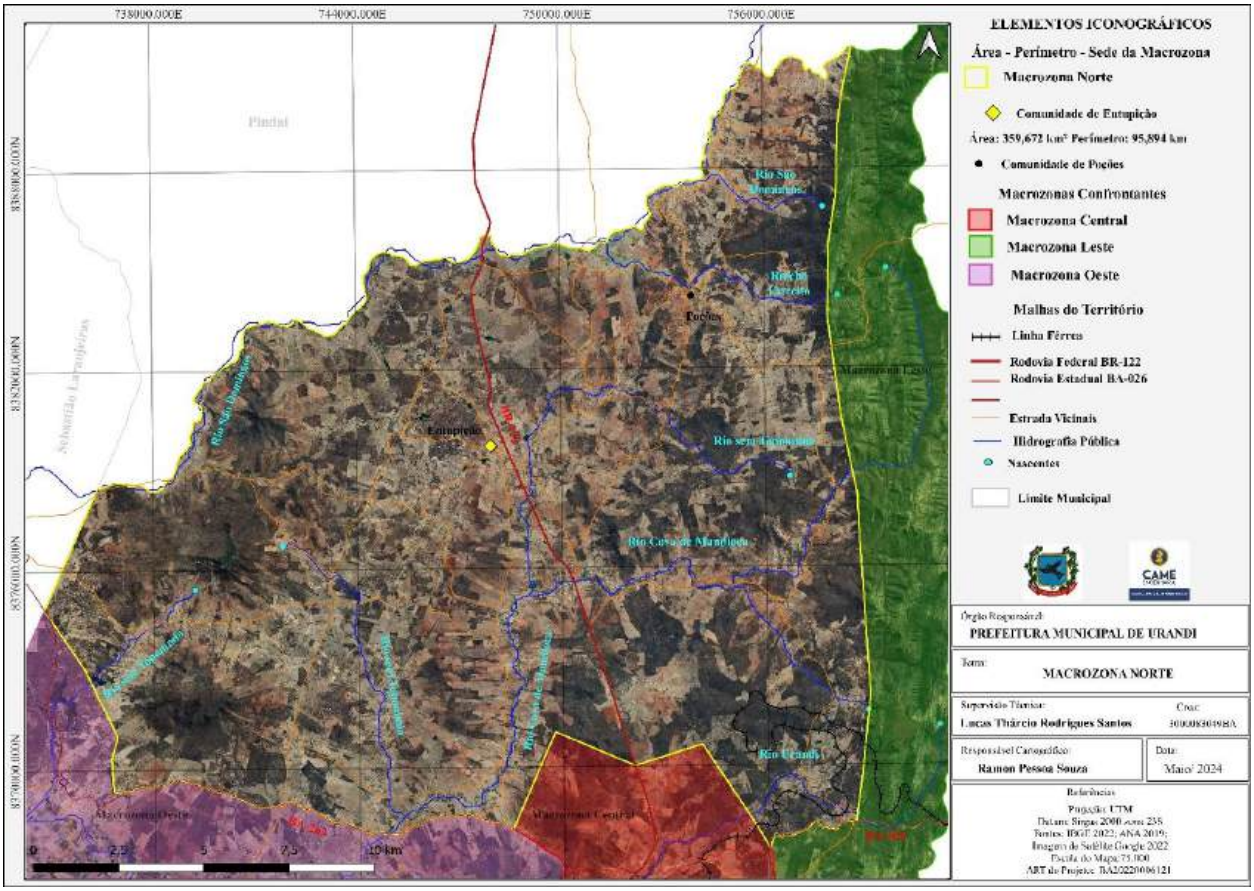
I - Ao Norte limita-se com: os limites da Macrozona Central e Leste;
II - Ao Sul limita-se com: a divisa intermunicipal de Espinosa- MG;
III - A Leste limita-se com: o limite da Macrozona Leste em toda sua extensão;
IV - A Oeste limita-se com: o limite da Macrozona Oeste.

A Macrozona Sul é conhecida por suas belezas naturais e atrativos turísticos, a exemplo da Garganta do impossível faz jus a seu nome, tanto por sua trilha, quanto por ter a maior garganta da região, com cânions formidáveis e pinturas rupestres . Localizado na divisa entre os

estados da Bahia e Minas Gerais, fazendo limites entre os municípios de Urandi e Espinosa. A principal economia dessa região é a bovinocultura leiteira.

A Macrozona Sul (Subdistrito de Salinas) ainda é formada pelas seguintes localidades com as associações formalmente constituídas e ativas: Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Sítio das Abóboras, Associação Comunitária da Região de Salinas, Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Coqueiro, Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Vargem do Meio, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do vale da Boa Vista do Rio Verde, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Barra do Rio Verde, Associação Comunitária dos Produtores da Região do Cedro, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Poço do Félix no Vale do Rio Verde.

2.2.4 Subdistrito de Entupição (Macrozona Norte)



Fonte: Plano Diretor do Município de Urandi (2025)

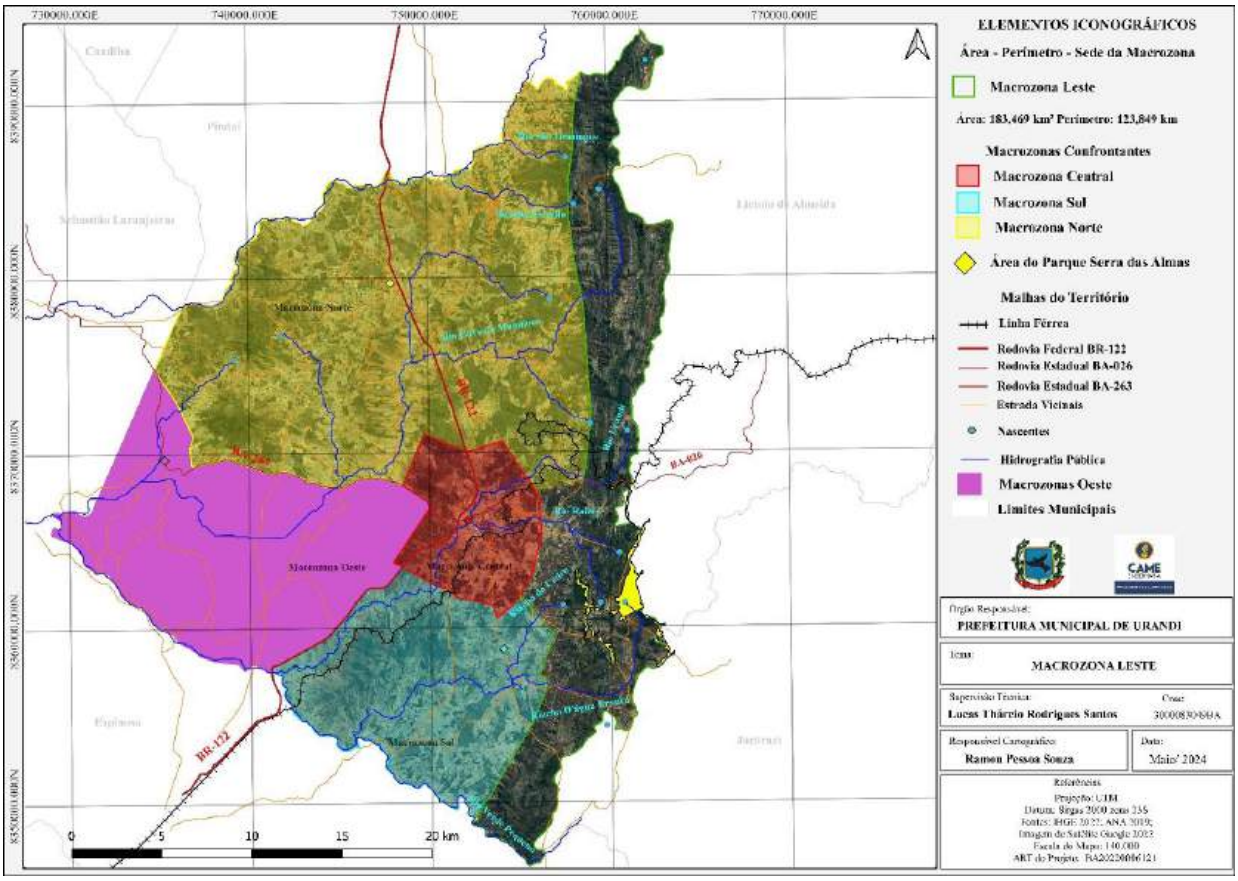
O Subdistrito de Entupição (Macrozona Norte) foi constituído pela Lei Municipal nº 403/2025 e tem como limites estabelecidos conforme se apresentam a seguir:

I - Ao Norte limita-se com: a divisa intermunicipal de Pindaí em toda sua extensão;
II - Ao Sul limita-se com: os limites das Macrozonas Leste, Central e Sul;
III - A Leste limita-se com: o limite da Macrozona Leste em toda sua extensão;
IV - A Oeste limita-se com: a divisa intermunicipal de Sebastião Laranjeiras.

A Macrozona Norte possui como principal destaque a bovinocultura leiteira e de corte, região escassa em água, mas com uma densidade populacional relevante. Nesta região passa o Rio Covas da Mandioca e Rio São Domingos, porém se tornaram rios sazonais. Nesta área também se destacam os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica nas regiões de Feijão Preto e Mata Veado.

A Macrozona Norte (Subdistrito de Entupição) ainda é formada pelas seguintes localidades com as associações formalmente constituídas e ativas: Associação dos Produtores Rurais de Entupição e Olho D'Água da Jurema, Associação Comunitária Rural do Riacho do Mel e Pé da Serra, Associação dos Pequenos Agricultores e Pecuaristas da Comunidade de Pesqueiro, Associação dos Produtores e Agricultores da Fazenda Extrema, Associação dos Moradores de Barreirinho, Água Verde e Canudos, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Casa Nova, Boa Esperança e Adjacências, Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Rio Cova de Mandioca, Associação da Comunitária, Promocional e Organizacional da Comunidade de Cachoeira, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Pedra Grande, Associação Comunitária de Pedras, Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Chicão, Associação Comunitária, Promocional e Organizacional do Pé da Ladeira, Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras de Barra da Jurema e Vista Alegre, Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Cocos, Barro Preto, Figura, Lajedão e Adjacências, Associação dos Produtores Rurais de Santa Luzia, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cubículo e Lagoa de Dentro e Associação dos Trabalhadores Rurais de Amâncio Gomes, Quixaba e Água Branca.

2.2.4 Macrozona Leste



Fonte: Plano Diretor do Município de Urandi (2025)

A Macrozona Leste foi constituída pela Lei Municipal nº 405/2025 e tem como limites estabelecidos conforme se apresentam a seguir:

Localizada na porção Leste do município, que compreende o Espaço Rural Serrano do Município, georreferenciada como porções territoriais agasalhadas dentro dos limites municipais da Serra das Almas/Serra do Espinhaço, tendo seus limites geográficos definidos com as Macrozonas Norte/Central/Sul e municípios de Pindaí/Licínio de Almeida, Jacaraci-BA e Espinosa-MG.

Esta região pouca habitada, possui como principais características o Parque Eólico Serra das Almas, Cachoeira do Dedinha, vestígios da antiga Estrada Real e todas as nascentes existentes no município de Urandi.

Nesta Macrozona também foi criada a Macrozona de Proteção Integral e do Patrimônio Natural do Município de Urandi, conforme disposto na Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Urandi e em especial a Lei Municipal nº 406/2025, destacando-se:

a) Área de Proteção Ambiental Municipal da Zona de Amortecimento do Limite Sul do Parque Estadual dos Montes Altos/Rio São Domingos/Córrego Contendas (Limite intermunicipal na Macrozona Leste)

b) Área de Proteção Ambiental Municipal das Nascentes do Riacho Santa Luzia (Limite intermunicipal na Macrozona Leste)

c) Área de Proteção Ambiental do Divisor de Águas das Serras do Espinhaço e Serra das Almas e das Nascentes dos Córregos: Telheiro e Barreiro, dos rios: Urandi, Paiol e Cabeceiras-Raízes e do riacho da Água Branca (Limite intermunicipal na Macrozona Leste)

d) Área de Proteção Ambiental do Rio Verde Pequeno (Limite intermunicipal na Macrozona Sul)

e) Monumento Natural do Buraco do Impossível/Cânion do Impossível (Limite intermunicipal na Macrozona Leste)

f) Parque Municipal Fluvial de Lagoa Grande (Limite intermunicipal na Macrozona Oeste)

g) Unidade de Proteção Integral Municipal Parque Municipal das nascentes dos Rios Cabeceiras e Raízes na Fazenda Palmeiras conforme descrição neste diploma legal (Limite intermunicipal na Macrozona Leste)

2.3 Características Territoriais Gerais

O território de Urandi caracteriza-se pela predominância do bioma Caatinga, com área urbanizada de apenas 3,00 km², concentrada na sede municipal [18]. A baixa densidade demográfica (17,02 hab/km²) e o reduzido percentual de urbanização de vias públicas (4,1%-IBGE) evidenciam o caráter eminentemente rural do município.

A distribuição territorial das organizações rurais demonstra a capacidade de articulação das comunidades e a importância da agricultura familiar como base econômica municipal. O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi** (CNPJ: 13.987.797/0001-04), fundado em 1977, atua como elo entre as diversas regiões rurais e a sede municipal [19].

---

3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS REGIONAIS

3.1 Demografia e Distribuição Populacional

O município de Urandi apresenta população de 15.355 habitantes (Censo 2022), com estimativa de 15.794 habitantes para 2024, representando crescimento populacional de 2,86% no período [20]. A distribuição populacional concentra-se na sede municipal, que centraliza os serviços administrativos, educacionais e de saúde, enquanto as regiões rurais mantêm população dispersa organizada em torno das associações comunitárias.

A pirâmide etária de Urandi (2022) demonstra estrutura populacional equilibrada com base jovem, concentrando-se significativamente na faixa produtiva de 15 a 64 anos [21]. Esta característica demográfica representa potencial para o desenvolvimento econômico, especialmente na agricultura familiar, que constitui a principal atividade econômica das regiões rurais.

A densidade demográfica de 17,02 habitantes por quilômetro quadrado caracteriza Urandi como município de baixa densidade populacional, típica da região semiárida baiana [22]. Esta característica influencia diretamente as estratégias de desenvolvimento territorial, exigindo políticas públicas adaptadas à dispersão populacional e às especificidades do meio rural.

3.2 Educação: Excelência como Diferencial Competitivo

3.2.1 Desempenho Educacional Excepcional

Urandi destaca-se nacionalmente pela excelência educacional, apresentando **IDEB 6,7 pontos em 2023 para os anos iniciais**, superando significativamente a meta estabelecida de 5,7 pontos [23]. Este resultado posiciona o município acima da média nacional (6,0 pontos) e muito acima

da média estadual da Bahia (5,3 pontos), representando diferencial competitivo fundamental para o desenvolvimento territorial.

A evolução histórica do IDEB em Urandi demonstra crescimento consistente e sustentado: de 3,3 pontos em 2007 para 6,7 pontos em 2023, representando crescimento de 103% no período [24]. Esta trajetória ascendente evidencia a efetividade das políticas educacionais municipais e o comprometimento da comunidade escolar com a qualidade da educação.

3.2.2 Componentes da Excelência Educacional

O IDEB 6,7 de Urandi resulta da combinação de alto desempenho no aprendizado (6,66 pontos) e excelente fluxo escolar (1,0 - aprovação de 100%) [25]. A proficiência por disciplina demonstra níveis proficientes: Língua Portuguesa com 222,89 pontos e Matemática com 243,51 pontos, ambas na faixa proficiente da Escala Saeb.

A evolução da proficiência evidencia crescimento sustentado: em Língua Portuguesa, de 160,1 pontos (2007) para 222,89 pontos (2023), crescimento de 39,2%; em Matemática, de 181,4 pontos (2007) para 243,51 pontos (2023), crescimento de 34,2% [26]. Estes resultados demonstram a consolidação de um sistema educacional de alta qualidade.

3.2.3 Desafios Específicos na Alfabetização

Apesar da excelência geral, a análise das taxas de aprovação por ano escolar identifica desafio específico na alfabetização: o 1º ano apresenta taxa de aprovação de 86%, contrastando com os demais anos que mantêm taxas superiores a 98% [27]. Este indicador sinaliza a necessidade de políticas específicas para o fortalecimento da alfabetização inicial.

O 5º ano também apresenta taxa de aprovação ligeiramente inferior (87,6%), sugerindo necessidade de atenção especial na transição para os anos finais do ensino fundamental. Estes desafios pontuais não comprometem a excelência geral, mas indicam oportunidades de aperfeiçoamento do sistema educacional municipal.

3.3 Economia Regional: Agricultura Familiar como Base

3.3.1 Perfil Econômico Municipal

A economia de Urandi baseia-se fundamentalmente na agricultura familiar, que constitui a principal atividade da zona rural e envolve as diversas organizações comunitárias identificadas [28]. O PIB per capita de R$ 11.987,35 (2021) posiciona o município acima da média regional, evidenciando dinamismo econômico relativo [29].

O salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,8 salários mínimos (2022) reflete a estrutura econômica baseada na agricultura familiar e no setor público [30]. As receitas brutas municipais de R$ 121.295.401,24 (2024) demonstram capacidade de investimento em políticas públicas territoriais.

3.3.2 Agricultura Familiar Organizada

A agricultura familiar em Urandi caracteriza-se pela organização através de associações comunitárias distribuídas pelas regiões rurais do território da sede. O cultivo principal inclui hortaliças, frutas, legumes e tubérculos, adaptados às condições do bioma Caatinga [31]. Esta diversificação produtiva contribui para a segurança alimentar e a geração de renda das famílias rurais.

Os agricultores familiares de Urandi conquistaram mercados institucionais em 2024, demonstrando capacidade de organização e qualidade da produção [32]. O município implementa chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar, fortalecendo a economia local e garantindo mercado para os produtores.

3.3.3 Projetos de Desenvolvimento Rural

O **Projeto de Quintais Produtivos** implementado em 2025 tem transformado a realidade das famílias agricultoras de Urandi, promovendo a diversificação produtiva e o aumento da renda familiar [33]. Este projeto representa exemplo de política pública adaptada às especificidades do semiárido e às necessidades das comunidades rurais.

A **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico** executa convênios e programas destinados ao melhoramento da agricultura, articulando políticas municipais com programas estaduais e federais [34]. Esta articulação institucional potencializa os recursos disponíveis e amplia o alcance das políticas de desenvolvimento rural.

3.3.4 - Relevo e potencial para geração de Energia Limpa

O município de Urandi vem recebendo a implantação de um polo de energia eólica, a economia secundária resultante da implantação e a geração de energia elevarão o IVA municipal e podem se tornar outra importante matriz econômica.

3.4 Saúde e Infraestrutura Social

3.4.1 Indicadores de Saúde

Urandi apresenta mortalidade infantil de 6,37 óbitos por mil nascidos vivos (2023), indicador que, embora dentro de parâmetros aceitáveis, demanda atenção continuada [35]. As internações por diarreia pelo SUS (19,0 por 100 mil habitantes em 2024) relacionam-se às condições de saneamento e acesso à água tratada.

O município conta com 8 estabelecimentos de saúde SUS (2009), distribuição que deve ser analisada considerando o crescimento populacional e as necessidades das regiões rurais [36]. A organização territorial da saúde deve considerar as especificidades das comunidades rurais e as distâncias da sede municipal.

3.4.2 Infraestrutura e Saneamento

O esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede atende apenas 10,45% da população (2022), representando desafio significativo para a saúde pública e a qualidade de vida [37]. Este indicador evidencia a necessidade de investimentos prioritários em saneamento básico.

A arborização de vias públicas (64,05%) e a baixa urbanização de vias públicas (4,1%) refletem o caráter rural do município e a necessidade de políticas específicas para a infraestrutura rural [38]. A área urbanizada de 3,00 km² concentra-se na sede municipal, requerendo atenção especial às necessidades de infraestrutura das regiões rurais.

3.5 Trabalho e Renda Regional

A estrutura de trabalho e renda em Urandi baseia-se na agricultura familiar organizada através das associações comunitárias, complementada pela agricultura empresarial (Sudotex Ltda) e pelo setor público. O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais**, com 50 anos de atuação, representa importante ator na defesa dos direitos trabalhistas e na articulação das políticas de desenvolvimento rural [39].

As organizações rurais identificadas em todas as macrozonas constituem rede de economia solidária que fortalece a geração de trabalho e renda nas regiões rurais do território da sede [40].

A conquista de mercados institucionais pelos agricultores familiares representa avanço significativo na estruturação de canais de comercialização estáveis, contribuindo para a sustentabilidade econômica das atividades rurais e a fixação das famílias no campo [41].

---

4. ASPECTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

4.1 Bioma Caatinga e Adaptação Climática

O município de Urandi está integralmente inserido no bioma Caatinga, característica que define as estratégias de desenvolvimento sustentável e as práticas produtivas adaptadas ao semiárido [42]. A Caatinga representa ecossistema único, com biodiversidade específica e serviços ambientais fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico regional.

As organizações rurais de Urandi desenvolvem sistemas produtivos adaptados à Caatinga, implementando tecnologias sociais de convivência com o semiárido. O **Projeto de Quintais Produtivos** exemplifica esta abordagem, promovendo a diversificação produtiva através de espécies nativas e adaptadas, contribuindo para a conservação da biodiversidade local [43].

4.2 Recursos Hídricos e Gestão Sustentável

A gestão dos recursos hídricos constitui desafio central para o desenvolvimento sustentável de Urandi. A região do **Vale do Rio Cova de Mandioca** (território da sede) destaca-se pela proximidade com recursos hídricos, favorecendo o desenvolvimento de sistemas produtivos mais diversificados e sustentáveis [44].

As associações rurais implementam tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva, incluindo cisternas e barraginhas, como estratégias de adaptação às condições climáticas do semiárido. Estas práticas contribuem para a segurança hídrica das famílias rurais e para a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

4.3 Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

A agricultura familiar praticada nas regiões rurais de Urandi (todas território da sede) adota princípios agroecológicos que favorecem a conservação dos recursos naturais. A diversificação produtiva com hortaliças, frutas, legumes e tubérculos contribui para a manutenção da fertilidade do solo e a conservação da biodiversidade [45].

A **Associação dos Produtores de Leite de Urandi** desenvolve práticas de manejo sustentável da bovinocultura, adaptadas às condições da Caatinga e visando a conservação dos recursos naturais. O manejo adequado das pastagens nativas contribui para a manutenção da cobertura vegetal e a prevenção da desertificação.

5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

5.1 Rede de Organizações Rurais

Urandi apresenta rede consolidada de organizações rurais que constitui base fundamental para a participação social no planejamento e implementação de políticas públicas. O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi** (fundado em 1977) atua como articulador principal desta rede, promovendo a defesa dos direitos e o fortalecimento da agricultura familiar [46].

As seis principais associações rurais identificadas representam diferentes regiões e atividades produtivas, garantindo representatividade territorial e setorial na participação social [47].

5.2 Mecanismos de Participação e Controle Social

A estrutura organizativa rural de Urandi facilita a implementação de mecanismos de participação social no planejamento municipal. As associações comunitárias constituem canais diretos de

comunicação entre as comunidades rurais e a administração municipal, fortalecendo a democracia participativa.

A **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico** mantém articulação permanente com as organizações rurais, facilitando a participação na elaboração e implementação de políticas públicas [48]. Esta articulação institucional contribui para a efetividade das políticas e para o fortalecimento da cidadania rural.

5.3 Capacidade de Articulação e Acesso a Políticas Públicas

As organizações rurais de Urandi demonstram capacidade de articulação e acesso a políticas públicas, evidenciada pela conquista de mercados institucionais e pela participação em programas governamentais estaduais [49]. A **Associação Comunitária do Vale do Rio Cova de Mandioca** e a **Associação dos Pequenos Produtores do Perímetro Irrigado Estreito I**, exemplifica esta capacidade ao participar de programas do Governo da Bahia.

O acesso a chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar demonstra a organização e a qualidade da produção local. Esta capacidade de articulação representa ativo importante para o desenvolvimento territorial e para a sustentabilidade das atividades rurais.

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E INVESTIMENTOS POR REGIÃO

6.1 Critérios para Distribuição Regional de Recursos

A alocação de recursos do PPA 2026-2029 para Urandi considera a estrutura territorial oficial (sede municipal sem distritos), a distribuição populacional, as organizações comunitárias existentes e as potencialidades de cada região rural. A ausência de divisão distrital simplifica a gestão territorial, concentrando a administração na sede municipal.

6.2 Proposta de Distribuição Percentual de Recursos

Região/Território	Percentual	Justificativa Técnica
Distrito Sede (Macrozona Central)	45%	Centro administrativo, educacional e de serviços; indústria têxtil, concentração populacional; infraestrutura urbana
Distrito de Cantinho (Macrozona Oeste)	25%	Associação consolidada; agricultura familiar; Perímetro Irrigado; acesso estratégico; Diversificação produtiva; mercados institucionais

Região/Território	Percentual	Justificativa Técnica
Subdistrito de Salinas (Macrozona Sul)	10%	Bovinocultura leiteira especializada e agricultura familiar;
Subdistrito de Entupição 9Macrozona Norte)	15%	Bovinocultura leiteira especializada e agricultura familiar;
Espaço Rural Serrano (Macrozona Leste)	5%	Recursos hídricos; programas governamentais; sustentabilidade

6.3 Prioridades de Investimento por Região

6.3.1 Distrito Sede (Macrozona Central) (45% dos recursos)

- **Educação (60% dos recursos da sede):** Manutenção da excelência educacional; fortalecimento da alfabetização inicial; infraestrutura escolar
- **Saúde (20% dos recursos da sede):** Ampliação da cobertura; melhoria da infraestrutura; atenção às regiões rurais
- **Saneamento (15% dos recursos da sede):** Expansão do esgotamento sanitário; tratamento de água; gestão de resíduos
- **Infraestrutura (5% dos recursos da sede):** Urbanização; mobilidade; conectividade digital

6.3.2 Distrito de Cantinho (Macrozona Oeste) (25% dos recursos)

- **Educação (40% dos recursos da Macrozona Oeste):** Manutenção da excelência educacional; fortalecimento da alfabetização inicial; infraestrutura escolar
- **Saúde (20% dos recursos da Macrozona Oeste):** Ampliação da cobertura; melhoria da infraestrutura; atenção às regiões rurais
- **Saneamento (5% dos recursos da Macrozona Oeste):** Expansão do esgotamento sanitário; tratamento de água; gestão de resíduos
- **Fortalecimento da Agricultura Familiar (5%):** Tecnologias sociais; assistência técnica; crédito rural
- **Infraestrutura Rural (10%):** Estradas vicinais; eletrificação; conectividade
- **Recursos Hídricos (10%):** Cisternas; barraginhas; sistemas de irrigação
- **Organização Social (2%):** Fortalecimento das associações; capacitação; participação social
- **Conservação Ambiental (2%):** Práticas sustentáveis; recuperação de áreas degradadas
- **Desenvolvimento Territorial (2%):** Articulação entre regiões; cadeias produtivas integradas
- **Conservação da Caatinga (2%):** Manejo sustentável; biodiversidade; serviços ambientais
- **Inovação e Tecnologia (2%):** Tecnologias sociais; pesquisa aplicada; extensão rural

6.3.3 Subdistrito de Salinas (Macrozona Sul) (10% dos recursos)

- **Educação (40% dos recursos da Macrozona Sul):** Manutenção da excelência educacional; fortalecimento da alfabetização inicial; infraestrutura escolar
- **Saúde (20% dos recursos da Macrozona Sul):** Ampliação da cobertura; melhoria da infraestrutura; atenção às regiões rurais
- **Saneamento (5% dos recursos da Macrozona Sul):** Expansão do esgotamento sanitário; tratamento de água; gestão de resíduos
- **Fortalecimento da Agricultura Familiar (5%):** Tecnologias sociais; assistência técnica; crédito rural
- **Infraestrutura Rural (10%):** Estradas vicinais; eletrificação; conectividade
- **Recursos Hídricos (10%):** Cisternas; barraginhas; sistemas de irrigação
- **Organização Social (2%):** Fortalecimento das associações; capacitação; participação social
- **Conservação Ambiental (2%):** Práticas sustentáveis; recuperação de áreas degradadas
- **Desenvolvimento Territorial (2%):** Articulação entre regiões; cadeias produtivas integradas
- **Conservação da Caatinga (2%):** Manejo sustentável; biodiversidade; serviços ambientais
- **Inovação e Tecnologia (2%):** Tecnologias sociais; pesquisa aplicada; extensão rural

6.3.4 Subdistrito de Entupição (Macrozona Norte) (15% dos recursos)

- **Educação (40% dos recursos da Macrozona Norte):** Manutenção da excelência educacional; fortalecimento da alfabetização inicial; infraestrutura escolar
- **Saúde (20% dos recursos da Macrozona Norte):** Ampliação da cobertura; melhoria da infraestrutura; atenção às regiões rurais
- **Saneamento (2% dos recursos da Macrozona Norte):** Expansão do esgotamento sanitário; tratamento de água; gestão de resíduos
- **Fortalecimento da Agricultura Familiar (4%):** Tecnologias sociais; assistência técnica; crédito rural
- **Infraestrutura Rural (4%):** Estradas vicinais; eletrificação; conectividade
- **Recursos Hídricos (20%):** Cisternas; barraginhas; sistemas de irrigação
- **Organização Social (2%):** Fortalecimento das associações; capacitação; participação social
- **Conservação Ambiental (2%):** Práticas sustentáveis; recuperação de áreas degradadas
- **Desenvolvimento Territorial (2%):** Articulação entre regiões; cadeias produtivas integradas
- **Conservação da Caatinga (2%):** Manejo sustentável; biodiversidade; serviços ambientais
- **Inovação e Tecnologia (2%):** Tecnologias sociais; pesquisa aplicada; extensão rural

6.3.5 Espaço Rural Serrano (Macrozona Leste) (5% dos recursos)

- **Saúde (15% dos recursos da Macrozona Leste):** Ampliação da cobertura; melhoria da infraestrutura; atenção às regiões rurais
- **Saneamento (0,5% dos recursos da Macrozona Leste):** Expansão do esgotamento sanitário; tratamento de água; gestão de resíduos
- **Fortalecimento da Agricultura Familiar (5%):** Tecnologias sociais; assistência técnica; crédito rural
- **Infraestrutura Rural (5%):** Estradas vicinais; eletrificação; conectividade
- **Recursos Hídricos (20%):** Cisternas; barraginhas; sistemas de irrigação
- **Organização Social (1%):** Fortalecimento das associações; capacitação; participação social
- **Conservação Ambiental (30%):** Práticas sustentáveis; recuperação de áreas degradadas
- **Desenvolvimento Territorial (1%):** Articulação entre regiões; cadeias produtivas integradas
- **Conservação da Caatinga/Cerrado (20%):** Manejo sustentável; biodiversidade; serviços ambientais
- **Inovação e Tecnologia (2,5%):** Tecnologias sociais; pesquisa aplicada; extensão rural

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REGIONAL

7.1 Indicadores de Desenvolvimento Territorial

O monitoramento do desenvolvimento territorial de Urandi basear-se-á em indicadores específicos para cada região, considerando as características e potencialidades locais:

Indicadores Educacionais:

- Manutenção do IDEB acima de 6,5 pontos
- Melhoria da taxa de aprovação no 1º ano (meta: 95%)
- Redução da distorção idade-série

Indicadores Econômicos:

- Crescimento da renda da agricultura familiar
- Ampliação dos mercados institucionais
- Diversificação da matriz produtiva

Indicadores Sociais:

- Fortalecimento das organizações rurais

- Ampliação da participação social
- Melhoria dos indicadores de saúde

Indicadores Ambientais:

- Conservação da cobertura vegetal da Caatinga
- Implementação de tecnologias sustentáveis
- Gestão adequada dos recursos hídricos

7.2 Metodologia de Avaliação

A avaliação do desenvolvimento territorial será realizada através de metodologia participativa, envolvendo as organizações rurais, a administração municipal e a comunidade em geral. Reuniões regionais anuais permitirão a avaliação dos resultados e o ajuste das estratégias conforme as necessidades identificadas.

O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** e as associações comunitárias participarão ativamente do processo de monitoramento, contribuindo com informações locais e propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas. Esta abordagem participativa fortalece a democracia local e a efetividade das políticas territoriais.

8. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

8.1 Síntese dos Aspectos Regionais

O município de Urandi apresenta características territoriais específicas que definem estratégias diferenciadas de desenvolvimento. A ausência de divisão distrital oficial simplifica a gestão territorial, concentrando na sede municipal a administração de um território rural organizado através de associações comunitárias consolidadas.

A **excelência educacional** (IDEB 6,7) constitui o principal diferencial competitivo de Urandi, posicionando o município entre os melhores do país e muito acima das médias estadual e nacional. Esta vantagem comparativa deve ser preservada e potencializada como base para o desenvolvimento territorial sustentável.

A **agricultura familiar organizada** representa a base econômica do município, estruturada através de seis principais organizações rurais que abrangem diferentes regiões e atividades produtivas. A conquista de mercados institucionais e a implementação de projetos inovadores como os quintais produtivos demonstram a capacidade de adaptação e desenvolvimento do setor.

8.2 Desafios e Oportunidades

Os principais desafios identificados incluem a necessidade de melhoria do saneamento básico (10,45% de cobertura), o fortalecimento da alfabetização inicial (taxa de aprovação de 86% no 1º ano) e a ampliação da infraestrutura rural para atender às necessidades das comunidades dispersas.

As oportunidades centram-se na potencialização da excelência educacional como fator de desenvolvimento humano, no fortalecimento da agricultura familiar através de tecnologias sustentáveis adaptadas ao semiárido, e na consolidação das organizações rurais como base para a participação social e o desenvolvimento territorial.

8.3 Perspectivas para o PPA 2026-2029

O PPA 2026-2029 de Urandi deve consolidar a excelência educacional, fortalecer a agricultura familiar sustentável e promover o desenvolvimento territorial integrado. A alocação regional de recursos proposta considera as especificidades de cada região rural (todas território da sede) e as potencialidades identificadas.

A implementação bem-sucedida do PPA dependerá da manutenção da articulação entre a administração municipal e as organizações rurais, da continuidade dos investimentos em educação e da ampliação das políticas de desenvolvimento rural sustentável. O monitoramento participativo garantirá a adequação das estratégias às necessidades locais e a efetividade das políticas territoriais.

Urandi possui condições excepcionais para se consolidar como referência em desenvolvimento territorial sustentável no semiárido baiano, combinando excelência educacional, agricultura familiar organizada e conservação ambiental da Caatinga. O PPA 2026-2029 representa oportunidade única para potencializar estas vantagens e promover o desenvolvimento equilibrado de todo o território municipal.

---

9. REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 165. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: dezembro 2024.

[2] BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: dezembro 2024.

[3] BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: dezembro 2024.

[4] BAHIA. Constituição do Estado da Bahia de 1989. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br. Acesso em: dezembro 2024.

[5] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Territorial Brasileira. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional.html. Acesso em: dezembro 2024.

[6] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: dezembro 2024.

[7] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS 11 e 16. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: dezembro 2024.

[8] BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: dezembro 2024.

[9] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa Municipal de Urandi. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ba/urandi_v2.pdf. Acesso em: dezembro 2024.

[10] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Panorama. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[11] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Cajueiro. Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1235324. Acesso em: dezembro 2024.

[12] ECONODATA. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Cabeçeiras e Raiz. CNPJ: 02.706.635/0001-34. Disponível em: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/02706635000134. Acesso em: dezembro 2024.

[13] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

[14] ECONODATA. Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Pedra Grande. CNPJ: 02.202.933/0001-97. Disponível em: https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/02202933000197. Acesso em: dezembro 2024.

[15] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Associação dos Produtores de Leite de Urandi. Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1268770. Acesso em: dezembro 2024.

[16] FACEBOOK. Associação do Vale Rio Covas de Mandioca. Disponível em: https://www.facebook.com/p/Associação-do-Vale-Rio-Covas-de-Mandioca-100066716989672/. Acesso em: dezembro 2024.

[17] ECONODATA. Lista de Empresas de Agricultura em Urandi, BA. Fazenda Lajes Ltda. Disponível em: https://www.econodata.com.br/empresas/ba-urandi/agricultura. Acesso em: dezembro 2024.

[18] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Meio Ambiente. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[19] SERASA EXPERIAN. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi - BA. CNPJ: 13.987.797/0001-04. Disponível em: https://empresas.serasaexperian.com.br/consulta-gratis/SINDICATO-DOS-TRABALHADORES-RURAIS-AGRICULTORES-E-AGRICULTORAS-FAMILIARES-DE-URANDI---BA-13987797000104. Acesso em: dezembro 2024.

[20] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - População. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[21] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Pirâmide Etária 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[22] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Densidade Demográfica. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[23] QEDU. Urandi: Ideb 2023. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2932606-urandi/ideb. Acesso em: dezembro 2024.

[24] QEDU. Urandi: Evolução do Ideb 2007-2023. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2932606-urandi/ideb. Acesso em: dezembro 2024.

[25] QEDU. Urandi: Componentes do Ideb 2023. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2932606-urandi/ideb. Acesso em: dezembro 2024.

[26] QEDU. Urandi: Evolução da Proficiência 2007-2023. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2932606-urandi/ideb. Acesso em: dezembro 2024.

[27] QEDU. Urandi: Taxa de Aprovação por Ano Escolar 2023. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2932606-urandi/ideb. Acesso em: dezembro 2024.

[28] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

[29] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - PIB per capita. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[30] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Trabalho e Rendimento. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[31] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

[32] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

[33] GOVERNO DA BAHIA. Projeto de quintais produtivos transforma realidade de famílias agricultoras em Urandi. 7 ago. 2025. Disponível em: https://www.ba.gov.br/noticias/371808/projeto-de-quintais-produtivos-transforma-realidade-de-familias-agricultoras-em-urandi. Acesso em: dezembro 2024.

[34] PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: https://urandi.ba.gov.br/secretarias/secretaria_municipal_de_agricultura_e_desenvolvimento-5. Acesso em: dezembro 2024.

[35] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Saúde. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[36] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Estabelecimentos de Saúde SUS. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[37] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Esgotamento Sanitário. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[38] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Meio Ambiente. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[39] INSTAGRAM. Sindicato de Urandi (@sindicato_de_urandi). Disponível em: https://www.instagram.com/sindicato_de_urandi/?hl=en. Acesso em: dezembro 2024.

[40] Organizações rurais identificadas através de pesquisa em bases oficiais (IPEA, Econodata, Serasa Experian). Acesso em: dezembro 2024.

[41] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

[42] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Urandi - Bioma Caatinga. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama. Acesso em: dezembro 2024.

[43] GOVERNO DA BAHIA. Projeto de quintais produtivos transforma realidade de famílias agricultoras em Urandi. 7 ago. 2025. Disponível em: https://www.ba.gov.br/noticias/371808/projeto-de-quintais-produtivos-transforma-realidade-de-familias-agricultoras-em-urandi. Acesso em: dezembro 2024.

[44] FACEBOOK. Associação do Vale Rio Covas de Mandioca. Disponível em: https://www.facebook.com/p/Associação-do-Vale-Rio-Covas-de-Mandioca-100066716989672/. Acesso em: dezembro 2024.

[45] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

[46] SERASA EXPERIAN. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi - BA. CNPJ: 13.987.797/0001-04. Disponível em: https://empresas.serasaexperian.com.br/consulta-gratis/SINDICATO-DOS-TRABALHADORES-RURAIS-AGRICULTORES-E-AGRICULTORAS-FAMILIARES-DE-URANDI---BA-13987797000104. Acesso em: dezembro 2024.

[47] Organizações rurais identificadas através de pesquisa em bases oficiais (IPEA, Econodata, Serasa Experian). Acesso em: dezembro 2024.

[48] PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: https://urandi.ba.gov.br/secretarias/secretaria_municipal_de_agricultura_e_desenvolvimento-5. Acesso em: dezembro 2024.

[49] GOVERNO DA BAHIA. Agricultores familiares de Urandi conquistam mercados institucionais. 16 fev. 2024. Disponível em: https://homologa.ba.gov.br/car/noticias/agricultores-familiares-de-urandi-conquistam-mercados-institucionais. Acesso em: dezembro 2024.

URANDI - BA

2932606

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

42°52'32,12"W 42°48'56,54"W 42°45'20,97"W 42°41'45,39"W 42°38'9,81"W 42°34'34,24"W

14°29'29,29"S
14°33'4,87"S
14°36'40,44"S
14°40'16,02"S
14°43'51,59"S
14°47'27,17"S
14°51'2,74"S
14°54'38,32"S
14°58'13,90"S

Candiba
Pindaí
Sebastião Laranjeiras
Licínio de Almeida
Urandi
Espinosa
Jacaraci

REFUGIO DE VIDA SILVESTRE DA SERRA DOS MONTES ALTOS
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOS MONTES ALTOS
PARQUE ESTADUAL CAMINHO DOS GERAIS

PINDAÍ
Santa Luzia
Pesqueiro
Escola Municipal Belarmino Possidonio de Morais
Fazenda Barreirinho
Agua Verde
Mata Veado
Caiçara
Quaicara
Poções
Fazenda Estreito
Fazenda Poções
Estrema
Fazenda Pé da Ladeira
Lajedinho
Lajedão
Lagoa da Caipim
Mocozinho
Riachão
Pascoal
Santa Quitéria
Amansio Gomes
Quixaba
Olho D'Água
Passagem Funda
Pau Ferro
Entre Morros
Pedra Grande
Agua Branca
Roda D'Água
Anil
Fazenda Cubículo Dois
Morrinhos
Canafistula
Cubículo
Bruacas
Bachao
Covasdas
Boa Esperança
Lagoa de Dentro
Fazenda Cúbico
Cabeça de Porco
Juca
Fazenda Barreiro
Fazenda Covas de Mandioca
Laudim
Fazenda Agreste
Pé da Serra
Fazenda Passagem do Meio
Tiririca
Escola Municipal Trazibulo Maciel
Pedras
Feijão Preto Dois
Riacho do Mel
Fazenda Cabeçudo
Fazenda Pedras
Fazenda Feijão Preto
Fazenda Lagoa Grande
Fazenda Cangolar
Fazenda Retiro
Boa Vista
Fazenda Esprito Santo
Sitio do Carro
Fazenda Caldeirão
Fazenda Umbuzeiro
Fazenda Lajedo
Fazenda Pedra Aguda
Dumiana
Fazenda Lajes
Fazenda Paus Preto
Fazenda Raiz
Fazenda Cabeceira
Fazenda Flores
Fazenda Pajeú
Olho D'Água
Fazenda Santa Bárbara
Fazenda Santa Cruz do Olho da Água
Fazenda Santa Cruz
Barreiro dos Campos
Fazenda Capa
Fazenda Tira Barro
Fazenda Bananeira
Fazenda Quixaba
Fazenda Candeal
Fazenda Angico
Fazenda Boa Vista
Fazenda Varginha
Fazenda Barreiro das Antas
Barra do Rio Verde
Várzea Grande
Agua Branca
Cachoeira do Cedro
Fazenda Vista do Rio Verde
Boa Vista
Fazenda Cedro
Fazenda Macacos
Fazenda Água Branca
Fazenda Olho D'Água
Pé da Serra
Fazenda Grama
Fazenda Sitio das Abóboras
Fazenda Vargem do Meio

MAPA MUNICIPAL

LEGENDA

LIMITES
- Internacional
- Estadual
- Municipal
- Distrital
- Subdistrital

IDENTIFICAÇÃO
- Subdistrito
- Distrito
- Aglomerado
- TI Terra Indígena
- TQ Território Quilombola
- PA Projeto de Assentamento
- UC Unidade de Conservação
- CDU Cidade e Núcleo Urbano

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA
- Área de setores censitários urbanos
- Rodovias e hidrovias
- Ferrovia
- Drenagem
- Terra Indígena
- Território Quilombola
- Unidade de Conservação
- Projeto de Assentamento
- Ponto de Referência

N

0 1.400 2.800 m

Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000

INFORMAÇÕES DA SEDE
Coordenadas: Latitude: -14.77 Longitude: -42.66
Localização no mapeamento sistemático: SD-23-Z-B-V-4

IMPLEMENTAÇÃO
Coordenação Técnica e Temática:
Coordenação de Estruturas Territoriais - CETE
Unidades Produtoras:
Unidades Estaduais do IBGE
Disseminação:
Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

MALHA TERRITORIAL
EDIÇÃO 2022

Localização no Estado

Articulação da folha
1/1

NOTA:
Este produto integra a coleção de Mapas Municipais gerados de forma semi-automatizada a partir da Malha Municipal Digital do IBGE. Para informações sobre a criação desta malha, acesse o site. Foi desenvolvido para uso exclusivo em atividades de coleta e tabulação estatísticas do IBGE, não devendo ser utilizado para outras finalidades. O IBGE não se responsabiliza pelo uso para qualquer outra finalidade.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS

O IBGE agradece a gentileza da comunicação de eventuais falhas verificadas neste mapa, por meio do telefone 0800 7218581 ou pelo formulário de atendimento disponível em: https://www.ibge.gov.br/atendimento.html.

DIREITOS DE REPRODUÇÃO RESERVADOS
© IBGE - 2023

PPA 2026-2029

Avaliação do Cenário Fiscal 2026–2029

1. Projeções Macroeconômicas 2026–2029 (PIB e IPCA)

As projeções oficiais para o período 2026–2029 apontam para um crescimento econômico moderado e inflação em trajetória de convergência à meta. No **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 (PLDO 2026)**, o governo federal estima que o PIB real crescerá cerca de **2,5% ao ano** no quadriênio (2,50% em 2026; ~2,6% a.a. de 2027 a 2029). Já o **IPCA** anual projetado é de **3,5% em 2026**, recuando para **3,0%** em 2028–2029, ou seja, aproximando-se do centro da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Essas premissas macroeconômicas embasam as previsões de receita e despesa no período do PPA.

É importante notar, entretanto, que tais projeções **são mais otimistas que as expectativas de mercado**. As consultorias de orçamento do Congresso destacam que, enquanto o governo projeta 2,5% de alta do PIB em 2026, o mercado espera crescimento bem menor (aprox. **1,7%** em 2026). De forma similar, para a inflação de 2026, a estimativa oficial é **3,5%**, ao passo que analistas projetavam cerca de **4,5%**. O próprio Banco Central indicou perspectivas de PIB mais contidas (ex.: ~1,9% para 2025) e alertou para a inflação acima da meta em 2025–2026. **Em suma, as projeções macro do governo estão alinhadas com a estratégia de convergência fiscal e inflacionária, porém incorporam viés otimista**. Para fins de planejamento municipal, é recomendável **validar esses parâmetros** com acompanhamentos periódicos: caso o crescimento fique aquém do previsto ou a inflação supere a meta, as receitas de transferências podem ser menores em termos reais. Ainda assim, trabalhar com as premissas oficiais é prudente para manter coerência com as leis nacionais (LDO/LOA), desde que se considerem **análises de sensibilidade** e cenários alternativos (ex.: crescimento 0,5 ponto abaixo do esperado), garantindo margem de segurança no PPA municipal.

2. Perspectivas da Arrecadação e Base de Transferências

A perspectiva de arrecadação federal para 2026–2029 é de **expansão em termos nominais**, impulsionada pelo crescimento do PIB nominal e por medidas de aumento de receitas. O PLDO 2026 projeta a **Receita Primária Total da União em R$ 3,20 trilhões em 2026**, ante R$ 2,93 trilhões na LOA 2025. Ao final de 2029, as receitas federais ultrapassariam **R$ 3,76 trilhões**, mantendo a carga estável em torno de 22–23% do PIB. Esse avanço inclui esforços adicionais do governo para elevar a arrecadação: por exemplo, estima-se **R$ 118 bilhões extras em 2026** decorrentes de intensificação da fiscalização tributária(combate à sonegação, revisão de renúncias, etc.). Para os municípios, interessam especialmente as projeções dos tributos que alimentam as transferências constitucionais, como **IR, IPI e ICMS**.

- **Imposto de Renda (IR):** Deve acompanhar a recuperação da atividade econômica, sobretudo via lucro das empresas e massa salarial. A massa salarial nominal, por exemplo, deve crescer de 7,5% em 2026 para ~6% em 2029 , indicando base maior de IRRF sobre salários. Contudo, há fatores de risco: a política federal de isenção do IRPF

para rendas até 2 salários-mínimos (medida provisória em vigor) e mais recentemente o PL que visa isentar ganhos de até R$ 5.000,00, reduzindo a base do IR, o que pode limitar o crescimento do IRPF em 2025–2026. Neste especial, precisamos destacar que a massa salarial municipal, situa-se consideravelmente em valores inferiores a esse valor e que o impacto direto na arrecadação do IR resultante de retenções em folha de pagamento, pertencentes aos municípios, que tende a sofrer significativa queda, reduzindo a arrecadação direta deste tributo pelos municípios. Ainda assim, espera-se crescimento real modesto do IRPJ/CSLL com a retomada econômica.

  - **Implicação:** As cotas municipais do **FPM**, que recebem 24.5% do IR (e IPI) arrecadado, tendem a crescer em linha com o PIB nominal – mas ganhos adicionais podem ser neutralizados se houver novas desonerações no IR. Convém projetar o FPM municipal com **cautela**, considerando tanto o cenário base (expansão real modesta) quanto um cenário alternativo de arrecadação menor caso a isenção do IRPF seja ampliada além do previsto. No mesmo sentido a projeção de arrecadação de IR diretamente pelo município, pode sofrer significativa quedo, também devendo ser projetada com bastante cautela.

- **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):** Permanece em patamar reduzido após cortes de alíquotas feitos em 2022. A arrecadação de IPI teve forte queda recente e deve **manter-se baixa até 2026**, com ligeira recuperação pela normalização da produção industrial. Entretanto, **a Reforma Tributária redefine o papel do IPI**: a EC 132/2023 determinou que o IPI deixará de existir como imposto geral, sendo **reduzido a 0% após 2027** (exceto para Zona Franca de Manaus). Sua função arrecadatória será substituída pela nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo.

  - **Implicação:** No curto prazo (2026–2027), o IPI ainda compõe as transferências ao FPM, mas seu peso relativo diminui. A partir de 2028, a expectativa é que as perdas de IPI para o FPM sejam **compensadas pelo Imposto Seletivo**, cuja receita será compartilhada com estados e municípios. Para planejamento do PPA, pode-se assumir que **a parcela do FPM oriunda do IPI será mantida via outros tributos** (evitando queda abrupta), pois a reforma previu mecanismos de compensação para FPM/FPE.

- **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** Principal tributo estadual, do qual 25% pertence aos municípios, o ICMS deverá crescer conforme a atividade econômica e a inflação. Em 2022–2023, houve volatilidade na arrecadação de ICMS devido à desoneração de combustíveis e energia (Lei Complementar 194/2022), mas os estados recuperaram parcialmente a receita em 2023–2024 com ajustes nas alíquotas. Para 2026–2029, **projeta-se crescimento nominal do ICMS próximo de 5% a 6% a.a.**, acompanhando o consumo interno e os preços. **Entretanto, a Reforma Tributária trará mudanças estruturais**: o ICMS (e o ISS) será gradativamente substituído pelo IBS a partir de 2029, com extinção completa em 2033. Durante a transição 2029–2032, as alíquotas do ICMS serão reduzidas proporcionalmente à introdução do IBS.

  - **Implicação:** No horizonte do PPA 2026–2029, o ICMS ainda será cobrado normalmente e repartido aos municípios. Os repasses de **cota-parte do ICMS**

devem crescer em termos nominais, contribuindo para as receitas municipais (inclusive para fundos como o **FUNDEB**). Contudo, é prudente acompanhar a regulamentação do IBS – já em 2025 deverão estar definidas as alíquotas iniciais e critérios de partilha – para entender como a migração de ICMS para IBS em 2029 afetará cada município. Felizmente, a EC 132 prevê que **não haverá perdas imediatas**, pois a partilha do IBS garantirá a manutenção das receitas proporcionais de cada ente durante a transição.

Em resumo, **as perspectivas de arrecadação federativa são de crescimento moderado** no período. Tributos vinculados às transferências (IR, IPI, ICMS) tendem a acompanhar o PIB nominal, com possível impulso de medidas de melhoria de arrecadação. Para fins de planejamento, os municípios podem considerar **um aumento nominal anual na faixa de 5% a 7%** nas transferências correntes, alinhado às projeções oficiais. Mas deve-se **mapear riscos fiscais**: i) mudanças na legislação tributária (reforma do IR, políticas de desoneração) e ii) oscilações econômicas que afetem consumo ou renda, podendo alterar o fluxo de tributos compartilhados.

3. Transferências Constitucionais: Projeções e Riscos (FPM, FUNDEB, SUS, SUAS)

As **transferências intergovernamentais** representam uma parcela crucial das receitas municipais. No quadriênio 2026–2029, espera-se crescimento nominal contínuo dos principais fundos (FPM, Fundeb, saúde – SUS, assistência – SUAS), porém com atenção a riscos macroeconômicos e mudanças legais. A **Tabela abaixo** sintetiza a tendência projetada:

- **Fundo de Participação dos Municípios (FPM):** Deve **crescer acompanhando IR e IPI**, mantendo participação em torno de 4,4% do PIB. Em valores, o PLDO 2026 projeta transferências totais via repartição de receitas (FPM, FPE, IPI-Exportação etc.) de **R$ 620,6 bilhões em 2026**, subindo para **R$ 708,2 bi em 2029**. Para o FPM especificamente, isso se traduz em incrementos nominais anuais na faixa de 5–6%. Além do crescimento econômico, o FPM será beneficiado pela manutenção dos **repasses extras de 1%** em julho e 1% em dezembro (introduzidos por EC 112/2021 e EC 123/2022), que já estão incorporados à Constituição.
    - **Riscos:** (i) Caso a atividade econômica ou a arrecadação de IR desacelere, o FPM sentirá o impacto imediatamente, pois é transferência "automática" em base percentual. (ii) A elevação da isenção do IRPF reduz marginalmente o montante partilhado; estimativas indicam alguma perda, mas relativamente pequena frente ao volume total do FPM. (iii) A partir de 2027–2028, com a **extinção do IPI** e implantação do Imposto Seletivo, pode haver dúvidas quanto à base do FPM. Entretanto, a reforma tributária **assegurou que o Imposto Seletivo financiará o FPM e FPE** para compensar o fim do IPI. Portanto, **não se prevê queda abrupta do FPM** – ao contrário, a tendência é positiva, mas é prudente o município manter reserva de contingência ou planos de ajuste caso a arrecadação federal fique abaixo do esperado.
- **FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica):** A EC 108/2020 fortaleceu substancialmente o Fundeb. A participação da União no fundo, que

era 10% dos recursos totais, **aumentará gradualmente até atingir 23% em 2026**. De fato, em 2025 a complementação federal será de 21%, passando a **23% em 2026** – patamar que deve se manter nos anos seguintes como mínimo constitucional. Isso significa mais recursos garantidos para a educação básica nos municípios, sobretudo os de menor arrecadação própria. Em 2023, por exemplo, o Fundeb distribuiu cerca de R$ 224 bilhões no país (sendo ~17% via União); para 2026, esse montante será ainda maior, dado o crescimento econômico e o aporte extra federal.

- **Implicações práticas:** Os municípios devem planejar a aplicação adequada desses recursos vinculados – pelo menos 70% para remuneração de profissionais da educação, conforme a lei – e ficar atentos às condicionalidades (como cumprimento de transparência fiscal, IDEB, etc., para receber parcelas da complementação VAAT).

- **Riscos:** A princípio, **os repasses do Fundeb são protegidos** (inclusive fora do teto de gastos) e tendem a crescer independentemente de contingenciamentos. O principal risco está em eventuais mudanças legislativas após 2026 (quando um novo governo federal poderia propor rever as regras), mas qualquer alteração teria alto custo político. Outro ponto de atenção é o **crescimento das matrículas**: se a população escolar aumentar ou houver movimentos migratórios, a necessidade de recursos sobe – porém, a receita do Fundeb acompanha a economia, podendo haver descompasso em cenários de forte expansão de matrículas. Outro risco a ser considerado advém de movimentos emigratórios de crianças em idade escolar para outras redes, alteração da pirâmide etária com estreitamento da base e consequente redução do número de matrículas, fazendo com que, apesar do crescimento real esperado para o FUNDEB no quadriênio, provoque redução da arrecadação para os municípios, sem a contrapartida na redução da infraestrutura educacional, gerando dificuldades reais na manutenção da estrutura educacional.

- Em síntese, o Fundeb 2026–2029 projeta-se **em expansão real**, e os municípios devem aproveitar para melhorar indicadores educacionais, mas acompanhando possíveis revisões das regras de distribuição e garantindo cumprimento dos mínimos constitucionais em educação (25% da receita de impostos). Para os municípios com histórico de redução de matrículas, medidas devem ser urgentemente adotadas tendo em vista possíveis impactos na arrecadação, vez que os aumentos globais esperados para o FUNDEB, pode não fazer frente as perdas provocadas pela redução do número de matrículas, podendo dessa forma haver perdas reais e mesmo nominais da receita.

- **Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS):** Os repasses federais para saúde pública (via Fundo Nacional de Saúde/SUS) e para assistência social (via Fundo Nacional de Assistência Social – SUAS) também tendem a crescer, porém sob influência do espaço fiscal da União. Com o novo arcabouço fiscal (EC 126/2023), o teto de gastos foi substituído por um limite de despesa que permite crescimento real de até 2,5% ao ano, condicionado à receita. Saúde e educação têm prioridade nesse crescimento. Assim,

espera-se que as transferências do SUS aos municípios ao menos acompanhem a inflação, com possível ganho real modesto. Vale lembrar que a EC 29/2000 (alterada pela EC 86/2015) exige aplicação mínima em saúde pela União (15% da RCL, atingido gradualmente), e pelos municípios (15% de suas receitas de impostos). Na prática, o gasto federal em saúde deve crescer de ~R$ 200 bi em 2025 para algo próximo a R$ 230 bi em 2029, garantindo repasses a programas estratégicos (Atenção Primária – Piso da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, vigilância em saúde, etc.).

- **Riscos:** O alerta vem do próprio governo: projeções de despesa indicam que, a partir de 2027, a margem para gastos discricionários (onde se incluem custeio do SUS e do SUAS) ficará extremamente reduzida. Se não houver aumento de receitas ou ajuste fiscal adicional, **poderá haver dificuldades no financiamento adequado de serviços públicos nos próximos anos**. De fato, a LDO 2026 reconhece que, sem novas medidas, em 2027 "haverá problemas para o custeio da máquina pública" e para cumprimento de despesas como emendas parlamentares e investimentos. Isso sugere atenção especial para gestores municipais: convênios federais na área de saúde e assistência podem enfrentar atrasos ou limitações se o cenário fiscal apertar. Ainda, programas recentes (como a expansão do Bolsa Família ou piso da enfermagem) aumentam as responsabilidades sem garantia automática de recursos adicionais da União. **Portanto, no planejamento 2026–2029, os municípios devem considerar a manutenção dos repasses do SUS/SUAS em valores corrigidos pela inflação, mas ter planos de contingência** para eventuais restrições – por exemplo, **fortalecer consórcios intermunicipais de saúde**, otimizar recursos próprios e monitorar de perto a execução orçamentária federal ano a ano para antecipar ajustes necessários.

Em resumo, as transferências constitucionais no horizonte do PPA **devem crescer em termos nominais e real linearmente**, assegurando financiamento contínuo a serviços locais. O **FPM** seguirá como fonte crescente, embora vulnerável à conjuntura econômica; o **Fundeb** trará aporte educacional robusto e progressivamente maior embora isso possa não resultar em aumento real das receitas em alguns municípios; e **SUS/SUAS** tendem a pelo menos preservar o poder de compra, com possível ganho se a arrecadação superar a meta. O principal desafio será gerenciar esses recursos com eficiência e responsabilidade, aproveitando os períodos de alta arrecadação para investir em melhorias estruturais, e preparando-se para oscilações. **A análise de riscos deve permear o PPA**, contemplando cenários de frustração de receitas de transferências (por exemplo, 10% abaixo do projetado) e estabelecendo prioridades essenciais que serão preservadas mesmo em caso de ajustes orçamentários.

4. Emendas Parlamentares Impositivas: Impacto nas Finanças Municipais

Nos últimos anos, houve um **forte crescimento das emendas parlamentares impositivas** – recursos do orçamento federal direcionados por deputados e senadores, de execução obrigatória – e isso afeta diretamente os municípios. As modalidades principais são: **RP6 (emendas individuais)**, **RP7 (emendas de bancada estadual)** e, até 2022, as **RP9 (emendas do**

relator-geral, popularmente "orçamento secreto"). O montante autorizado nessas emendas atingiu níveis recordes recentemente, alterando a dinâmica do federalismo fiscal.

Estudos do Congresso mostram que a partir de 2020 os valores de emendas **RP9 superaram significativamente as demais categorias**, tornando-se uma fatia relevante do investimento público. Por exemplo, em 2021–2022 as emendas de relator aprovaram cerca de **R$ 16–30 bilhões por ano**, valor equiparável à soma de todas as emendas individuais e de bancada naquele período. Essas verbas foram majoritariamente destinadas a obras e convênios em nível local: estima-se que **aprox. 76,5% dos recursos de emendas RP9 tiveram como destino os municípios.** Isso se traduz em hospitais, pavimentação, compra de máquinas, equipamentos para educação e saúde, entre outros projetos nas cidades, escolhidos via **influência política**. Do ponto de vista municipal, esses recursos extras foram benéficos para investimento, porém a distribuição era desigual e pouco transparente, dependendo do acesso político de cada prefeitura.

Em **2023 houve uma inflexão**: o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais as emendas RP9, proibindo sua execução sigilosa. Com o fim do "orçamento secreto", o Congresso redistribuiu parte desses recursos para outras modalidades, ampliando o volume das emendas individuais (RP6) e de bancada (RP7) impositivas tradicionais. Assim, o **Orçamento 2024** já foi elaborado sem RP9, mas com cada parlamentar dispondo de cotas maiores nas emendas individuais – preservando, em outra forma, a canalização de recursos para bases municipais.

Impacto federativo: O crescimento das emendas impositivas, mesmo após o fim do RP9, significa que uma parcela crescente do orçamento da União está marcada para gastos indicados politicamente. Em 2023, por exemplo, mais de R$ 21 bilhões foram reservados a emendas individuais impositivas (RP6) – valor próximo de programas estratégicos nacionais. No período 2026–2029, a tendência (considerando a EC 86/2015 e EC 100/2019, que tornaram obrigatórias as emendas individuais e de bancada) é de **manutenção ou aumento do volume dessas emendas**, pois elas são atreladas a percentuais da receita corrente líquida da União. Com a receita federal crescendo, as emendas impositivas crescem proporcionalmente.

Consequências para os municípios: Por um lado, há **maior fluxo de recursos voluntários** para projetos locais via emendas. Muitas prefeituras dependem dessas verbas para investimentos em infraestrutura, compra de equipamentos de saúde, custeio de eventos culturais e, mais recentemente, até para a manutenção da Saúde. As emendas impositivas garantem que, aprovado o orçamento, o recurso será transferido (desde que o município cumpra exigências técnicas do convênio). Isso é particularmente importante em cenário de pouca capacidade de investimento próprio municipal. **Por outro lado, existem desafios e riscos**: (i) **Alocação descoordenada** – as emendas podem não seguir critérios técnicos de necessidade, resultando em investimentos fragmentados ou de baixa prioridade, apenas para atender interesses locais imediatos. Ex.: construção de praças ou ginásios sem conexão com um planejamento urbano integrado. (ii) **Descontinuidade e imprevisibilidade** – o município não tem garantia de receber emendas todos os anos ou para todos os setores; depende da articulação política de seus representantes. **Assim, não se pode contar com emendas parlamentares para despesas continuadas, sob risco de inviabilizar serviços quando o recurso eventual terminar.** (iii) **Equilíbrio federativo comprometido** – a proliferação de emendas pode reforçar desigualdades

regionais: parlamentares de bases em municípios maiores ou com mais influência conseguem mais recursos, enquanto municípios pequenos, sem bom trânsito político, podem ficar com fatias menores (embora a equalização recente das emendas individuais – valor igual por parlamentar – mitigue isso em parte). Além disso, do ponto de vista da União, **quanto mais recursos são engessados em emendas, menos margem o governo federal tem para políticas públicas nacionais e para transferências por critérios técnicos**. Isso gera tensão federativa, pois recursos orçamentários podem bypassar os fundos de distribuição equitativa (FPM, SUS, etc.) e ir diretamente a municípios específicos.

Cabe notar que o **arcabouço fiscal coloca limites implícitos**: conforme mencionado, a partir de 2027 o espaço para despesas discricionárias da União (onde se inserem emendas e convênios) será mínimo se nada for feito. O governo federal alertou que **a execução integral das emendas impositivas poderá ficar ameaçada** se a receita não crescer conforme as metas, já que gastos obrigatórios (Previdência, pessoal, saúde, educação) consomem quase todo o teto disponível. Ou seja, **há risco real de que emendas aprovadas não se convertam integralmente em recursos para municípios** caso o cenário fiscal piore – a despeito de serem "impositivas", na prática o governo pode atrasar empenhos e pagamentos se confrontado com restrições financeiras (respeitando a prioridade legal, mas dentro do limite global de despesas).

Implicações para o PPA Municipal: Ao planejar investimentos 2026–2029, as prefeituras devem **avaliar com cautela a dependência de emendas parlamentares**. É recomendável listar projetos potenciais financiáveis via emendas e manter diálogo com parlamentares, mas **não alocar esses valores como certos no orçamento plurianual** até que haja confirmação. Uma boa prática é construir uma carteira de projetos "no pipeline" (projetos prontos, com projetos executivos e documentação em dia) para aproveitar emendas quando surgirem, sem comprometer a saúde fiscal caso elas não venham. Ademais, os gestores municipais devem atentar para a correta execução e prestação de contas dessas verbas, garantindo celeridade nas licitações e cumprimento dos objetivos pactuados – evitando riscos de bloqueio de novas emendas por inadimplência em convênios anteriores. Por fim, do ponto de vista federativo, seria oportuno que os municípios, através de suas associações (como UPB, CNM, FNP), participem do debate sobre critérios mais estáveis e justos de distribuição de recursos, de forma a **reduzir a volatilidade e a politicagem na alocação orçamentária**, reforçando mecanismos cooperativos em substituição à excessiva emendocracia.

5. Efeitos da Reforma Tributária (EC 132/2023) nas Finanças Municipais

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20/12/2023, iniciou uma **profunda reforma tributária** no Brasil, com foco nos impostos sobre bens e serviços. Essa reforma **afetará as finanças municipais** em diversos aspectos, uma vez que altera tributos de competência municipal (ISS) e a forma de repartição de receitas. A seguir, avaliamos os principais efeitos esperados:

- **Substituição do ISS e ICMS pelo IBS:** A EC 132/2023 cria o **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, um IVA de competência compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios. O IBS unificará os atuais **ICMS (estadual) e ISS (municipal)**, bem como tributos federais sobre consumo (PIS, Cofins e a parcela do IPI não seletiva) em uma única cobrança dual: haverá o **IBS estadual/municipal** e a **CBS federal**. Para os municípios, isso significa que **o ISS, principal tributo próprio municipal, deixará de existir até 2033**. Contudo, os municípios passarão a ter direito a uma parcela do IBS, que incidirá sobre a mesma base ampla de bens e serviços hoje cobertos por ICMS/ISS.

- **Cronograma:** A mudança não é imediata. Haverá um *período de teste* em 2026 (simulação de IBS/CBS nas notas fiscais, sem efetiva cobrança). A **cobrança efetiva do IBS/CBS inicia em 2027** com alíquotas bem baixas (ex.: 0,1% IBS e 0,9% CBS) ainda cumulativas aos tributos antigos. A partir de **2029, começa a transição "valendo dinheiro"**: aumenta-se gradualmente a alíquota do IBS e da CBS enquanto se reduzem proporcionalmente as alíquotas do ICMS e ISS existentes. Essa transição vai até **2032**, quando o IBS alcançará sua alíquota cheia e ICMS/ISS terão sido reduzidos a zero. Em **2033, o novo modelo estará integralmente em vigor e ICMS/ISS extintos**. *Implicação:* No horizonte do PPA 2026–2029, os primeiros efeitos práticos serão sentidos possivelmente em **2028–2029**, quando o IBS pode ganhar alguma participação (ex.: 25% da alíquota total) e o ISS municipal começar a ser reduzido parcialmente. **Até 2027, nada muda na arrecadação direta do ISS** – os municípios continuarão cobrando ISS normalmente. Em 2028–29, espera-se ainda um impacto limitado, pois o ISS só diminui gradualmente. **Portanto, a receita própria de ISS nos orçamentos municipais deverá ser projetada em declínio leve a partir de 2029**, compensada pela nova transferência do IBS (ver adiante). No PPA, é recomendável incluir notas explicativas ou cenários demonstrando essa migração de fonte (queda do ISS e entrada de receita de IBS), ainda que os valores sejam incertos e dependam das leis complementares de regulamentação.



Figura 1 - Linha do tempo da transição tributária prevista na EC 132/2023, mostrando os marcos de implantação dos novos tributos (IBS, CBS e Imposto Seletivo) e a extinção gradual de PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS até 2033. A transição na partilha da receita do IBS e

- **Modelo de repartição e Conselho Federativo (Comitê Gestor do IBS):** Uma mudança estrutural positiva para os municípios é que o IBS terá **princípio de destino** – a arrecadação pertence ao local de consumo – em vez do critério de origem hoje vigente no ICMS/ISS. Entretanto, para evitar rupturas de receita entre entes, a EC 132 estabeleceu uma **longa transição de 50 anos (2027–2077)** na redistribuição do produto do IBS. Na prática, *cada município e estado terá garantida uma parcela do IBS equivalente à sua participação média na arrecadação do ICMS+ISS nos anos anteriores à reforma*, ajustada gradualmente ao novo critério de destino ao longo de cinco décadas. Assim, **nenhum município perderá drasticamente receita no curto e médio prazo** devido à mudança para o destino – a adaptação será lenta, permitindo ajustes na economia local. Para gerenciar o IBS, será criado um **Comitê Gestor (Conselho Federativo)**, uma autarquia interfederativa com autonomia técnica. Esse Conselho terá **27 representantes dos estados + DF e 27 representantes dos municípios** (14 de municípios escolhidos igualitariamente e 13 proporcionais à população, totalizando 27). Ou seja, os municípios, em conjunto, terão peso igual ao dos estados na governança do IBS. **Funções do Conselho:** definir regulamentos nacionais do imposto (por exemplo, regras de apuração, obrigações acessórias), administrar a arrecadação centralizada e a distribuição das cotas do IBS para cada ente, zelar pela uniformidade. Conflitos federativos relativos ao IBS serão dirimidos no STJ. *Implicações:* Os municípios ganham voz institucional na gestão do principal tributo sobre consumo via Conselho – isso é inédito e fundamental para defender interesses municipais (como simplificação de cumprimento para pequenos municípios, prazos de repasse diário etc.). É crucial que os municípios se articulem (via suas entidades representativas) para escolher bem esses 27 membros municipais do Comitê e influenciar a regulamentação. **Financeiramente**, a partilha do IBS significará que, a partir de 2029, cada município receberá transferências regulares correspondentes à sua fatia na arrecadação do IBS estadual/municipal. Essas transferências do IBS **substituirão a receita antes obtida via ISS e via cota-parte do ICMS**. No começo, serão muito semelhantes em valor ao que o município já obtinha (por desenho da transição), mas ao longo de décadas pode haver alteração conforme o perfil de consumo local. Municípios com economia mais voltada à prestação de serviços (antes sujeitos a ISS) e com população consumidora ativa podem até ganhar participação com o IBS no longo prazo; já municípios que abrigavam grande atividade produtiva para exportação a outros locais (que rendiam ISS/ICMS localmente) podem, no fim da transição, ter receita menor, pois o imposto ficará no destino final. Todavia, repetindo, **no horizonte até 2029 essa mudança é neutra** para as finanças municipais – não haverá "sustos" de perda brusca, graças à regra de manutenção das médias de arrecadação.
    - Apesar do cenário de transição não representar no prazo objeto dessa analise um risco fiscal, vale observar que os pequenos municípios que consomem produtos e serviços de outros centos comerciais, devem atentar-se para implementações de políticas que visem o estímulo ao comercio local de bens e serviços, vez que o IBS terá relação direta com o local de consumo, hoje a metodologia do ICMS, avalia o local de produção de bens e serviços e o ISS é predominantemente arrecadado no local da prestação do serviço, embora muitas exceções incorrem levando a arrecadação ao local onde situa-se a sede

daquele que presta o serviço. Logo a nova política tributária favorecerá o local de consumo.

- **Criação do Imposto Seletivo ("imposto do pecado"):** A reforma introduz também um **Imposto Seletivo federal** a partir de 2027, incidindo uma única vez sobre produção/importação de produtos específicos prejudiciais (por ex.: cigarros, bebidas alcoólicas, produtos que afetam saúde ou meio ambiente). Esse imposto terá função extrafiscal (desestimular certos consumos), mas também arrecadatória. Importante para os municípios: **a receita do Imposto Seletivo será compartilhada com os entes subnacionais, alimentando os Fundos de Participação**. Ou seja, **o FPM e o FPE passarão a ser financiados, em parte, pelo novo imposto seletivo**, substituindo a fatia do IPI que os financiava atualmente. Isso garante que, mesmo com alíquota zero do IPI após 2027, os repasses do FPM não sejam prejudicados – a União direcionará uma parcela do imposto seletivo para esses fundos (os percentuais exatos serão definidos em lei complementar).
    - *Implicação:* Para as finanças municipais, significa **manutenção da transferência constitucional do FPM nos mesmos moldes**, apenas com fonte distinta. A longo prazo, se a base tributária de produtos "pecaminosos" cair (por sucesso do desestímulo ou mudança de hábitos), a União teria que complementar o FPM por outros recursos, pois a Constituição fixa o porcentual. Mas isso é especulativo; no horizonte 2026–2029, o relevante é que **o FPM permanecerá estável graças a esse mecanismo**, e caberá acompanhar a regulamentação para ver quais produtos serão tributados seletivamente e a estimativa de receita gerada.
- **Fundo de Compensação e incentivos fiscais:** A EC 132/23 cria o **Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais** (FCBF) da União para indenizar estados (e indiretamente municípios) pelas renúncias de ICMS concedidas no passado (guerra fiscal) que serão perdidas com a unificação tributária. Esse fundo é temporário (até 2032) e escalonado: em 2025, a União aportará R$ 8 bilhões, subindo até **R$ 32 bilhões em 2028 e 2029**, distribuídos aos estados proporcionalmente às perdas de incentivos. Como 25% do ICMS pertence aos municípios, o sucesso desse fundo em compensar os estados também **protege indiretamente as finanças municipais** – evita que estados, ao perder arrecadação de um incentivo fiscal cancelado, transfiram o impacto para municípios via menor cota-parte. Com o fundo, os estados poderão manter os repasses habituais. Além disso, a reforma prevê a possibilidade de um novo tipo de contribuição estadual para desenvolvimento regional (transitório até 2043) para substituir incentivos, mas com condições estritas – impacto mais concentrado nos estados, pouco nos municípios diretamente.
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR):** Outro instrumento criado é o FNDR, destinado a projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos estados menos desenvolvidos, combatendo desigualdades regionais. A União fará aportes crescentes a partir de **2029 (R$ 8 bilhões)**, chegando a R$ 60 bilhões anuais em 2043. A distribuição será 70% conforme critérios do FPE (beneficiando regiões Norte/Nordeste

principalmente) e 30% proporcional à população. **Efeito para municípios:** embora o FNDR seja voltado aos estados, espera-se que muitos projetos financiados por ele tenham execução nos municípios (rodovias, saneamento regional, habitação etc.). Assim, indiretamente, municípios de regiões beneficiárias podem ver mais investimentos públicos. Para o PPA municipal, vale acompanhar a implementação do FNDR porque pode abrir oportunidades de convênios ou complementação de obras locais com recursos desse fundo a partir do final do período.

- **Autonomia municipal e mudanças na administração tributária:** Com o fim do ISS, os municípios **perdem a autonomia de legislar sobre esse imposto** (como definir alíquotas, isenções, fiscalização direta). Em contrapartida, terão de participar das decisões do Comitê do IBS. A **alíquota do IBS será uniforme nacionalmente** por ente (cada estado/município não terá alíquota individual, a princípio), eliminando a concorrência fiscal municipal. Isso pode ser positivo, pois simplifica o sistema e evita "guerra fiscal" entre cidades pelo ISS, mas também **reduz o poder de política tributária do município** – não será mais possível usar o ISS como instrumento de atração de empresas localmente. Os municípios terão de investir em adaptar suas estruturas administrativas: **a cobrança do IBS ficará centralizada, mas *provavelmente as Secretarias de Finanças municipais ainda terão papel na fiscalização local e no acompanhamento do tributo compartilhado***. É fundamental que os municípios qualifiquem seu corpo técnico para atuar em conjunto com o novo sistema – inclusive para evitar perdas por erro de cálculo na partilha. A EC 132 não detalha a operacionalização, isso virá nas leis complementares (PLP 68/2024, etc.), então no curto prazo (2025–2026) os gestores devem **acompanhar ativamente a regulamentação** e se preparar para atualizar sistemas de nota fiscal, contabilidade e planejamento considerando o IBS.

Em resumo, a Reforma Tributária traz **impactos significativos, porém graduais** para as finanças municipais. **No horizonte 2026–2029, o efeito imediato é limitado** – os municípios continuarão arrecadando ISS quase integralmente e recebendo FPM/FUNDEB normalmente, com garantia constitucional de compensações na transição. **O médio e longo prazo (décadas seguintes), a estrutura das receitas municipais mudará**: a arrecadação própria virá majoritariamente de um imposto compartilhado (IBS) em vez de um tributo municipal autônomo (ISS), exigindo cooperação federativa na gestão; e a distribuição do bolo tributário terá forte componente de destino, **o que pode beneficiar cidades com grande mercado consumidor**. Para o PPA 2026–2029, as *implicações práticas* são: (i) **Planejamento adaptativo:** incluir diretrizes para revisão das metas fiscais municipais em 2027/2028, à luz das novas leis complementares do IBS/CBS que serão aprovadas, de modo a recalibrar projeções de receita tributária local. (ii) **Investimento em transição: prever ações e programas voltados à modernização da administração tributária municipal (capacitação para o IBS, atualização de sistemas de TI, integração cadastral com União/estado)**, custeados possivelmente por convênios com o governo federal (que deve auxiliar na implementação). (iii) **Atenção a fundos de transição e desenvolvimento:** o município pode identificar projetos alinhados às linhas de financiamento do FNDR ou outras iniciativas da reforma, posicionando-se para captar recursos. (iv) **Articulação e pressão política** (**Advocacy federativo):** durante 2025–2026, haverá debates na regulamentação (no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda – Comsefaz, no Congresso) sobre detalhes como coeficientes de partilha do IBS entre cada município, critérios de cálculo da média histórica, cronograma de repasses. É

crucial que os interesses municipalistas estejam presentes nessas discussões – ou seja, o município deve apoiar suas associações (CNM, UPB) na formulação de propostas e em contato com os parlamentares. Isso garantirá que a implementação da reforma seja a mais **benéfica e justa possível para todos os municípios**, mitigando eventuais efeitos adversos.

Conclusão – Recomendações para o PPA Municipal: Diante do exposto, a cenarização fiscal 2026–2029 para os municípios brasileiros combina **um cenário macroeconômico de crescimento moderado** (que sustenta a expansão das receitas transferidas), **mudanças estruturais em curso** (reforma tributária e novas regras fiscais) e **desafios de equilíbrio federativo** (emendas impositivas e restrições orçamentárias da União). Para elaborar um Plano Plurianual robusto, recomenda-se que o município:

- **Adote as premissas oficiais** de PIB e inflação para projeção de receitas, mas inclua análises de sensibilidade dado o otimismo embutido.
- **Projete as transferências constitucionais de forma realista**, considerando a tendência de alta nominal do FPM, Fundeb, SUS e SUAS, mas também estabelecendo prioridades de gasto caso haja frustração parcial.
- **Mantenha margem para investimento próprio evitando depender integralmente de emendas parlamentares**; ao mesmo tempo, desenvolva projetos "na prateleira" para aproveitar emendas impositivas quando vierem, garantindo execução ágil e transparente.
- **Prepare-se para a Reforma Tributária** acompanhando ativamente sua regulamentação e atualizando o PPA quando necessário para incorporar os novos fluxos de receitas (IBS, fundos de compensação) e responsabilidades compartilhadas.

Com uma abordagem didática e preventiva, o PPA 2026–2029 poderá servir como instrumento de gestão eficiente, alinhando as metas municipais às transformações do pacto federativo e assegurando a sustentabilidade fiscal e a continuidade dos serviços públicos locais. Em última instância, a chave está em **combinar os dados e previsões oficiais com uma análise crítica** – reconhecendo oportunidades (maior funding educacional, modernização tributária) e preparando respostas a possíveis riscos (cenário econômico adverso, restrições nos repasses) – para que o município navegue pelos próximos quatro anos com responsabilidade e visão estratégica.

Fontes oficiais consultadas: Banco Central (Relatórios e Focus), IBGE, Ministério da Fazenda/Planejamento (PLDO 2026 e notas oficiais), Secretaria do Tesouro Nacional (dados de transferências), Agência Senado e Câmara (notícias e estudos técnicos sobre LDO 2026, Reforma Tributária, Emendas), Receita Federal (legislação tributária vigente)

6. Projeções de Crescimento da Receita Municipal (2026–2029)

Com base no cenário macroeconômico oficial e nas projeções de arrecadação federal e repasses, a tabela abaixo apresenta as taxas estimadas de crescimento da **receita total** do município para

cada ano do quadriênio 2026–2029, em termos nominais e em termos reais (descontada a inflação projetada pelo IPCA oficial):

Ano	Crescimento Nominal (estimado)	Crescimento Real (estimado)
2026	**+9,0%**	**+5,5%**
2027	**+7,2%**	**+4,0%**
2028	**+6,5%**	**+3,5%**
2029	**+6,0%**	**+3,0%**

Nota: Os percentuais reais foram calculados descontando-se a inflação anual projetada (IPCA) em cada ano. O cenário oficial do PLDO 2026 considera IPCA de **3,5%** em 2026 (contra 4,5% previstos pelo mercado) e aproximadamente **3%** ao ano de 2027 em diante. O crescimento do PIB real adotado pelo governo é **2,5%** em 2026, subindo ligeiramente para **2,6%** ao ano de 2027 a 2029 – mais otimista que o mercado (em torno de 1,7%–2,0% ao ano). Essas premissas fundamentam as projeções de receita acima, que também levam em conta medidas fiscais e estruturais discutidas a seguir.

Tendência Geral e Fatores que Influenciam as Projeções

De modo geral, espera-se um **alto crescimento nominal** da receita municipal em 2026, seguido por **desaceleração gradual nos anos posteriores**. Em termos reais (descontada a inflação), o crescimento projetado inicia em torno de **5,5%** em 2026 e tende a convergir para cerca de **3%–4%** ao ano até 2029. Abaixo estão os principais fatores que explicam essa tendência de percentuais ao longo do quadriênio:

- **Política Fiscal Federal:** O novo arcabouço fiscal federal exige controle de despesas e metas de resultado primário crescentes, o que pressiona por maior arrecadação da União nos primeiros anos do período. Por exemplo, a LDO 2026 projeta superávit primário de **0,25% do PIB em 2026**, com metas subindo para **0,5% do PIB em 2027**, **1,0% em 2028** e **1,25% em 2029**. Para viabilizar essas metas, o governo considera medidas de aumento de receitas em 2025–2026 (como reverter renúncias e reforçar a cobrança de tributos), resultando em projeções otimistas de **crescimento real da arrecadação federal na casa de 5,5% em 2026**. Esse forte incremento nas receitas federais em 2026 beneficiaria os municípios via transferências constitucionais, mas é visto por analistas como dificilmente sustentável nos anos seguintes. Assim, após 2026 espera-se uma **desaceleração**: sem novos “saltos” de arrecadação, o crescimento real da receita tende a acompanhar mais de perto o ritmo da economia (cerca de 2%–3% ao ano real, segundo

projeções de mercado), resultando em taxas nominais em torno de 6%–7% anuais (com inflação na faixa de 3% a 4%).

- **Repasses Constitucionais (FPM, FUNDEB, SUS):** Uma parte substancial da receita municipal provém de transferências federais obrigatórias, cujo comportamento futuro influencia diretamente as projeções:
    - *Fundo de Participação dos Municípios (FPM):* O FPM deve crescer em linha com a arrecadação de Imposto de Renda e IPI da União, que estão previstas em alta real em 2026. Além disso, a Emenda Constitucional 112/2021 ampliou o repasse do FPM adicionando a parcela de **1% no mês de setembro** (antes inexistente). Esse adicional foi escalonado de 0,25% a partir de 2022 até atingir **1% em 2025**, consolidando um **incremento estrutural** no FPM a partir de 2025. Isso significa que 2026 será o primeiro ano completo com três extras de 1% (fev/Jul, set e dez), de modo que o FPM de 2025 já terá sido **turbinado** por essa mudança (estima-se em torno de R$ 6,5 bilhões a mais no total distribuído anualmente aos municípios a partir de 2025). Em 2026–2029, não há previsão de novos aumentos na porcentagem do FPM, de forma que seu crescimento deve refletir principalmente o **desempenho da arrecadação federal**: forte em 2026 e moderando depois.
    - *FUNDEB:* A participação da União no financiamento da educação básica aumenta gradualmente conforme o **novo FUNDEB permanente**. Essa parcela federal subiu de 10% para 12% em 2021 e continuará aumentando até **23% em 2026**. Assim, em 2025 a União complementa 21% dos fundos educacionais, e em 2026 atinge o pico de 23%. Esse incremento de recursos federais para educação básica se traduz em **maiores transferências aos municípios** (sobretudo os de menor receita per capita) em 2026. Após 2026, a complementação da União se estabiliza nesse novo patamar (23%), de modo que o crescimento do FUNDEB daqui em diante tende a acompanhar a inflação e o aumento das receitas de impostos vinculados à educação. Portanto, 2026 marca um **salto adicional** de repasses educacionais (ajudando o crescimento real da receita municipal naquele ano), seguido de taxas mais modestas nos anos seguintes. Vale ressaltar que a época de elaboração deste estudo, a União numa tentativa de equilibrar seu déficit fiscal incluiu entre as possíveis modificações a interrupção dos aumentos para o FUNDEB em 2026. Isso pode se constituir em risco para a arrecadação do FUNDEB pelos municípios, interrompendo de forma abrupta o ciclo de evolução dessas receitas municipais.
    - *Saúde (SUS):* Os repasses federais para saúde aos municípios (via transferências do SUS) também devem crescer acompanhando a **Receita Corrente Líquida (RCL) da União**, já que a Constituição **vincula 15% da RCL federal** mínimo para ações de saúde. Em outras palavras, conforme a arrecadação federal aumenta em termos nominais, o piso de gastos em saúde cresce proporcionalmente, garantindo **maiores transferências fundo a fundo** para custeio e investimentos em saúde nos municípios. Espera-se, portanto, que as transferências do SUS

cresçam pelo menos no ritmo da inflação mais o crescimento real da RCL. Com a projeção de expansão da arrecadação da União ao longo do período, os municípios devem observar **ganhos nominais constantes em transferências de saúde**, embora o crescimento real desse componente seja moderado e voltado principalmente a manter serviços (após ganhos significativos em 2020–2022 devido à pandemia, agora o ritmo é mais estável, em torno da inflação).

- **Emendas Impositivas:** As emendas parlamentares impositivas constituem outra fonte de recursos para os municípios (via convênios, transferências especiais etc.). A Emenda Constitucional 105/2019 e demais normas garantem que uma parcela fixa da receita corrente líquida da União seja executada em emendas individuais e de bancada obrigatórias a cada ano. Atualmente, esse montante corresponde a cerca de **2,2% da RCL federal** (sendo 1,2% para emendas individuais e 1% para emendas de bancada impositivas). Assim, conforme a arrecadação federal cresce, **aumenta automaticamente o volume de recursos das emendas** destinadas a estados e municípios. Em 2026, com a expectativa de forte alta nominal na RCL, o valor das emendas impositivas também terá crescimento significativo, reforçando investimentos locais (inclusive via **"transferências especiais"** direto aos entes, uma modalidade recentemente regulamentada). Nos anos seguintes (2027–2029), espera-se que esse incremento anual se modere – acompanhando o **fôlego menor de crescimento da RCL** – mas ainda garantindo **ganhos reais modestos** aos municípios via emendas ano a ano. Em suma, as emendas impositivas conferem um fluxo previsível (embora discricional em uso) de recursos crescentes, sem, porém, alterarem drasticamente a trajetória global da receita (dado que representam uma fração relativamente pequena do orçamento municipal total).

- **Reforma Tributária (impactos graduais):** A PEC da Reforma Tributária aprovada em 2023 prevê grandes mudanças nos impostos sobre consumo ao longo do próximo decênio, com reflexos graduais nas receitas municipais. A partir de 2026 inicia-se o período de transição para o novo IVA dual (IBS + CBS). **No curto prazo (2026–2028)**, os efeitos sobre as finanças municipais serão limitados, pois as alíquotas iniciais do novo Imposto sobre Bens e Serviços (que substituirá o ISS municipal e o ICMS estadual) serão simbólicas – **IBS começando em 0,1% em 2026** – enquanto o sistema atual permanece quase todo em vigor. Nesses primeiros anos, a arrecadação de ISS dos municípios continua praticamente intacta, e o IBS/CBS incipiente mal alterará o montante distribuído. **A partir de 2029**, porém, entram em ação mudanças mais perceptíveis: inicia-se a **redução gradual das alíquotas do ISS e ICMS (10% de redução ao ano de 2029 a 2032)**, com **elevação compensatória das alíquotas do IBS** na mesma proporção. Isso significa que, em 2029, os municípios cobrarão apenas 90% do ISS original, recebendo em contrapartida uma parcela de IBS nacional. Embora haja mecanismos de equalização e fundos de compensação para evitar perdas abruptas de receita durante a transição, os municípios podem experimentar **alguma oscilação no crescimento de sua receita tributária própria** conforme muda a base de cálculo e o destino da arrecadação (o IBS será repartido pelo destino do consumo, o que pode favorecer municípios mais consumidores e desafiar os exportadores de serviços, por exemplo). Em linhas gerais,

contudo, **não se espera um impacto expressivo da reforma tributária nos índices de crescimento do quadriênio** – os efeitos líquidos tendem a ser neutros no início, com possibilidade de ganhos de eficiência e expansão da base tributária no longo prazo (maior formalização, crédito amplo etc.), mas essas melhorias só devem se refletir de forma mais substantiva após 2030. Portanto, nos percentuais projetados para 2026–2029, os impactos da reforma foram considerados **marginais e graduais**.

Em síntese, o panorama é de **crescimento nominal robusto em 2026** – impulsionado por uma conjunção de política fiscal expansionista do lado da receita e melhorias estruturais nos repasses (FPM reforçado, FUNDEB turbinado etc.) – seguido de **crescimentos anuais moderados** tanto nominal quanto real, à medida que a base de comparação se torna mais elevada e a arrecadação federal/local volta a crescer em ritmo próximo ao da atividade econômica. Mesmo com percentuais reais menores nos últimos anos do período, vale notar que todos os anos projetam **ganhos reais positivos na receita municipal**, indicando capacidade de ampliação de despesas em termos reais, ainda que em trajetória de desaceleração.

Gráficos Comparativos

Para visualizar a tendência descrita, a seguir são apresentados gráficos comparando os percentuais de crescimento **nominal vs. real** da receita municipal projetados para 2026–2029:

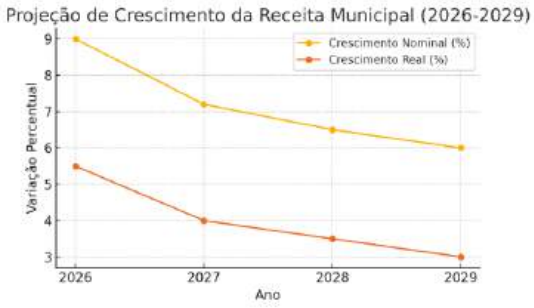


Gráfico 1: Projeção de crescimento nominal e real da receita total municipal para cada ano do período 2026–2029. Observa-se uma redução gradativa nas taxas de crescimento, saindo de um patamar elevado em 2026 e diminuindo até 2029.

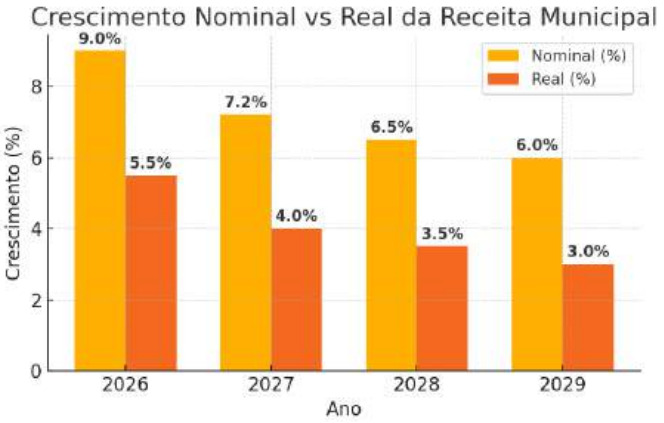


Gráfico 2 : Comparação entre crescimento nominal (barras amarelas) e real (barras laranja) da receita municipal por ano. Os valores percentuais anotados em cada barra confirmam a tendência de desaceleração: em 2026 o crescimento projetado é de 9,0% nominal em 2029 é de 6%

Referências: As projeções aqui apresentadas baseiam-se em fontes oficiais: parâmetros macroeconômicos do **PLDO 2026** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), incluindo estimativas de inflação (IPCA) e crescimento do PIB, além de análises de mercado (Boletim **Focus** do BCB e comentários da mídia especializada) sobre a sustentabilidade dessas projeções. Dados e normativos do **Tesouro Nacional** e outros órgãos federais foram utilizados para embasar expectativas de repasses: por exemplo, a EC 112/2021 sobre o **FPM** adicional, a EC 108/2020 do **Novo FUNDEB**, o piso constitucional de **Saúde (15% RCL)**, bem como informações oficiais acerca da implementação da **Reforma Tributária** gradativa a partir de 2026. Essas fontes confirmam o cenário fiscal considerado e dão suporte à tendência geral de crescimento da receita municipal apresentada.